



Número: **0803252-80.2018.8.15.0251**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **04/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO (EXEQUENTE)		WALDEY LEITE LEANDRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15150411	04/07/2018 08:30	Petição Inicial	Petição Inicial
15150467	04/07/2018 08:30	PROCURACAO 20180703124256	Procuração
15150477	04/07/2018 08:30	BOLETIM DE OCORRENCIA 20180703124504	Outros Documentos
15150489	04/07/2018 08:30	DADOS DO ACIDENTE 20180703124446	Outros Documentos
15150499	04/07/2018 08:30	DOCUMENTOS DO AUTOR 20180703124347	Documento de Identificação
15150505	04/07/2018 08:30	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
15150513	04/07/2018 08:30	DECLARACAO DE RESIDENCIA 20180703124404	Outros Documentos
15150539	04/07/2018 08:30	DECLARACAO DO PROPRIETARIO DO VEICULO E DOCUMENTOS DO VEICULO	Outros Documentos
15150552	04/07/2018 08:30	DECLARACAO SERVICO DE ATENDIMENTO MOVEL 20180703124318	Outros Documentos
15150566	04/07/2018 08:30	DOCUMENTACAO MEDICA 20180703124521	Outros Documentos
15150577	04/07/2018 08:30	PAGAMENTO 20180703124333	Outros Documentos
15763065	06/08/2018 20:52	Despacho	Despacho
15842181	09/08/2018 11:41	Informações Prestadas	Informações Prestadas
15842226	09/08/2018 11:41	DECLARAÇÃO NATANAEL	Documento de Comprovação
15842236	09/08/2018 11:41	VENCIMENTOS NATANAEL	Documento de Comprovação
15842260	09/08/2018 11:41	DESPESAS NATANAEL	Documento de Comprovação
15842302	09/08/2018 11:41	CERTIDÃO DE NASCIMENTO FILHO NATANAEL	Documento de Comprovação
20748254	24/04/2019 13:09	Despacho	Despacho
21904253	11/06/2019 07:49	Carta	Carta

21904 261	11/06/2019 07:52	Expediente	Expediente
22391 364	02/07/2019 15:26	Contestação	Contestação
22391 366	02/07/2019 15:26	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração
22391 367	02/07/2019 15:26	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração
22391 368	02/07/2019 15:26	CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos
22968 744	24/07/2019 17:19	Petição	Petição
22968 746	24/07/2019 17:19	PROCESSO ADM	Documento de Comprovação
22968 745	24/07/2019 17:19	JUNTADA DE DOCS	Outros Documentos
23049 708	29/07/2019 10:24	Citação	Citação
23049 709	29/07/2019 10:24	AR 0803252	Aviso de Recebimento
26048 046	08/11/2019 10:20	Expediente	Expediente
26145 858	12/11/2019 13:05	IMPUGNAÇÃO	Petição
26145 868	12/11/2019 13:05	IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO	Outros Documentos
26849 779	06/12/2019 11:50	HABILITAÇÃO	Petição de habilitação nos autos
26849 784	06/12/2019 11:50	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração
26849 785	06/12/2019 11:50	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
26915 269	10/12/2019 09:32	Decisão	Decisão
27901 469	03/02/2020 12:08	Expediente	Expediente
28231 314	12/02/2020 16:08	Cumprimento do item 7	Petição
28292 204	14/02/2020 09:53	Ofício	Ofício
28292 207	14/02/2020 09:53	Ofício bb	Ofício
28517 388	21/02/2020 13:32	Petição	Petição
28517 389	21/02/2020 13:32	2617980_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos
28517 391	21/02/2020 13:32	2617980_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos
31680 373	18/06/2020 21:53	Decisão	Decisão
34148 939	10/09/2020 11:35	Outros Documentos	Outros Documentos
34148 945	10/09/2020 11:35	Despacho perícias juiz	Outros Documentos
34149 770	10/09/2020 11:42	Expediente	Expediente
34150 323	10/09/2020 11:49	Mandado	Mandado
34184 468	11/09/2020 08:17	autor não localizado	Diligência
35150 760	06/10/2020 18:17	Despacho	Despacho
35618 303	19/10/2020 12:00	Outros Documentos	Outros Documentos
35618 305	19/10/2020 12:00	Pericia autos 0803252.80	Outros Documentos
35618 313	19/10/2020 12:02	Expediente	Expediente

35839 860	23/10/2020 13:53	MANIFESTAÇÃO ACERCA DO LAUDO PERICIAL	Petição
35839 863	23/10/2020 13:53	MANIFESTAÇÃO LAUDO MÉDICO DPVAT	Outros Documentos
36248 601	04/11/2020 16:14	Petição	Petição
36248 608	04/11/2020 16:14	2617980_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A nexo_02	Outros Documentos
36248 627	04/11/2020 16:14	2617980_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_0 1	Outros Documentos
36774 713	18/11/2020 21:28	Sentença	Sentença
37798 952	14/12/2020 12:44	RECURSO	Petição
37798 955	14/12/2020 12:44	NATHANAEL VIDAL DE NEGREIROS	Outros Documentos
38270 997	11/01/2021 11:50	Despacho	Despacho
47370 175	06/04/2021 17:16	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
47370 176	08/04/2021 17:53	Despacho	Despacho
47370 177	09/04/2021 13:06	Expediente	Expediente
47370 178	18/06/2021 15:55	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
47370 179	07/07/2021 10:15	Decisão	Decisão
47370 180	12/07/2021 09:35	Expediente	Expediente
47370 181	19/08/2021 15:32	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
47522 223	23/08/2021 20:42	Decisão	Decisão

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CIVEL
DA COMARCA DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA**

NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, brasileiro, solteiro, Portador do RG de nº 3.621.244 SSP/PB, e do CPF 093.848.024-33, residente e domiciliado na Rua Sabino Viana, S/N, (2º andar, apartamento 204), Bairro Monte Catelo, Município de Patos – PB, CEP 58.707-020 por intermédio de sua bastante procuradora, infra-assinada, conforme instrumento procuratório incluso vem com a devida vênua à presença de Vossa Excelência, requerer a presente;

-

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Contra: **LÍDER – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, estabelecido na Rua Senador Dantas no. 74, Rio de Janeiro, Cep – 20.031.205, pelos fatos, por para no final requerer:



LIMINARMENTE:

Seja concedido os benefícios da justiça gratuita, por ser a requerente pobre na forma da Lei, conforme dispõe a CF/88, art. 5º, XXXIV, e demais legislação que trata da espécie, conforme declaração de pobreza.

1 - DAS INTIMAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

M.M. Juiz, prefacilmente requer-se que, todas as **INTIMAÇÕES** e demais publicações de estilo, sejam realizadas em nome do **Dr. WALDEY LEITE LEANDRO**, advogado, registrado na OAB/PB sob o número 13.958, sob pena de nulidade dos atos processuais subseqüentes.

ADVOGADO. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO INDICANDO O NOME

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – **Intimação pelo diário da justiça em nome de advogado diverso do indicado na contestação e no substabelecimento. Impossibilidade. Nulidade da intimação e dos atos decorrentes. 01. Considerando que houve pedido expresso na contestação e no substabelecimento, para que as intimações por meio do diário da justiça fossem feitas em nome de determinado advogado, tornam-se nulas as intimações feitas a outros patronos.** 02. Agravo de instrumento conhecido e provido. (TJDFT – AGI 20060020100418 – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nídia Corrêa Lima – DJU 14.12.2006 – p. 73).



DA AUDIÊNCIA INAUGURAL DE MEDIAÇÃO

MM Juiz, a parte autora vem mui respeitosamente, nos termos do art. 319, VII do NCPC, se manifestar que não possui interesse na audiência de MEDIAÇÃO. Isso porque, a todo tempo as partes podem transigir no processo, e em especial na audiência de Conciliação.

-

2 - DOS FATOS:

-

Ocorre que, no dia 25 de Março de 2016, por volta das 19:50 min, **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, estava guiando a moto HONDA/CB 300R ano e modelo 2014, cor VERMELHA, placa QFE 8719/PB, CHASSI 9C2NC4910ER023632, RENAVAM 0102022337-2 licenciada em nome de **ERNANI DAS NEVES**, onde, sofreu um acidente automobilístico.

Ocorre que o condutor vinha pilotando a moto no sentido Centro/ Noé Trajano, quando ao se aproximar da rotatória próximo ao Hospital Regional de Patos/ PB, um veículo que trafegava sentido Noé Trajano/ Centro, realizou uma manobra indevida, isto é, sem sinalizar e consequentemente causando a colisão de ambos, logo, não foi possível indetificar o veículo, pois o mesmo se evadiu do local sem prestar socorro, o requerente foi levado ao Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, da cidade de Patos/PB.

Cabe aqui salientar, que o requerente encontra- se com várias sequelas, devido à consequências do sinistro. E devido aos ferimentos, resultou em incapacidade por tempo determinado para ocupações do seu labor.

|

Por isso, evidencia-se a incapacidade e o direito certo ao restante indenização ora tratada. **DESTA FORMA, REQUEREU O BENEFICIO DO SEGURO DPVAT, ATRAVES DA SEGURADORA LIDER, NUMERO DE SINISTRO 3170312486. CONTUDO, A REQUERIDA PAGOU PEDIDO DO SEGURO DPVAT DO REQUERENTE DE FORMA INJUSTA, POIS, O VALOR CORRESPONDENTE AO GRAU DE SUA LESÃO FORA BEM INFERIOR DO**



JUSTO, COM A JUSTIFICATIVA QUE O MESMO TINHA SOFRIDO PEQUENAS SEGUELAS. PORÉM, ESSE MOTIVO NAO CONDIZ COM A REALIDADE, O QUE SERÁ PROVADO NA PERICIA JUDICIAL.

Desta monta, diante de tal abuso e má-fé cometidos pela requerida, não resta alternativa ao requerente que senão recorrer a este juízo, que é sério, imparcial, justo e imune ao poderio econômico. Do qual, não tem deixado passar impunes os casos onde é cometido este tipo de ilícitos civis. Requerendo, ao Equânime Julgador, que se digne a conceder o pleiteado no final, tornando o direito do requerente respeitado e realizando plenamente a tutela jurisdicional.

3 – DO DIREITO:

-

Uma análise sistemática do Código Civil Brasileiro nos demonstra que a reparação do dano material e moral estão plasmadas no nosso direito positivo, pois:

Art.186 – “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”

Art.927 – “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Em matéria de indenização por ocorrência de sinistro, a quitação deverá ser feita no prazo máximo de 30(trinta) dias à apresentação dos documentos comprobatórios do fato; este entendimento já se tornou pacífico em decisões judiciais e nossos Tribunais tem confirmado este raciocínio, portanto, não há o que discutir quanto ao direito da autora.



No caso em apreço, a responsabilidade da requerida é indiscutível, pois que os documentos que comprovam as despesas médico-hospitalares foram entregues.

Certamente teremos a oportunidade de ver na contestação apresentada futuramente, de que a demora no pagamento do seguro seria de responsabilidade exclusiva da parte adversa consistente no seu atraso em proceder com documentos necessários a sua quitação da cobertura pactuada.

Infelizmente, como já dito, essa é uma prática já conhecida por parte da Seguradora promovida

Como se vê demonstrado, o direito que milita em favor da parte autora está por demais cristalino, amparado, inclusive, em nossa Carta Política, que lhe reserva o direito de estar em juízo pleiteando indenização por ato ilícito, ainda que este direito não estivesse consignado no campo normativo das leis inferiores; por tratar-se de direito subjetivo imutável.

CF/88 - Art. 5º

- V “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.”

- X “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (grifamos)

A lei no. 6.194/74, em seu art. 5º., determina que o pagamento do DPVAT, mesmo que o veículo causador do acidente não seja identificado, com seguro não realizado, e com seguro vencido, mesmo assim será devido o pagamento do seguro.

A norma legal ainda determina que a seguradora terá prazo de 15 (quinze) dias o pagamento do DPVAT.

DA ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO DPVAT NO BRASIL

-



Torna-se oportuno ressaltar, a título de ilustração nesta oportunidade o porquê da manobra da requerida nesta demanda.

Ora Douto Julgador, parte da sociedade de nosso país, estão inconformadas, como está sendo administrado, dirigido, o seguro DPVAT em nosso país, visto que, segundo a REDE GLOBO, em publicação divulgada pelo Jornal Hoje, Edição do dia 20-09-2000, onde a mesma forneceu dados informando que existe dois projetos de leis tramitando do Congresso Nacional, objetivando a extinção do DPVAT, pelo fato do mesmo ter perdido seu caráter social, onde a rede televisiva informa que só no ano anterior foi arrecadado em nosso país mais de 1.154.000,00 (HUM BILHÃO CENTO E CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS), referente ao recolhimento do seguro obrigatório (DPVAT), sendo que, apenas 20% deste valor foi destinado ao pagamento das vítimas do seguro DPVAT, acrescentando ainda que, 34% deste valor foi rateado entre as seguradoras que militam do ramo deste tipo de sinistro. (grifo e sublinho nosso)

DO VALOR DEVIDO:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

O art. 3º., alínea a, da Lei no. 6.194/74, determina que a base para liquidação do seguro será de 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo do país, no caso de morte.

Acontece que todas as seguradoras que militam no ramo de seguros DPVAT pagam os sinistros a terceiros em contra proposta recebem pelos serviços oferecidos a sociedade todo valor pago é rateado pelo consórcio das Sociedades Seguradoras, que administram o convênio das empresas de seguro em nosso país.

O direito do Promovente é líquido e certo, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar que a conduta da demandada, é a atípica e contrária ao que determina a Lei no. 8.441/92.

A violação do direito do autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio retro citado.

DA PROVA PERÍCIAL:



O art. 5º. da lei no. 6.194/74, em seu parágrafo 5º., determina:

“...O IML DA JURISDIÇÃO DO ACIDENTE TAMBÉM QUALIFICARÁ AS LESÕES FÍSICAS OU PSÍQUICAS PERMANENTES PARA FINS DE SEGURO PREVISTO NESTA LEI...”

O Laudo Pericial encontra-se acostado aos autos.

DA JURISPRUDENCIA:

-

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelos nossos tribunais já se posicionaram de maneira uníssona, senão vejamos:

A 2ª. Colenda turma Recursal Cível desta comarca, em processo similar, corroborando com os julgados emanados de nossos Tribunais Superiores, exauriu o seguinte Acórdão:

Recurso no. 057/2002/TC Civ.

Relator: Juiz João Batista de Sousa

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Advogado: Bel. Arlindo Carolino Delgado e Outros

Recorrido: Cícero de Oliveira Cavalcante

Advogado: Wamberto Balbino Sales.

Ementa:

“RECURSO INOMINADO CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) – DANO ESTÉTICO – LESÃO PERMANENTE. PRELIMINARES – REJEIÇÃO – PROCEDENCIA DO PEDIDO. APELO – REIJEÇÃO DAS PRELIMINARES – INSUBSISTÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – IMPROVIMENTO DO RECURSO.”

Já quanto ao ressarcível pela seguradora, nos casos de morte e invalidez, dúvida não existe, visto que, determina a Lei no. 6.194/74, em seu art. 3º., alínea a, e ratificando em decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça:



“SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – SALÁRIO MÍNIMO – O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE CORRESPONDER A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS” (STJ – Resp 152866 – SP – 4º. T. – Rel. Min Rui Rosado de Aguiar – DJU 29/06/1998 – P200).

Não pode nem deve a seguradora ré, impor perante a sociedade, que as Circulares e resoluções, prevaleçam em detrimento a norma legal.

Processo no. 001.2002.006797-9

Ação: Cobrança c/c Reparação de Danos

Promovente: Eraldo Anacleto Nunes

Promovido: Sul Americana S/A

Juiz Leigo: Rossandro Farias Agra

Juiz Presidente: Octanny P. Batista

Ementa:

“PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS – SEGURO DPVAT – DEFERIMENTO PARCIAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA –

A Lei no. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização às vítimas de acidente de transito, em casos de invalidez e morte, conforme dispõe o art. 3º. alínea a, determina o seguinte:

“OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO ESTABELECIDO NO ARTIGO 2º. COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES, NOS VALORES QUE SE SEGUEM, POR PESSOAS VÍTIMADAS.”



“b – 40 (QUARENTA) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país, no caso de invalidez”

Do contrato de Seguro

Os contratos de seguro trazem em si relação de consumo, em que o negócio jurídico celebrado entre as partes sujeita-se às normas do Código de Defesa do Consumidor.

Determina o art. 757 do Código Civil brasileiro que: “Pelo Contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra risco predeterminados.”

Mencionado dispositivo por si só garante direito da autora, entretanto ainda é direito seu “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”, conforme determinado no inciso VI do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

O art. 51 do mesmo Codex, determina que sejam consideradas cláusulas abusivas as cláusulas que:

o m i s s i s

V - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou seja, incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;
E ainda:

§ 1 Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:

I – omissis

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

A atitude da Seguradora colocou a Autora em situação de desvantagem exagerada causando desequilíbrio contratual, o que não é aceito pelo direito material.

Nesse sentido também é o entendimento de nosso Tribunal:



TERCEIRA CÂMARA CÍVEL RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO Relator: EXMO. SR. DES. JOSÉ FERREIRA LEITE Partes: APELANTE - BRASILSEG - SEGURADORA DO BRASIL APELADA - GENECI CARMEN COSTARELLI TJ Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - CONTRATO DE SEGURO - CAUSAS RESTRITIVAS DE INDENIZAÇÃO - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS JUSTAPOSTAS À APÓLICE - INEXISTÊNCIA DO CONHECIMENTO PLENO DO SEGURADO ADERENTE - DESOBRIGATORIEDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DA LEI Nº 8.078/90.

As cláusulas restritivas prevendo situações excluídas da indenização não obrigam o segurado que delas não teve conhecimento pleno no momento da celebração do contrato de seguro.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso de Apelação Cível - Classe II - 20 - nº 23.348, de Sorriso. A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, presidida pelo Desembargador ERNANI VIEIRA DE SOUZA, através de sua Turma julgadora, composta pelos Desembargadores JOSÉ FERREIRA LEITE (Relator), JOSÉ JURANDIR DE LIMA (Revisor) e Doutor JURACY PERSIANI (Vogal, convocado), decidiu, RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO -2 TJ Fls. por unanimidade, melhorar o recurso, nos termos do relatório e dos votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente acórdão. Data: Cuiabá, 30/08/2000 (TJ115254)

Pelo exposto comprovado está o direito da Autora diante da relação de consumo amparado pela Lei 8.078/90 e pelo contrato que faz lei entre as partes e prevendo a obrigação da seguradora em indenizar a autora.

4 - DAS PROVAS

Pretende-se provar os referidos fatos por prova testemunhal, documental e tudo mais que for em direito permitido.

5 - DO VALOR



Dá-se à presente causa o valor de no valor de R\$ 7.762,50 (SETE MIL E SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), para efeitos fiscais.

6 - DO PEDIDO

11. Face ao exposto requer:

a) seja a requerida devidamente citado, no endereço declinado nesta exordial, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia, ficando citada para os demais termos da presente ação;

b) Julgar procedente o presente pedido com a condenação de todos valores devidos ao requerente devidamente atualizado, valor de R\$ 7.762,50 (SETE MIL E SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), **TENDO EM VISTA QUE O AUTOR SÓ RECEBEU R\$ 5.737,50 (CINCO MIL E SETECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

c) a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

d) seja designada perícia medica legal, para atestar a invalidez do requerente;

e) que seja designada audiência de conciliação;

f) que seja o requerente agraciado com a justiça gratuita, por ser pobre na forma da lei;



7 - ROL DE TESTEMUNHAS

-

-

As testemunhas serão apresentadas oportunamente, as quais comparecerão independentemente de previa intimação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Patos, 03 de Julho de 2018.

WALDEY LEITE LEANDRO

OAB-PB 13.958 / OAB-PE 1785

YURE PEREIRA GOMES

OAB-PB 20.152

ESTAGIÁRIO

ÁLLAN MIGUEL PEREIRA DA SILVA





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Nataniel Nidal de Oliveira Neto brasileiro solteiro Portador do RG de n.º 3.621.249 SSP/PB e do CPF 093.848.024-33, residente e domiciliado na Rua Salgado Lima 514 (2º andar apartamento 204), Bairro Santa Cruz, Município de Patos - PB, CEP 58.407-020

OUTORGADA: WALDEY LEITE LEANDRO, brasileiro, casado, ADVOGADO, com inscrição na OAB-PB no. 13.958, EVELLYN CHRISTINE DE SOUSA LUCENA, ADVOGADA, inscrita na OAB-PB sob o número 21.850, FRANCINILCIA LEITE MELO, ADVOGADA, inscrita na OAB-PB sob o número 21.754, GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 22.415 e YURE PEREIRA GOMES, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 20.152, todos com escritório profissional a Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos - PB.

PODERES: Por este Instrumento Particular de procuração o OUTORGANTE nomela e constitui seu(a) bastante procurador(a), o outorgado(a), a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-lo nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, podendo o dito(a) procurador(a) praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do mandato ora outorgado, tais como: Contestar, ingressar com ação que julgar conveniente e necessária, recorrer em qualquer fórum ou instância, transigir, concordar, discordar, desistir, firmar compromissos (NÃO POSSUI PODERES PARA RECEBER DINHEIRO/PECUNIA OU DAR QUITAÇÃO EM NOME DO OUTORGANTE), agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes, em especial para representá-lo e defendê-lo perante QUALQUER ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM QUALQUER ORGÃO ADMINISTRATIVO COMO INSS, PBPREV, DNOCS, IBGE, DPVAT, movido a favor do outorgante, do qual a mesma se compromete a levar as testemunhas para os atos processuais independentemente de intimações (nos termos do §2, do art. 455, do NCPC).

Patos, 20 de *Dezembro* de 20 *18*

Nataniel Nidal de N. Neto

Outorgante

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA, FACE A LEI NO. 8.952/94, QUE DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 38 DO CPC.

Dr. Waldey Leite Leandro.
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos - Pb.
Fone: (83) 8808-3805
E-MAIL e MSN: waldeyleite@hotmail.com

Scanned with CamScanner





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRAL DE BOLETIM DE OCORRÊNCIAS- PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 - Tel./Fax:
(83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma Ocorrência Policial N° 4994/16 cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **PRIMEIRO (01)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de **PATOS/PB**, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado. Ai, compareceu: **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETOS**, brasileiro, RG 3621224 SSP/PB, CPF 093.848.024-33, Natural de Patos/PB, Nascido (a) em 25/03/1991, Filho (a) de: Jose Ranieri de Sousa Batista e Iranilda Vidal de Negreiros Batista, Residente na Rua Epaminondas Rocha, 174, bairro Belo Horizonte, Patos/PB, Tel. (83) 9.9681.3535, a fim de prestar a seguinte queixa:

Que, na data 25/03/2016, por volta das 19h:50min, conduzia a motocicleta de marca/modelo HONDA/CB 300 R, placa QFE-8719/PB, Renavam 01020223372, Licenciada em nome de ERNANI DAS NEVES, sentido centro/Noé Trajano, quando ao se aproximar da rotatória próximo ao Hospital Regional de Patos/PB, um veículo que trafegava sentido Noé Trajano/centro, fez uma manobra indevida, sem sinalizar, causando a colisão; Que, não foi possível identificar o veículo, porque o mesmo se evadiu do local sem prestar socorro; Que, foi socorrido e levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade de Patos/PB.

E nada mais havendo a constar encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Natanael Vidal de Negreiros Neto

Patos/PB, 01 de dezembro de 2016.

Ana Maria da Leandro
MT. 138.428-7

ESTA OCORRÊNCIA NÃO SUBSTITUI A APRESENTAÇÃO DO(S) DOCUMENTO(S) SUBTRAÍDO(S) EXTRAÍDO(S) NELA DESCRITO(S).

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO

Av. Espírito Santo, 116 - Centro
CEP 58700-410 - Patos - Paraíba
Tel. (83) 3421-2735
Fax (83) 3421-6020

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi apresentado. Em testemunho da verdade.

Patos-PB 07/12/2016 10:36:37

BUSTAVO GUEVES WANDERLEY - TABELIÃO SUBSTITUTO

[2016-036891] EROL:R\$ 2,12 FAFER:R\$ 0,25 FEE:R\$ 0,42 ISS:R\$

SELO DIGITAL: AEB74154-70EF

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



29 DE FÉV
DE NOTAS



29 DE FÉV
DE NOTAS
TEL: (83) 3421-2735
(83) 3421-6020
Belo Horizonte - PB

DADOS DO ACIDENTE						
Nº BAT 041/2016	Responsável pelo Levantamento do Acidente: DORIVALDO CÂNDIDO DA SILVA				Posto/Graduação: SD PM	
HORÁRIOS:	Aclonamento: 20hs00min	Chegada no local 20hs05min	Horário do sinistro 19hs55min	Bairro BELO HORIZONTE	Município: PATOS	U F PB
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia RUA HORÁCIO NÓBREGA (PRÓXIMO AO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE)						
Data/Ocorrência 25/03/2016	Dia da Semana SEXTA-FEIRA	C/S Vítima QT COM/01	Natureza do Acidente ABALROAMENTO	Tipo de pavimento ASFÁLTICO	Condições/Via SECA	Tempo BOM
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 (DOIS)			Controle do tráfego no local SINALIZAÇÃO HORIZONTAL			

Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO							
Sexo M	Nascimento 25/03/1991	RG 3621224 SSP/PB	Registro CNH nº 05992053010	UF PB	CPF 093.848.024-33		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB							
1ª Habilitação 04/02/2014	Categoria AB	UF PB	Ex. Med./Dia SIM	Data Vencimento 19/08/2018	Usava cinto —	Usava Capacete SIM	
Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO				Comportamento do Condutor SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS			

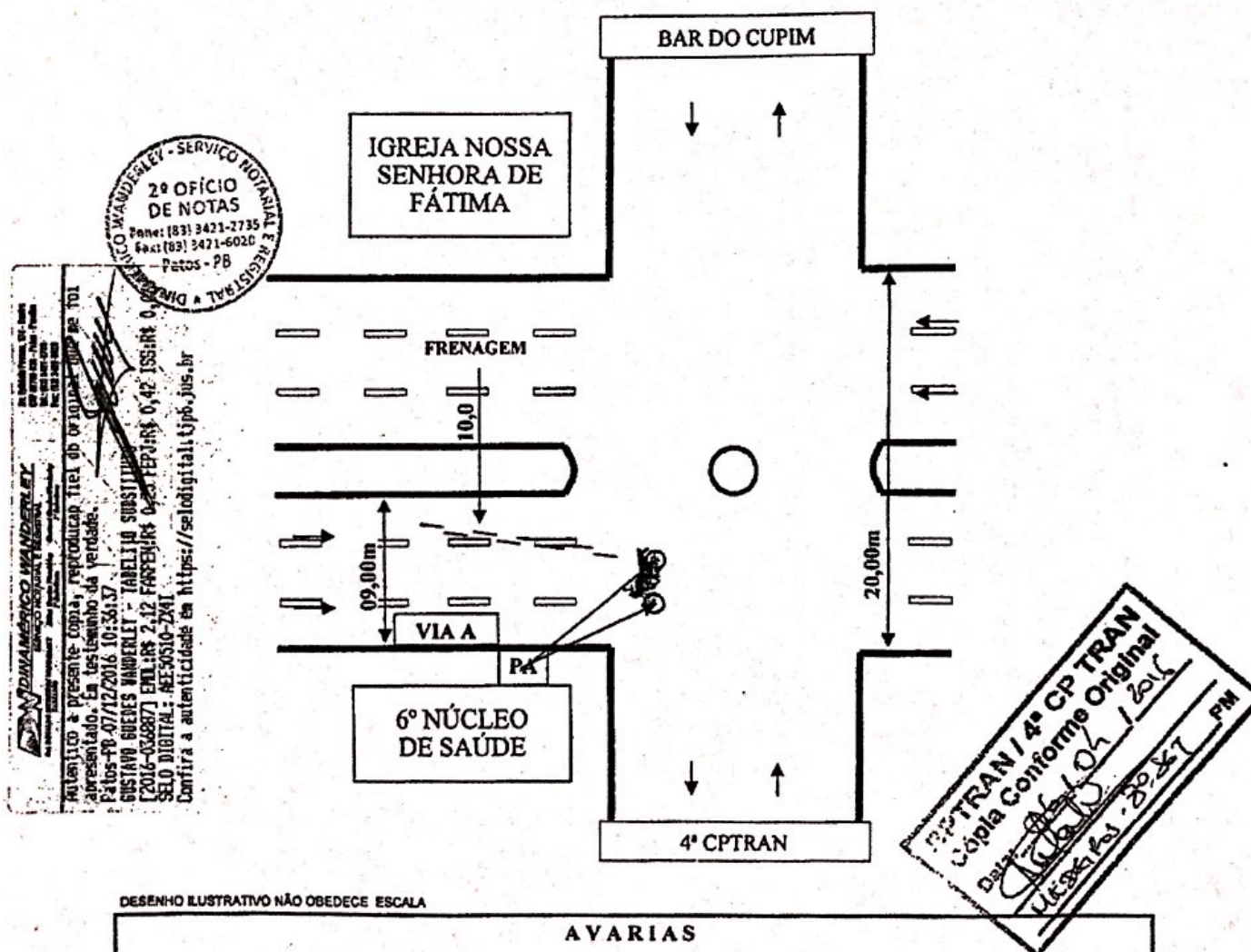
Marca HONDA/CB300	Espécie MOTOCICLETA	Placa QFE-8719	Categoria PARTICULAR	Município SÃO JOSÉ DE ESPINHAS	UF PB
Nome do Proprietário ERNANI DAS NEVES					
Seguradora DPVAT		Bilhete Nº 012031044020	Renavan 0102022337-2	Data de Emissão 07/10/2015	

QUE TRAFEGAVA PELA RUA HORÁCIO NÓBREGA SENTIDO CENTRO/NOÉ TRAJANO; QUE AO SE APROXIMAR DA ROTATÓRIA DO TRECHO ONDE SE DEU O ACIDENTE FOI SURPREENDIDO PELO VEÍCULO 02 (V2) QUE REALIZAVA UMA MANOBRA DE FORMA BRUSCA E SEM ATENÇÃO; QUE NÃO FOI POSSÍVEL EVITAR O ACIDENTE, MESMO FREANDO;

VITIMA 01		
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO	Sexo M	Nascimento 25/03/1991
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB		
	Viajava no Veículo Nº V1 (HONDA/CB300-MOTOCICLETA)	Usava Cinto —
Condição da Vítima: (X) Condutor () Passageiro () Pedestre	Conduzido Para HOSPITAL REGIONAL DE PATOS	

BPTRAN / 4ª CP TRAN
Cópia Conforme Original
Data: 20/04/2016
WEDERROS-36367 PM

CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº	041/2016
AMARRAÇÕES	
VIA "A" - Rua Horácio Nóbrega: 20,00 metros / Segmento do acidente: 09,00 metros PR (Ponto de Referência): 6º Núcleo Regional de Saúde PA (Ponto de Amarração): Poste da Energisa VI (Veículo 01) Eixo Dianteiro Direito 15,00 e Eixo Traseiro Direito 16,00 metros para (PA)	



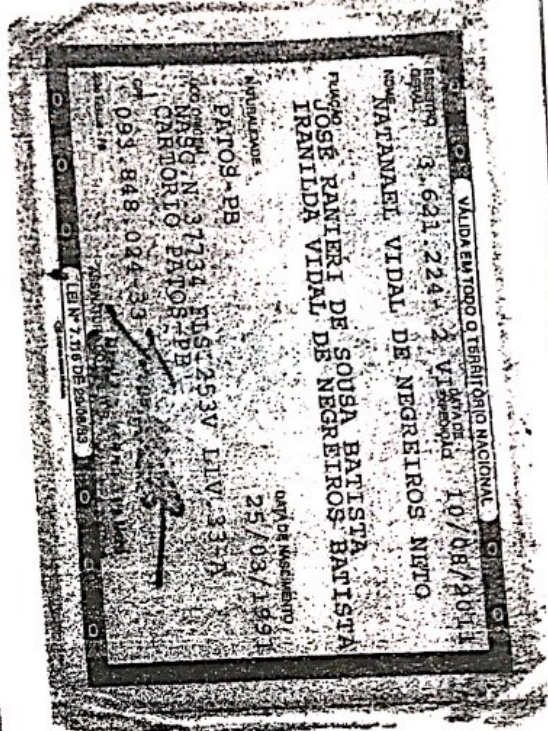
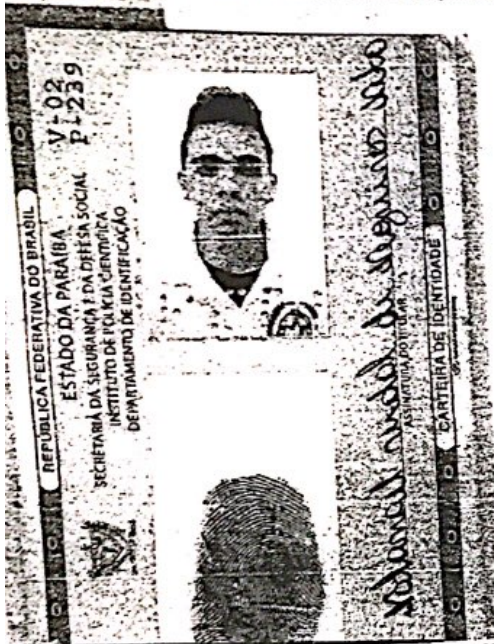
DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS	
<p>V1</p>	<p>SD PM Mat. 525.026-9 DORIVALDO CANDIDO DA SILVA RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO</p>

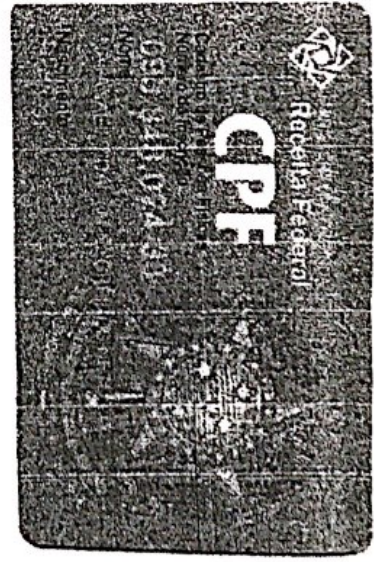
Scanned with CamScanner



Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - TABELIÃO SUBSTITUTO
[2016-0336998] EMPL:R\$ 2,12 FAREFENR\$ 0,25 FAREFENR\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELO DIGITAL: A2674151-2469
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - TABELIÃO SUBSTITUTO
[2016-0336998] EMPL:R\$ 2,12 FAREFENR\$ 0,25 FAREFENR\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELO DIGITAL: A2674153-304P
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 008.899.440



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

ALEX RANGEL VIEIRA
RUA SABINO VIANA S/N 2 AND AP 204
PATOS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1629690-7

REFERÊNCIA

JUN/2018

APRESENTAÇÃO

29/06/2018

CONSUMO

5

VENCIMENTO

06/07/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 17,15

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

ALEX RANGEL VIEIRA

Roteiro: 18-118-465-1180

83670000000-0 17150054000-9 16296902018-7 06400118019-5

VENCIMENTO

06/07/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 17,15

MATRÍCULA

1629690-2018- 06-4



Assinado eletronicamente por: WALDEY LEITE LEANDRO - 04/07/2018 08:29:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18070408253173600000014778935>

Número do documento: 18070408253173600000014778935

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, NATANAEL WIDAL DE NEGREMOS NETO,

RG nº 3621724, data de expedição 10/08/2011, Órgão SSD - PR,

CPF nº 093.848.024-37, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA SABINO WIANA</u>
Número	<u>SIN</u>
Apto / Complemento	<u>2 AND AP 204</u>
Bairro	<u>Monte Castelo</u>
Cidade	<u>RATOJ</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58700-000</u>
Telefone de Contato	<u>(43) 9.9910.3948 / 98851-3409.</u>
E-mail	<u>VANESSA.MARIA@LIVE.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: RATOS-PO, 20 DE MAIO DE 2017

Assinatura do Declarante: Natanael Vidal de N. Neto

Scanned with CamScanner



CONTRAN

Author/Editor/Compiler's Address

PH № 012031044620 БИЛЕТЪ ДЪ СЕГУРО ДЪ ВЪТ

SAC DPVAT 0800 022 1204

[illegible]

SEGURODORA LIDER - PRIVAT

CHPU 06242, 808,0001-04
www.asguradorallden.com.br

41025-1531598-20151007



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, EMMANI DAS NEVES,
RG nº 1370095, data de expedição 13/08/2005
Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 041023.137-03, com
domicílio na cidade de PATOJ, no Estado de
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Renanir: AGNES DE BUJO, nº SN,
complemento CABA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima NATANIEL WALAC DE NEGRIMOS NETO, cujo o condutor era
NATANIEL WALAC DE NEGRIMOS NETO.

Veículo: MOTOCICLETA.
Modelo: HONDA CB 300
Ano: 2014
Placa: QFE 8718
Chassi: 9C2NE4930ER023632
Data do Acidente: 25/03/2016
Local e Data: PATOJ - PB, 25/04/2016.

Emmani das Neves
Assinatura do Declarante

Nataniel Walac de N. Neto

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

DECLARANDO AFIRMATIVAMENTE

AS LETRAS E FIRMAS DE Emmani
das Neves, por outorga
licidade

Em 16 de verdade

2. José de Esauharas

25/04/2017
elo digital: AEW95041-026D
consulta dato: selo digital. tjb.pb.jus.br

CARTÓRIO ÚNICO LUCENA
REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.309.188/0001-29
SAO JOSÉ DE ESPINHARAS-PB

Antonia Gomes de Sousa

Scanned with CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DIP-93

Ernani das Neves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.370.095 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 3/08/70

NOME **ERNANI DAS NEVES**

Sobrenome **Severino Francisco das Neves**

FILIAÇÃO **Barbara Maria da Conceição**

Serra Negra do Norte-RN 13.04.1

NATURALIDADE DATA DE NASCIM

Cart. Cas. 9543. Fls. 91. Liv. B-26

DOC ORIGEM

Cart. Patos-PB

CPF

João Pessoa - PB *Mo. Neves* ASSINATURA DO DIRETOR

04/08/70

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

041021137 03

ERENANI DAS NEVES

13-04-55

Ernani das Neves

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPUTACIONAL DE REGISTRO DO TITULAR DE USO REGISTRADO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, FISCAL, DA RECEITA FEDERAL.

CARTÃO DO AGENTE EMISSOR

1704/0687

15/03/193

RECEITA FEDERAL

0715000-7

certifico que a presente cópia
é a reprodução da original, da
qual me reporto e dou fé.

São José de Espinheiros 25/04/2017

AS

Antônia Gomes de Sousa
TABELÉA SUBSTITUTA

Selo digital: ADW 84536-NCCF

consulte o ato: selodigital.zip

CARTÓRIO ÚNICO LUCENA
REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.309.188/0001-29
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS-PB

AS

Antônia Gomes de Sousa
Tabeléa e Registradora

certifico que a presente cópia
é a reprodução da original, da
qual me reporto e dou fé.

São José de Espinheiros 25/04/2017

AS

Antônia Gomes de Sousa
TABELÉA SUBSTITUTA

Selo digital: ADW 84537-7

consulte o ato: selodigital.zip



PATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que no dia 25 de março de 2016, o senhor NATANAEL VIDAL DE NEGREIRO NETO foi vítima de acidente moto, cujo registro consta em nosso sistema sob número de ID 0065, onde o mesmo foi conduzido ao hospital regional de Patos – PB, para continuidade do atendimento a saúde.

Desde já me ponho à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas referentes ao assunto.

Maézio Lucena Batista
MAÉZIO LUCENA BATISTA
COORDENADOR GERAL
SAMU 192 - Patos-PB

Scanned with CamScanner



SUS **HIP**
SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE

ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2605473 CNPJ: 08.778.268.0023/76
NOME: HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, S/N
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAÍBA UF: 25
Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: NATANAEL VIDAL DE NEGREIRO NETO
Mãe: IRANILDA VIDAL DE NEGREIRO BATISTA
Idade: 25 Cor: PARDA Sexo: M
Profissão: VIGILANTE
Endereço: EPAMINONDAS ROCHA
Bairro: BELO HORIZONTE
Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808 Num.: 184 Fone: (83)9832-1663
CNS: 165-4177-2275-0003 Identidade:
CPF: Reg. Nasc.:
Data / Hora: 25/12/2016 20:20:49 Recepção/Isz: Maria do Carmo
Ficha Número: 131265 17860

PESO: PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FISICO (SUMÁRIO)
PRESENTE com retorno de
AUSENTE DE NOVA SEÇÃO.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)
Nº COXD @ Nº REAGEL, Nº QDADA
Nº BATESA DO, Nº CEEVORZ PENES
RESULTADOS



GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"

Limão Ortiz Silva

Atendi NATANIEL

VIM DE NOTAR

NOTO que a cidade

com nota de

25-07-16 pelo

Fratres o Poder

Direito. Nota

Stênio de
Carmo
OAB 2017-222116
CNPJ 08.740.773/0001-00

reunidos a

com a presença

dos, reunidos

reunidos

20/11/16

Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.



DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Rua Saldanha Lima, 171
052-00000-000 - Patos - PB
Tel.: (83) 3421-2725
Fax: (83) 3421-0020

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 24/02/2017 09:53:24
VILMA DE LUCENA HORATIS - ESCRITURARIA
(2017-010768) ESCRITURA 2,31 FAPENIR 0,22 FEPJERN 0,46 ISSIR 0,07
SELO DIGITAL: AES32674-NOPV
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL "DER. JANDUHY CARNEIRO"



LM-DO ORTOPEDIA

Mendi NATANIEL

VIDAL DE NEGRAVA

NETO, PUE FRANK

O FEMUR DIREITO.

PO DE 25.03.16; HOJE

O FRATURA ENCONTROU

CONSOLIDADA, O QUE

QUANTO A BEM-ESTAR

FÍSICO.

27.10.16

Stênio W. Araújo
CRM 122.121-1
ORTOPEDIA - PATOS - PB
CNS 2067304771001

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

WANDERLEY - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
2º OFÍCIO DE NOTAS
Fone: (83) 3421-2725
Fax: (83) 3421-5020
Patos - PB

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

Patos - PB 24/02/2017 09:53:24

VILMA DE LUCENA NOVAIS - ESCRITURARIA

12017-0107697 EML: R\$ 2,31 FARENHA: 0,27 FÉVRY: 0,46 ISSIR: 0,07

SELDO DIGITAL: AES32675-DMM

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: WALDEY LEITE LEANDRO - 04/07/2018 08:29:57

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18070408282743900000014778995>

Número do documento: 18070408282743900000014778995

Num. 15150566 - Pág. 3



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDHUY CARNEIRO
PATOS - PARAÍBA

REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: Natanail Vital

DA CLÍNICA

ENFERMARIA U10

A CLÍNICA

LEITO 03

MOTIVO DA CONSULTA:

(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO
E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE

PARECER:

25 anos

Pré-op. fratura U10.

M10 NDV.

M60 NDV

ALERGIAS: ⊖

ACV 200-27, sem fôpros

ECG: taquicardia sinusal

condições. Boito novo.

28/03/16

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA

Scanned with CamScanner



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

BENEFICIÁRIO NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**CPF/CNPJ:** 09384802433**Posição em 04-06-2018 14:05:04**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/08/2017	R\$ 5.737,50	R\$ 0,00	R\$ 5.737,50





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0803252-80.2018.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Ao analisar a inicial e os documentos constantes dos autos, verifico que a parte Autora exerce profissão, mas não informa seus rendimentos. A fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte Autora, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, determino a juntada das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ), **juntando, em qualquer caso, os comprovantes de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria e CTPS**, informando seus eventuais gastos, caso existam, podendo o(a) Autor(a) fazer as manifestações que achar pertinentes. Prazo: 15 dias.

2. Caso a parte não se manifeste acerca da providência acima, intime-se novamente, desta vez para regularizar o prosseguimento do feito, em 15 (quinze dias) dias, providenciando o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção.

Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito



AO R. JUÍZO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE PATOS, PB

AUTOS: 0803252-80.2018.8.15.0251

NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe vem através de seu procurador, à presença de Vossa Excelência **INFORMAR**.

1 – MM. Juiz a parte autora vem informar que não declara imposto de renda isto por que a soma de seus rendimentos anuais nunca ultrapassaram o limite do teto legal.

3 – Destaque-se que a única renda que o autor possui corresponde a valor pouco superior a um salário mínimo, do qual, destina-se para suprir todas as necessidades de seu grupo familiar inclusive com filho menor de idade não tendo assim condições financeiras de arcar com as custas processuais sem comprometer seu próprio sustento e de sua família.

3 - A parte requer a juntada de documentos comprobatórios de suas afirmações.

4 – Pelo exposto, a parte autora vem perante Vossa Excelência ratificar o pedido dos benefícios da justiça gratuita.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.



Patos, 09 de Agosto de 2018

WALDEY LEITE LEANDRO

OAB-PB 13.958

EDMAR DE

ARAÚJO FERREIRA

OAB-PB 23.270





DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IRPF

Eu, Waldemar Vidal de Negreiros Vêto, inscrito (a) no CPF sob o n. 093.848.024-33, portador (a) da Cédula de Identidade n. 3621224, residente e domiciliado (a) na Rua Rua Praytado Q=04 L=06 nº S/N, Bairro LOT Itatimunga, na cidade Patos - PB, **DECLARO**, para os devidos fins, que sou **ISENTO**

(A) de DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA, conforme regulamento da Receita Federal do Brasil. No ano anterior não obtive rendimentos provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias, pensões, aluguéis ou atividade rural, suficientes para declarar IRPF nesse ano, e não me enquadro nos demais casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda Pessoa Física.

Assumo a responsabilidade de informar, imediatamente à Vossa Excelência junto ao processo número 0803252-80-2018.8.15.0251 que tramita perante a 7ª Vara Cível desta comarca em **AÇÃO** Recurso de recurso DPRAT, a alteração dessa situação, apresentando a documentação comprobatória.

Sob as penas das Leis Civil e Penal, **DECLARO** que as afirmações acima são a expressão da verdade pelo que me comprometo criminalmente, sabendo que declaração falsa é crime (art. 299 do Código Penal).

Cidade, Patos, 9 de agosto de 2018.

Waldemar Vidal de Negreiros Vêto

Assinatura

Dr. Waldey Leite Leandro.
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.
Fone: (83) 8808-3805
E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com

Scanned by CamScanner



Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)		Data e Assinatura ____/____/____		
Empregador UNIAO COMERCIO DE DERIVADOS DE PET		CNPJ/CEI 05.515.652/0001-82	Admissão 02/05/2013	Competência Junho de 2018
Empregado 000012 NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO		Cargo FRENTISTA CAIXA NOTURNO	Lotação EMPREGADOS	
PIS 16541772275	Banco	Agência	Conta	Tipo de Conta
Discriminação das Verbas				
Cod.	Descrição	Referência	Provento	Desconto
011	Salário-Base	30 dia(s)	1.007,34	
013	Periculosidade	30%	302,20	
049	Descanso Semanal Remunerado	5 dia(s)	14,65	
050	Adicional Noturno 20%	20%	201,47	
905	Quebra de Caixa		100,73	
943	Feriado P	5h	73,26	
947	Complemento de Reaj. Salario		168,59	
300	Adiantamento Compensação			500,00
310	INSS	9%		168,14
			Total de Proventos 1.868,24	Total de Descontos 668,14
				Líquido a Receber 1.200,10
Salário Contratual 1.007,34	Base de Cálculo do INSS 1.868,24	Base de Cálculo do FGTS 1.868,24	FGTS 149,45	FGTS Contribuição Social Base de Cálculo do IRRF

Scanned by CamScanner



ATACADAO S.A.
 ROD BR-230, 2000
 SETE CASAS - PATOS - PB -
 CNPJ: 75.315.333/0199-85 IE:

162880235

18/07/2018 20:40:12 TRANSAÇÃO: 62343

DANFE NFC-e Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal Eletronica para Consumidor Final
 Nao Permite aproveitamento de credito de ICMS

Item	Cod	Descricao	Qlde Un	VirUnit	VirTot
42600952	SALG.PIPPOS	1X5UND			
2	UND	X	3,89		7,78
57074914	ACHOC.CHOCOLATTO	1X700G			
1	UND	X	6,99		6,99
07674955	PO SORV.YOKI	1X1UND			
1	UND	X	4,29		4,29
26851902	SACOLA INSTITUCIONAL	1X1UND			
2	UND	X	0,20		0,40
60779931	KIT PALMOLIVE KIDS	1X350ML			
1	UND	X	20,90		20,90
34944108	CERV.ITAIPAVA	12X269ML			
1	FDO	X	19,08		19,08
12464903	LEITE PO PIRACANJUBA	1X200G			
37	PCT	X	3,49		129,13
09103971	MUCILON ARROZ SACHE	1X230G			
4	UND	X	4,62		18,48
12464903	LEITE PO PIRACANJUBA	1X200G			
1	PCT	X	3,49		3,49
56291966	MINGAU NUTRIBOM	1X230G			
4	UND	X	2,99		11,96
27392917	MUCILON ARROZ/AVEIA	1X230G			
4	UND	X	4,62		18,48
26851902	SACOLA INSTITUCIONAL	1X1UND			
2	UND	X	0,20		0,40
56288903	MINGAU NUTRIBOM	1X230G			
4	UND	X	2,99		11,96
11855951	BISC.TRELOSO RECH.	1X60G			
7	UND	X	0,59		4,13
22865926	BISC.REC.TRELOSO BRI	1X60G			
5	UND	X	0,59		2,95
02455986	BISC.VITAR.TRELOSO	1X60G			
7	PCT	X	0,59		4,13
22863907	BISC.RECH.TRELOSO RE	1X60G			
5	UND	X	0,59		2,95
56273928	BISC.CLUB SOCIAL REC	1X106G			
2	UND	X	3,09		6,18
41778992	AMENDOIM YOKI DESC.S	1X500G			
1	UND	X	7,49		7,49
59541154	CERVEJA HEINEKEN	6X250ML			
1	CXA	X	17,94		17,94
23424100	BEB.LACTEA ITALAC TP	24X200ML			
1	CXA	X	16,56		16,56
49495981	BISC.ESTRELA	1X400G			
3	UND	X	2,19		6,57
35824947	BISC.ESTRELA MARIA	1X400G			
1	PCT	X	2,69		2,69
37692101	PAO FORMA BELLAVITA	1X450G			
1	PCT	X	2,19		2,19
54431983	BISC.MARILAN ROSQUIN	1X400G			
1	PCT	X	3,69		3,69
35823988	BISC.ESTRELA MAIZ.	1X400G			
1	UND	X	2,69		2,69
06898885	OVO BCD MD PVC	1X30UND			
1	BDJ	X	6,99		6,99
43358967	RF.BOV 1,182kgx	2,99R\$/kg			
kg	X				3,53
22135954	ACUC.CRISTAL ALEGRE	1X1Kg			
5	PCT	X	2,15		10,76
57847976	FARINHA MAND.TURQUES	1X1Kg			
1	PCT	X	3,79		3,79
26858918	FAR.MILHO NOVOMILHO	1X500G			
6	UND	X	0,88		5,28
05009806	FEIJAO SUPER MAXIMO	1X1Kg			
2	PCT	X	2,89		5,78
53584945	HF.GOMA PENEIRADA S.	1X1Kg			
2	PCT	X	4,69		9,38
03222989	CAFE SAO BRAZ ALM.FM	1X250G			
3	UND	X	4,69		14,07

04341915	FRM.1X100 R.BON C/P	1X1Kg			
1	PCT	X	2,69		2,69
29996998	MASSA LAS.FORTALEZA	1X500G			
1	UND	X	3,45		3,45
23416928	ARROZ URBANO PARB.TI	1X1Kg			
6	PCT	X	2,75		16,50
35813909	MAC. ESTRELA ESPAG.	1X500G			
4	PCT	X	1,59		6,36
12474982	ARROZ CAMIL AG.TI	1X1Kg			
1	PCT	X	2,89		2,89
11300984	OLEO-SEJA SOJA	1X900ML			
1	FRC	X	3,29		3,29
49789913	MOLHO TOM.TAMBAU	1X340G			
1	UND	X	1,19		1,19
39697983	MOLHO TOM.MARATA	1X340G			
1	UND	X	1,09		1,09
58933949	MILHO PIPOCA MICRO	1X50G			
2	PCT	X	1,09		2,18
49621978	FORMA PLASVALE GELO	1X1UND			
1	UND	X	1,89		1,89
01599929	CR.LEITE ITALAC	1X200G			
5	CXT	X	2,39		11,95
17305975	EXT.XAVANTE	1X190G			
1	UND	X	1,29		1,29
42695977	REFR.MARATA UVA	1X30G			
3	UND	X	0,55		1,65
42691939	REFR.MARATA MORANGO	1X30G			
2	UND	X	0,55		1,10
42688977	REFR.MARATA LIMAO	1X30G			
1	UND	X	0,55		0,55
42689936	REFR.MARATA MANGA	1X30G			
2	UND	X	0,55		1,10
57350977	COLA INST.THREE BOND	1X3G			
1	UND	X	1,98		1,98
08913998	LA ACO ASSOLAN	1X60G			
1	PCT	X	0,99		0,99
22076946	LEITE COND.MARAJORA	1X395G			
2	UND	X	2,99		5,98
41534810	REQUEIJAO SUPREMO CP	1X200G			
1	UND	X	3,69		3,69
25986927	DET.PO ALA	1X500G			
1	UND	X	2,45		2,45
14637925	PIMENTA PO KITANO	1X50G			
1	PCT	X	6,59		6,59
57983942	LAVA ROUPA LIQ.OHO	1X1L			
1	UND	X	7,69		7,69
37201944	ALHO RAINHA TRITUR.	1X200G			
1	PTE	X	2,59		2,59
02047973	ESC.D.CONDORINF.GTS	1X1UND			
1	UND	X	1,30		1,30
49483984	ESC.DENTAL SORRISO	1X2UND			
1	UND	X	6,90		6,90
61024934	SAB.PROTEX	1X85G			
1	UND	X	1,99		1,99
09959965	VINAGRE MINHOTO	1X500ML			
1	UND	X	1,89		1,89
34726828	QJO RALADO N.DA VACA	1X50G			
1	UND	X	2,45		2,45
15383855	SARD.COQUEIRO	1X83G			
1	UND	X	3,69		3,69
35328929	SARDINHA 88 TOMATE	1X84G			
1	UND	X	2,79		2,79
57954967	SAB.PALMOLIVE	1X85G			
1	UND	X	1,21		1,21
57953907	SAB.PALMOLIVE	1X85G			
1	UND	X	1,21		1,21
57955926	SAB.PALMOLIVE	1X85G			
1	UND	X	1,21		1,21
61021956	SAB.PROTEX	1X85G			
1	UND	X	1,99		1,99
61021956	SAB.PROTEX	1X85G			
1	UND	X	1,99		1,99
17332949	TEMP.MAGGI GRILL P/C	1X120G			
1	UND	X	4,79		4,79
40332940	AGUA SANIT.DRAGAO	1X5L			
1	UND	X	4,85		4,85
26851902	SACOLA INSTITUCIONAL	1X1UND			
2	UND	X	0,20		0,40
57956986	SAB.PALMOLIVE	1X85G			
1	UND	X	1,21		1,21
26987987	DET.PO ALA	1X500G			
1	UND	X	2,45		2,45

QTD. TOTAL DE ITENS 181
 VALOR TOTAL R\$ 526,42
 FORMA DE PAGAMENTO Valor Pago
 Cartão de Crédito 526,42

Informacao dos Tributos Totais e Incidentes
 (Lei Federal 12.741/2012)

Scanned by CamScanner

MIKAELY GONCALVES DE SOUSA
RUA PROJETADA, S/N - Q4 L6 - LOT ITATIUNGA
PATOS / PB CEP: 58700000 (AG: 118)

Emissão: 17/04/2018 Referência: Abr / 2018
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Roteiro: 9 - 118 - 235 - 1130 Nº medidor: 00008664267



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 005.164.259
Cód. para Déb. Automático: 00017824335

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Abr / 2018	17/04/2018	17/05/2018	10812990455 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/1782433-5**

Canal de contato

Viu um fio quente no chão? Não toque ou se aproxime. Ligue imediatamente para a Energisa e peça auxílio para isolar o local.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
16/03/18	4183	17/04/18	4469	1	286	32

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Aliq.	ICMS(R\$)	Base Calc. Pis(R\$)	Colins(R\$)	
		Tributos Total(R\$)		ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Colins(R\$)	(0,9161%)	(4,2196%)	
0601	Consumo em kWh	286,000	0,728780	208,43	208,43	27	56,27	208,43	1,90 8,79
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			17,68	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 06/2017			10,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 06/2017			2,22	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 06/2017			2,35	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item	TOTAL:	240,68	208,43	56,27	208,43	1,90	8,79
--------------------------------------	--------	--------	--------	-------	--------	------	------

Média últimos meses (kWh)
213

VENCIMENTO
24/04/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 240,68

Histórico de Consumo (kWh)

128	223	166	160	175	213	207	244	292	277	241	228
Abr/17	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18

RESERVADO AO FISCO
6a32.b115.91ee.5305.fa6e.cfb.d.2088.9e5a.

Indicadores de Qualidade

Limites Aburdo Limite de Tensão

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	54,15	22,50

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

DAVY GONÇALVES VIDAL DE NEGREIROS

MATRÍCULA

0720410155 2015 1 00056 262 0064248 72

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO)

vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze

DIA

23

MÊS

02

ANO

2015

HORA DE NASCIMENTO

10:49

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Patos-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF

Patos-PB

LOCAL DE NASCIMENTO

Maternidade Dr Peregrino Filho - Patos-PB

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

Natanael Vidal de Negreiros Neto e Mikaelly Gonçalves de Sousa

AVOS

PATERNOS: José Ranieri de Sousa Batista e Iranilda Vidal de Negreiros Batista ;
MATERNOS: Maria Aparecida Gonçalves de Sousa.

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quinze (25/02/2015).

DNV (DEC. NASC. VIVO)

30694525024

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Registro lavrado em 25/02/2015, no livro A-00056, Nº 64248, folha 262.

NOME DO OFÍCIO

Céu Palmeira Serviço Registral

OFICIAL REGISTRADOR

Maria do Céu Palmeira Monteiro Felipe

MUNICÍPIO/UF

Patos-PB

ENDEREÇO

Rua Rui Barbosa S/N, Ed. João Alves, sala 02, Centro Patos-PB -
CEP 58700060 Fone: 83-3421 2990 E-mail:
cartoriocivilpatospb@yahoo.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Patos-PB, 25 de Fevereiro de 2015

Lúcia de Fátima de Souza Moura

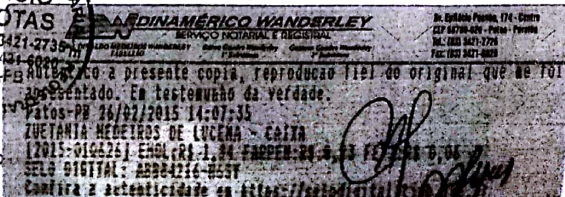
Lúcia de Fátima de Souza Moura
Escrevente Compromissada

Selo Digital: AAR46837-4IRN

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Serviço Registral

Lúcia de Fátima de Souza Moura
Escrevente



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Nº 875884 A

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: WALDEY LEITE LEANDRO - 09/08/2018 11:41:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080911403037700000015446289>

Número do documento: 18080911403037700000015446289

Num. 15842302 - Pág. 1



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0803252-80.2018.8.15.0251

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

2. Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, deste Diploma.

3. **Cite-se** a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC). Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça, uma vez recolhidas as custas respectivas, se for o caso, inclusive intimando-se para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

4. Apresentada contestação, a parte autora deve ser **intimada** para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo, inclusive, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Cumpra-se. Intimações e Diligências necessárias.

Patos, 24 de abril de 2019



Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO** Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

PATOS-PB, 11 de junho de 2019.

JOAO JERONIMO DA SILVA
Chefe de Cartório

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

18070408294830100000014778844





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Ciencia despacho ID 20748254



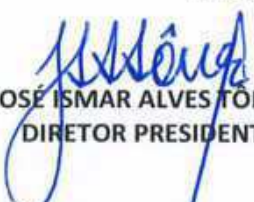
SEGUE ANEXO.



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	AD528690
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3,9% Escrevente
ETLP-56881 HQT, ETLP-56882 GHS		10796-48062 série 09077 ME
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

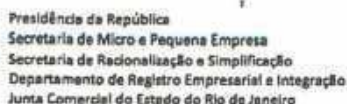


com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Types of Pollution

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE53ECF8FFD5CF68740F233R496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 02/07/2019 15:26:40

<http://pje.tibb.ius.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070215263984300000021733307>

Número do documento: 19070215263984300000021733307

Num. 22391367 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA8021F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



JUCERJA
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.


Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5E5CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



Num. 22391367 - Pág. 7



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

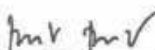
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08032528020188150251

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **25/03/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **01/12/2016**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **25/03/2016**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 5.737,50 (CINCO MIL E SETECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 29 de junho de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

QUESITOS DA RÉ

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO



Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



move **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, em curso perante a **7ª VARA CÍVEL** da comarca de **PATOS**, nos autos do Processo nº 08032528020188150251.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SEGUE ANEXO.



Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2017

Carta nº: 11132190

A/C: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170312486 ASL-0215432/17

Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Data Acidente: 25/03/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **05/06/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **25/03/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento ilegível

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00515/00516 - carta_03



Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2017

Carta nº: 11132200

A/C: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170312486 ASL-0215432/17

Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Data Acidente: 25/03/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00365/00366 - carta_01



Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2017

Carta nº: 11377656

A/C: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Sinistro: 3170312486 ASL-0215432/17
Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
Data Acidente: 25/03/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

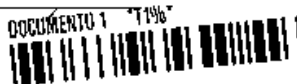
Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00935/00936 - carta_02



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO,

PORTADOR(A) DO RG Nº 3621224 EXPEDIDO POR SAPB EM 10/08/2011 E

CPF 093848024-33 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO RECIPIENTE

E RENDA MENSAL DE R\$ 2200,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

Marcos Aurélio Vidal
05 JUN. 2011
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 341 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3833 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 09997-7

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

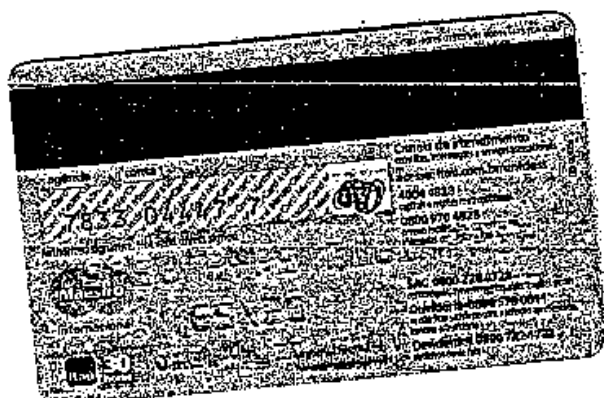
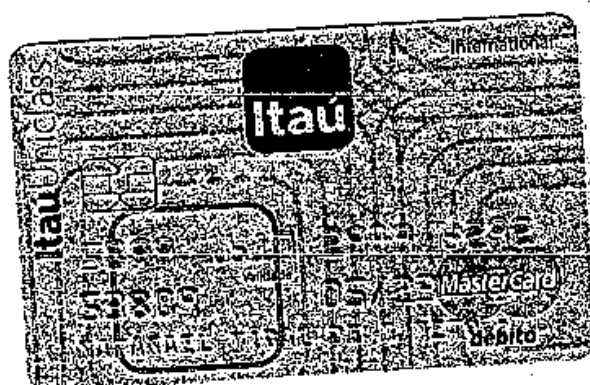
18 de ABRIL de 2017
LOCAL E DATA

Natanael Vidal de X. Neto
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





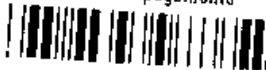
Marcos Aurelio Vidal
05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Autorização de pagamento



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, NATANAEL VIDAL DE NEGUINHOS NETO

PORTADOR(A) DO RG Nº 3621224

EXPEDIDO POR S DS PB

EM 10 / 08 / 2017 E

CPF 093848024-33 / CNPJ 000000000-0000-00, PROFISSÃO RECEIU

E RENDA MENSAL DE R\$ RECEIU (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA NATANAEL VIDAL DE NEGUINHOS NETO. AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 383 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 78 33 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 0444-7

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 17 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 101 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 2017

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

CORRETAGEM DE SEGUROS

17/08/2017

PAPOS - RR 05 de Setembro de 2017

LOCAL E DATA

Natanael Vidal de Neguinhos Neto

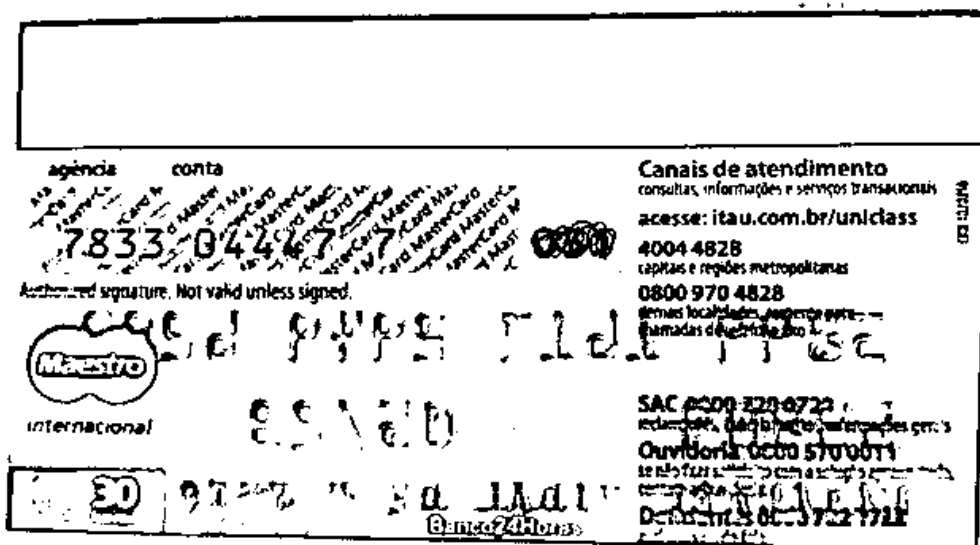
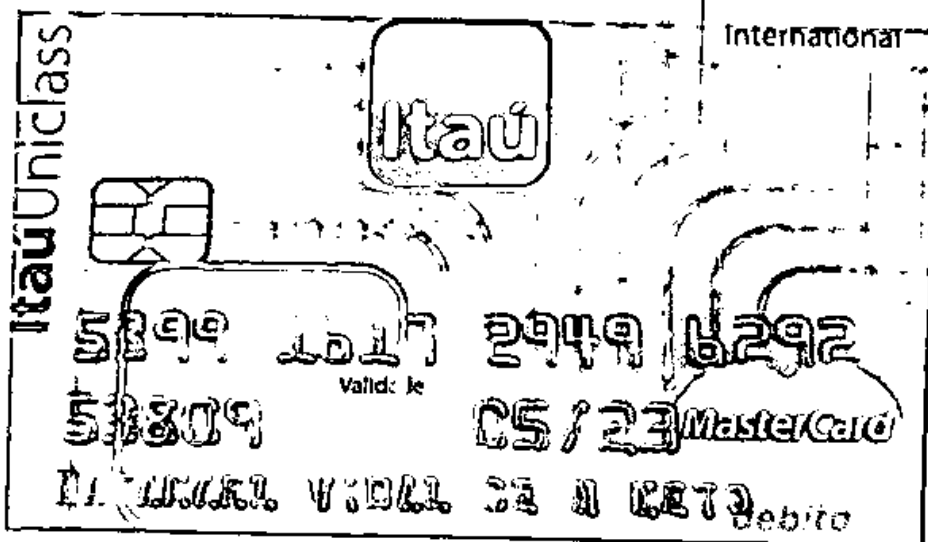
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até **R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até **R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





Marcos Aurelio Vieira

17 JUL 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): Natanael Vidal de Negreiros Neto
Endereço do(a) Examinado(a): Rua Sabino Viana, S/N Ap 204
Monte Castelo Patos PB CEP: 58707-020
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SSP / PB] 3621224
Data local do exame: [04/08/2017] Cajazeiras [PB]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
- FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO E FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO.. APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.**
- a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?
(☒) Sim () Não
- Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (Item VI)), se necessário
- b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?
(☒) Sim () Não
- Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (Item VI))
- II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.
- PACIENTE DEU ENTRADA NO HOSPITAL DE ORIGEM AONDE REALIZOU INTERNAMENTO E TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO COM COLOCAÇÃO DE PLACA DE PLATINA E PARAFUSOS ALÉM DE USO DE ANTI-INFLAMATÓRIO E REPOUSO DA FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO. RECEBEU ALTA E REALIZOU FISIOTERAPIA.**
Data da alta: 12/2016.
REALIZOU INTERNAMENTO E TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO COM COLOCAÇÃO DE PLACA DE PLATINA E PARAFUSOS ALÉM DE USO DE ANTI-INFLAMATÓRIO E REPOUSO DA FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO. APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.
Complicações: SEM COMPLICAÇÕES.
- III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?
(☒) Sim () Não
- Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.
- APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, ENCURTAMENTO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.**
- Caso a resposta seja "Não", concluir dentro as opções no Item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no Item IV opções "b" ou "c"
- IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.
- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).
- | | |
|---|---|
| <p>() "Vítima em tratamento"
<i>Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias</i></p> <p>() "Exame não permite conclusão"
<i>Ver motivo do impedimento no campo das observações</i></p> | <p>() "Sem seqüela permanente"
<i>(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)</i></p> |
|---|---|
- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.
- | | |
|---|--|
| <p>Região Corporal (Seqüela):</p> <p>MEMBRO INFERIOR - Direito</p> <p>% do dano: () 10% residual (<input checked="" type="checkbox"/>) 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo</p> <p>Região Corporal (Seqüela):</p> <p>% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo</p> | <p>Região Corporal (Seqüela):</p> <p>LESÕES DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS</p> <p>% do dano: () 10% residual (<input checked="" type="checkbox"/>) 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo</p> <p>Região Corporal (Seqüela):</p> <p>% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo</p> |
|---|--|
- c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinala a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).
- () Total = "100% da IS"
- V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a)o Médico(a) Examinador(a)
Carimbo com Nome e CRM


Dr. José Gerardo V. Matos
Médico | CRM - 3216
CPF: 073.762.353-53



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRAL DE BOLETIM DE OCORRÊNCIAS- PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 - Tel./Fax: (83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma Ocorrência Policial N° 4994/16 cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **PRIMEIRO (01)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de **PATOS/PB**, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado. Ai, compareceu: **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETOS**, brasileiro, RG 3621224 SSP/PB, CPF 093.848.024-33, Natural de Patos/PB, Nascido (a) em 25/03/1991, Filho (a) de: Jose Ranieri de Sousa Batista e Iranilda Vidal de Negreiros Batista, Residente na Rua Epaminondas Rocha, 174, bairro Belo Horizonte, Patos/PB, Tel. (83) 9.9681.3535, a fim de prestar a seguinte queixa:

Que, na data 25/03/2016, por volta das 19h:50min, conduzia a motocicleta de marca/modelo HONDA/CB 300 R, placa QFE-8719/PB, Renavam 01020223372, Licenciada em nome de ERNANI DAS NEVES, sentido centro/Noé Trajano, quando ao se aproximar da rotatória próximo ao Hospital Regional de Patos/PB, um veículo que trafegava sentido Noé Trajano/centro, fez uma manobra indevida, sem sinalizar, causando a colisão; Que, não foi possível identificar o veículo, porque o mesmo se evadiu do local sem prestar socorro; Que, foi socorrido e levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade de Patos/PB.

E nada mais havendo a constar encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Natanael Vidal de Negreiros Neto

Patos/PB, 01 de dezembro de 2016.

Ana Maria Leandro
MT. 138.428-7

ESTA OCORRÊNCIA NÃO SUBSTITUI A APRESENTAÇÃO DO(S) DOCUMENTO(S) SUBTRAI(DO)S, EXTINTOS OU NÃO DESCRITIVOS.

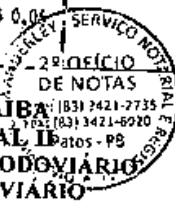
DINAMÉRICO WANDERLEY
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRAL DE BOLETIM DE OCORRÊNCIAS- PATOS/PB
Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB: 07/12/2016 10:36:37
SUBST490 SUEDES WANDERLEY - TABELADO SUBSTITUTO
[2016-036891] ENL:R\$ 2,12 FAPEN:R\$ 0,25 FEEJ:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,00
SELG DIGITAL: AEG74154-RUEP
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



COPIA DINAMÉRICO WANDERLEY
 Autentico a presente copia, reprodução fiel do original, e nº 101
 apresentado. Em testemunho da verdade.
 Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
 GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - TABELA SUBSTITUTIVA
 (2016-036885) EMPL:R\$ 2,12 FAPENIR\$ 0,25 FEPPJ:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,04
 SELLO DIGITAL: AEE50508-2BNC
 Confira a autenticidade em <https://salodigital.tjpb.jus.br>



POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA
COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL II
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
4ª COMPANHIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE							
Nº BAT 041/2016		Responsável pelo Levantamento do Acidente: DORIVALDO CÂNDIDO DA SILVA				Posto/Graduação: SD PM	
HORÁRIOS:	Aclonamento: 20hs00min	Chegada no local: 20hs05min	Horário do sinistro: 19hs55min	Bairro: BELO HORIZONTE	Município: PATOS	UF PB	
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia RUA HORÁCIO NÓBREGA (PRÓXIMO AO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE)							
Data/Ocorrência 25/03/2016	Dia da Semana SEXTA-FEIRA	C/S Vítima QT COM/01	Natureza do Acidente ABALROAMENTO	Tipo de pavimento ASFÁLTICO	Condições/Via SECA	Tempo BOM	
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 (DOIS)			Controle do tráfego no local SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				

CONDUTOR 01 (C1)							
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO							
Sexo M	Nascimento 25/03/1991	RG 3621224 SSP/PB	Registro CNH nº 05992053010	UF PB	CPF 093.848.024-33		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB							
1ª Habilitação 04/02/2014	Categoria AB	UF PB	Ex. Med/Dia SIM	Data Vencimento 19/08/2018	Usava cinto ---	Usava Capacete SIM	
Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO				Comportamento do Condutor SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS			

VEÍCULO 01 (V1)					
Marca HONDA/CB300	Espécie MOTOCICLETA	Placa QFE-8719	Categoria PARTICULAR	Município SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	UF PB
Nome do Proprietário ERNANI DAS NEVES					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 012031044020	Renavan 0102022337-2	Data de Emissão 07/10/2015		

VERSÃO DO CONDUTOR 01 (C1)
QUE TRAFEGAVA PELA RUA HORÁCIO NÓBREGA SENTIDO CENTRO/NOÉ TRAJANO; QUE AO SE APROXIMAR DA ROTATÓRIA DO TRECHO ONDE SE DEU O ACIDENTE FOI SURPREENDIDO PELO VEÍCULO 02 (V2) QUE REALIZAVA UMA MANOBRA DE FORMA BRUSCA E SEM ATENÇÃO; QUE NÃO FOI POSSÍVEL EVITAR O ACIDENTE, MESMO FREANDO;

VÍTIMA 01		
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB		
Viajava no Veículo Nº V1 (HONDA/CB300-MOTOCICLETA)		
Usava Cinto ---		
Condição da Vítima: (X) Condutor () Passageiro () Pedestre		
Conduzido Para HOSPITAL REGIONAL DE PATOS		

[Assinatura manuscrita]

BPTRAN / 4ª CP TRAN
 Cópia Conforme Original
 Data: 24/04/2016
 HEDERAS - 80 JET PM



CONSTATADO

CONSTATADO QUE:

- CONDUTOR 01 (C1) FOI SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS;
- CONDUTOR 01 (C1) É HABILITADO E O VEÍCULO 01 (V1) LICENCIADO CONFORME A LEI;
- CONDUTOR 02 (C2) EVADIU-SE DO LOCAL DO ACIDENTE, SEM PRESTAR SOCORRO A VÍTIMA;
- NÃO HOUVE TESTEMUNHAS DO ACIDENTE;
- TRECHO DA VIA ONDE SE DEU O ACIDENTE É BEM ILUMINADO, CONSERVADO E COM NÍVEL ALINHADO;
- NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR TESTE DE ALCOOLEMIA;

atos - PB, 29/03/2016


SD PM. Mat. 525.026-9 DERIVALDO CANDIDO DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - [TABELÃO SUBSTITUÍDO
[2016-036886] EIM: R\$ 2,12 FAPENIR: 0,25 CAPIR: 0,42 ISS: R\$ 0,06
SELLO DIGITAL: AEE50509-ANOB
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>.



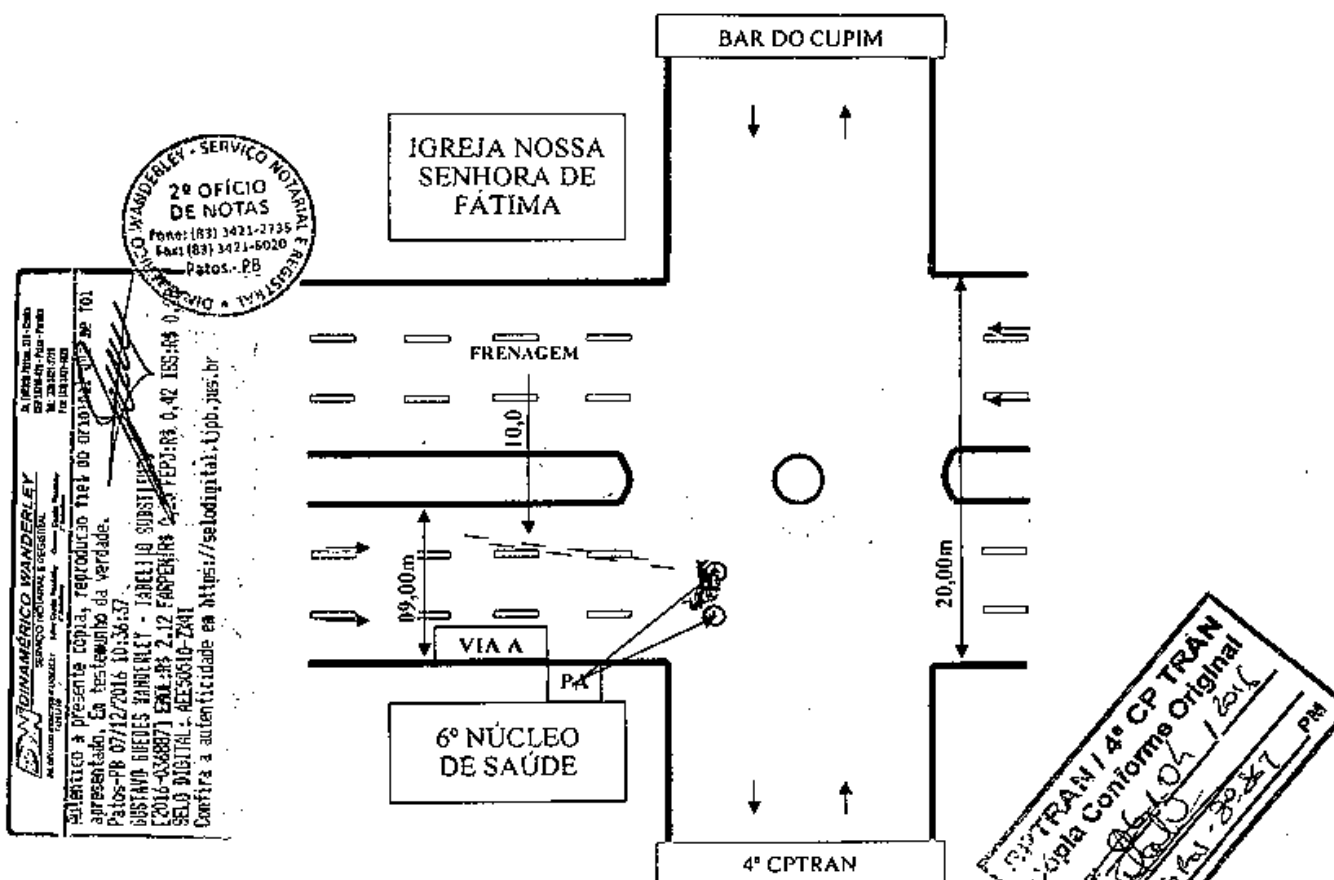
Marcos Aurelio Vidal

05 JUN. 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº	041/2016
AMARRAÇÕES	
VIA "A" - Rua Horácio Nóbrega: 20,00 metros / Segmento do acidente: 09,00 metros PR (Ponto de Referência): 6º Núcleo Regional de Saúde PA (Ponto de Amarração): Poste da Energisa V1 (Veículo 01) Eixo Dianteiro Direito 15,00 e Eixo Traseiro Direito 16,00 metros para (PA)	



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS	
<p>V1</p>	<p>SD PM Mat. 525.026-9 DORIVALDO CANDIDO DA SILVA RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO</p> <p>Marcos Aurelio Vidal 05 JUN. 2017 CORRETAGEM DE SEGUROS FEIRELI - MG</p>





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRAL DE BOLETIM DE OCORRÊNCIAS- PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 - Tel./Fax: (83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma Ocorrência Policial N° 4994/16 cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **PRIMEIRO (01)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de **PATOS/PB**, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado. Ai, compareceu: **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETOS**, brasileiro, RG 3621224 SSP/PB, CPF 093.848.024-33, Natural de Patos/PB, Nascido (a) em 25/03/1991, Filho (a) de: Jose Ranieri de Sousa Batista e Iranilda Vidal de Negreiros Batista, Residente na Rua Epaminondas Rocha, 174, bairro Belo Horizonte, Patos/PB, Tel. (83) 9.9681.3535, a fim de prestar a seguinte queixa:

Que, na data 25/03/2016, por volta das 19h:50min, conduzia a motocicleta de marca/modelo HONDA/CB 300 R, placa QFE-8719/PB, Renavam 01020223372, Licenciada em nome de ERNANI DAS NEVES, sentido centro/Noé Trajano, quando ao se aproximar da rotatória próximo ao Hospital Regional de Patos/PB, um veículo que trafegava sentido Noé Trajano/centro, fez uma manobra indevida, sem sinalizar, causando a colisão; Que, não foi possível identificar o veículo, porque o mesmo se evadiu do local sem prestar socorro; Que, foi socorrido e levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade de Patos/PB.

E nada mais havendo a constar encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Natanael Vidal de Negreiros Neto

Patos/PB, 01 de dezembro de 2016.

Ana Maria Leandro
MT. 138.428-7

ESTA OCORRÊNCIA NÃO SUBSTITUI A APRESENTAÇÃO DO(S) DOCUMENTO(S) SUBTRAI(DO)S, EXTINTOS OU NÃO DESCRITIVOS.

DINAMÉRICO WANDERLEY
REDAÇÃO NOTARIAL E REGISTRAL
Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 24/07/2019 17:19:37
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072417193494100000022277632
Número do documento: 19072417193494100000022277632



COPIA DINAMÉRICO WANDERLEY
 Autentico a presente copia, reprodução fiel do original, e nº 101
 apresentado. Em testemunho da verdade.
 Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
 GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - TABELADO SUBSTITUTO
 [2016-036885] EMPL:R\$ 2,12 FAPENIR\$ 0,25 FEPO:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,04
 SELLO DIGITAL: AEE50508-2BNC
 Confira a autenticidade em <https://salodigital.tjpb.jus.br>



**POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA
 COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL II
 BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
 4ª COMPANHIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
 BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



DADOS DO ACIDENTE							
Nº BAT 041/2016		Responsável pelo Levantamento do Acidente: DORIVALDO CÂNDIDO DA SILVA				Posto/Graduação: SD PM	
HORÁRIOS:	Aclonamento: 20hs00min	Chegada no local: 20hs05min	Horário do sinistro: 19hs55min	Bairro: BELO HORIZONTE	Município: PATOS	UF PB	
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia RUA HORÁCIO NÓBREGA (PRÓXIMO AO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE)							
Data/Ocorrência 25/03/2016	Dia da Semana SEXTA-FEIRA	Cis Vítima QT COM/01	Natureza do Acidente ABALROAMENTO	Tipo de pavimento ASFÁLTICO	Condições/Via SECA	Tempo BOM	
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 (DOIS)			Controle do tráfego no local SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				

CONDUTOR 01 (C1)							
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO							
Sexo M	Nascimento 25/03/1991	RG 3621224 SSP/PB	Registro CNH nº 05992053010	UF PB	CPF 093.848.024-33		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB							
1ª Habilitação 04/02/2014	Categoria AB	UF PB	Ex. Med/Dia SIM	Data Vencimento 19/08/2018	Usava cinto ---	Usava Capacete SIM	
Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO				Comportamento do Condutor SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS			

VEÍCULO 01 (V1)					
Marca HONDA/CB300	Espécie MOTOCICLETA	Placa QFE-8719	Categoria PARTICULAR	Município SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	UF PB
Nome do Proprietário ERNANI DAS NEVES					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 012031044020	Renavan 0102022337-2	Data de Emissão 07/10/2015		

VERSÃO DO CONDUTOR 01 (C1)
 QUE TRAFEGAVA PELA RUA HORÁCIO NÓBREGA SENTIDO CENTRO/NOÉ TRAJANO; QUE AO SE APROXIMAR DA ROTATÓRIA DO TRECHO ONDE SE DEU O ACIDENTE FOI SURPREENDIDO PELO VEÍCULO 02 (V2) QUE REALIZAVA UMA MANOBRA DE FORMA BRUSCA E SEM ATENÇÃO; QUE NÃO FOI POSSÍVEL EVITAR O ACIDENTE, MESMO FREANDO;

VÍTIMA 01		
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB		
Condição da Vítima: <input checked="" type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/> Pedestre	Viajava no Veículo Nº V1 (HONDA/CB300-MOTOCICLETA)	Usava Cinto ---
Conduzido Para HOSPITAL REGIONAL DE PATOS		

[Assinatura manuscrita]

BPTRAN / 4ª CP TRAN
 Cópia Conforme Original
 Data: 24/04/2016
 HEDERAS - 80 JET PM



CONSTATADO

CONSTATADO QUE:

- CONDUTOR 01 (C1) FOI SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS;
- CONDUTOR 01 (C1) É HABILITADO E O VEÍCULO 01 (V1) LICENCIADO CONFORME A LEI;
- CONDUTOR 02 (C2) EVADIU-SE DO LOCAL DO ACIDENTE, SEM PRESTAR SOCORRO A VÍTIMA;
- NÃO HOUVE TESTEMUNHAS DO ACIDENTE;
- TRECHO DA VIA ONDE SE DEU O ACIDENTE É BEM ILUMINADO, CONSERVADO E COM NÍVEL ALINHADO;
- NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR TESTE DE ALCOOLEMIA;

atos - PB, 29/03/2016


SD PM. Mat. 525.026-9 DERIVALDO CANDIDO DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - [TABELÃO SUBSTITUÍDO
[2016-036886] EIM: R\$ 2,12 FAP: R\$ 0,25 CAP: R\$ 0,42 ISS: R\$ 0,06
SELO DIGITAL: AEE50509-ANOB
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>.



Marcos Aurelio Vidal

05 JUN. 2017

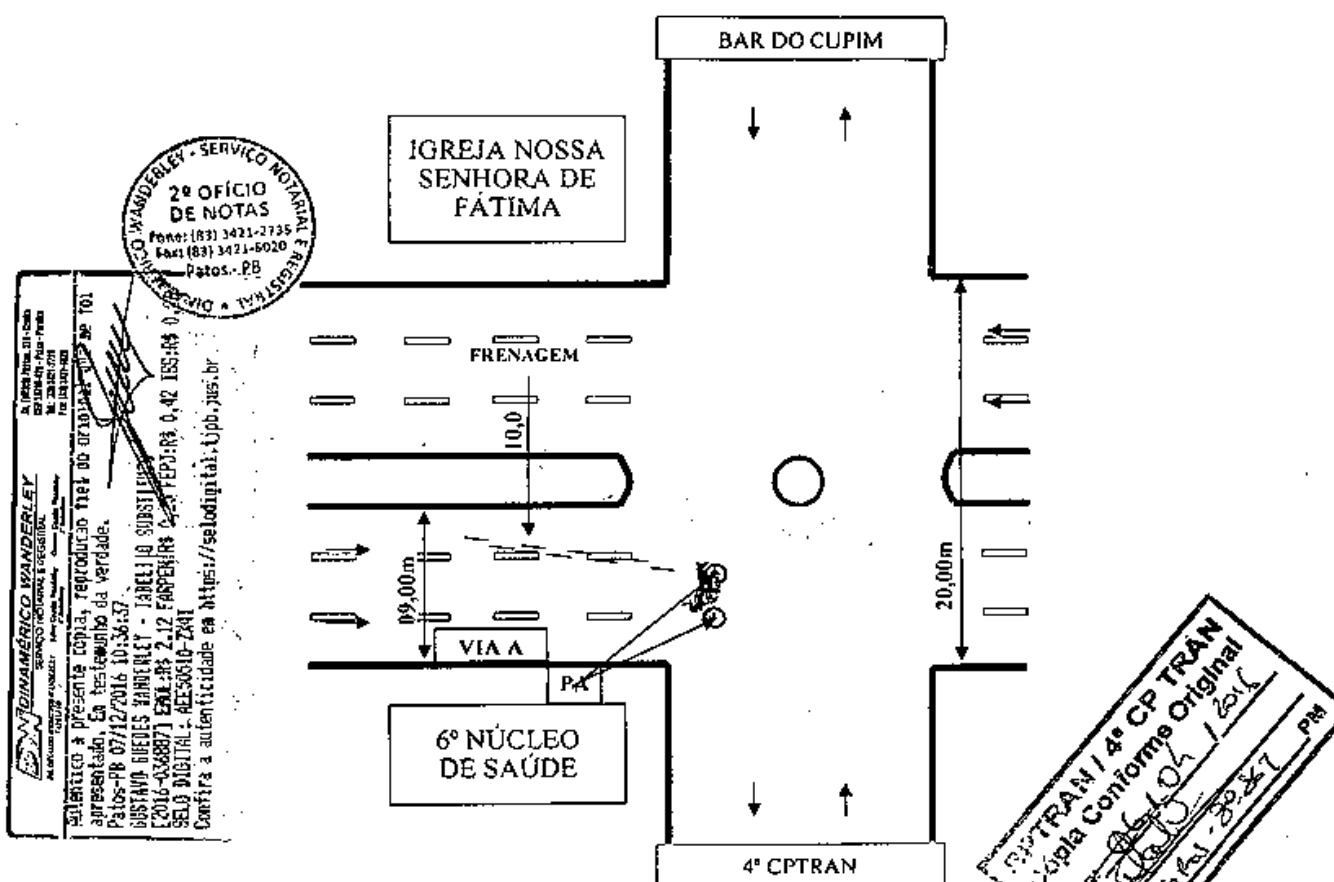
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



041/2016

VIA "A" - Rua Horácio Nóbrega: 20,00 metros / Segmento do acidente: 09,00 metros
PR (Ponto de Referência): 6º Núcleo Regional de Saúde
PA (Ponto de Amarração): Poste da Energia

V1 (Veículo 01) Eixo Dianteiro Direito 15,00 e Eixo Traseiro Direito 16,00 metros para (PA)



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS



v1

05 JUN. 2017

SD PM Mat. 525.026-9 DORIVALDO CÂNDIDO DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO



DOCUMENTO 3 "1396"
DECLARAÇÃO DE A



Eu, NATANAEL LUIZ L DENEQUEIRO NETO., portador da carteira de identidade nº 3621224 e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.848.024-32, residente e domiciliado na SABINO UIANA, SN, Cidade PARO, Estado PARANÁ, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- (X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

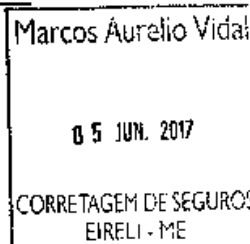
Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

x Natanael Luiz L de N. Neto

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

PARO - PR, 26 maio 2017

Local e data





DOCUMENTO 2 "T290"



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

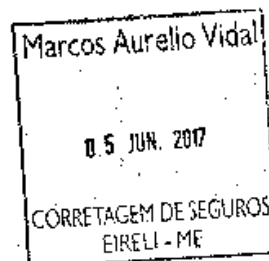
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que no dia 25 de março de 2016, o senhor NATANAEL VIDAL DE NEGREIRO NETO foi vítima de acidente moto, cujo registro consta em nosso sistema sob número de ID 0065, onde o mesmo foi conduzido ao hospital regional de Patos - PB, para continuidade do atendimento a saúde.

Desde já me ponho à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas referentes ao assunto.

Maézio Lucena Batista

MAÉZIO LUCENA BATISTA
COORDENADOR GERAL
SAMU 192 - Patos-PB



Rua Lima Campos - 431 - São Sebastião - Patos CEP 58.706-310



ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/08/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 5.737,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

BANCO: 341

AGÊNCIA: 07833

CONTA: 000000004447-7

Autenticação:

1C51F42196B90D774348BA0E043B404EABED553E9393091BF1D39C5FCFDF8A02





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO,RG nº 3623724, data de expedição 10/08/2011, Órgão SSD - PR,

CPF nº 093.848.024-22, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA SABINO VIANA</u>
Número	<u>SIN</u>
Apto / Complemento	<u>2 AND AP 204</u>
Bairro	<u>MONTE CASTELO</u>
Cidade	<u>RATOS</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58700-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 9.9910.3948 / 98851-3409</u>
E-mail	<u>VANESSA VIANA@LIVE.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: RATOS-PR, 20 DE MAIO DE 2017Assinatura do Declarante: Natanael Vidal de N. Neto



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, EMMANI DAS NEVES

RG nº 1370095, data de expedição 13/08/2005
Órgão SJP-PB, portador do CPF nº 041023-137-03, com
domicílio na cidade de RATOJ, no Estado de
PARANÁ, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Renanir Azevedo de Brito, nº 50,
complemento CASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima NATANIEL LUAL DE NEGUIMOS NETO, cujo o condutor era
NATANIEL LUAL DE NEGUIMOS NETO.

Veículo: MOTOCICLETA
Modelo: honda CB 300
Ano: 2014
Placa: QFE 8719
Chassi: 9CLNC4930E023682
Data do Acidente: 25/03/2016
Local e Data: Ratoj - PB, 25/04/2016

Emmani das Neves
Assinatura do Declarante

Nataníel Lual de N. Neto

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

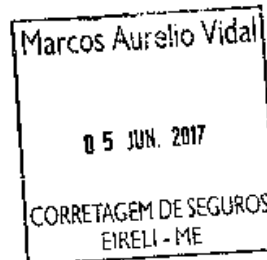
RECONHECO AFIRMATIVAMENTE

AS LETRAS E FIRMAS DE Emmani
das Neves, por autogra
ficidade

Em 16 de verdade

3. JOSA DE ENRIQUIMOS

25/04/2017
Relo digital: AEW95041-UGD
consulte o ato: relo digital. tjb. jus. br



CARTÓRIO ÚNICO LUCENA
REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 08.309.188/0001-29
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS-PB

Antonia Gomes de Sousa
Tabela e Registradora

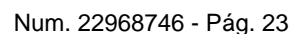


MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Ator: *P.M.C.* ALA: *OLAVO PESSERA*

<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO	CARACTER DO ATENDIMENTO	Marcelo Aurelio Vidal
<input checked="" type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA		05 JUN 2017
<input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA		CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME
<input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO		
<input type="checkbox"/> 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS		

PROCEDIMENTO Descrição





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDHUY CARNEIRO
PATOS - PARAÍBA

REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Portançal Vital</u>	
DA CLÍNICA _____	ENFERMARIA <u>2120</u>
A CLÍNICA _____	LEITO <u>03</u>
MOTIVO DA CONSULTA: _____ (ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)	
DATA _____	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE _____
PARECER: <u>25 anos</u> <u>Rio-op. fratura MIO</u> <u>MIO. NDU</u> <u>MIO. NDU</u> <u>ALERGIAS: ⊖</u> <u>ACU RCR- 27, sem fopros</u> <u>ECG: taquicardia sinusal</u> <u>Conclusão: Bom MIO.</u> <u>28/05/16</u> ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA _____	
DATA _____	ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA _____

Marcos Aurelio Vidal
05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"



LAUDO ORTOPÉDICO

Atendi NATANIEL

VIDAL DE NEGRAU

NETO, Pse. FERNAN

O FERNAN informou

que em 25-03-16, após

o FRATURA EMBRANQUE

CONSOLIDADA, O mesmo

queria o BARRER

FESTAR

22.10.16

Marcos Aurelio Vidal
05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

Stênio de Araújo
CNPJ 17.011.000/0001-00
ORFOPEDIA - ORTODONTIA - FISIOTERAPIA
CNS 208.70407740000

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

DR. WANDERLEY - SERVIÇO NOTARIAL

2º OFÍCIO
DE NOTAS
Fone: (83) 3421-2725 m
Fax: (83) 3421-6020
Patos-PB

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB-24/02/2017 09:53:24
VILMA DE LUCENA RORALS - ESCRITURARIA
(2017-010769) EMB:RS 2,31 FARPEN:RS 0,27 FEXJRS 0,90 ISSIRS 0,07
SELO DIGITAL: AES32675-DVHM
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



2. Mundo onto social

Atul K. NATANUR

Klôm DE NGÔ NAM

NOTO que se acordou

Can not do

25-03-16 Puerto

F. Petrus O. B. 1891

Dmaw. Foto

Steno 2007-2008

Account is

Copy Special Agent

omog, sekretuol

Fr. to [unclear]

30/11/16

Marcos Aurelio Vidal

05 JUN. 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

WANDERLEY - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
2º OFÍCIO DE NOTAS
Fone: (83) 3421-2725
Fax: (83) 3421-6020
E-MAIL: fols@pd.com.br

Autentico a presente copia, reproduzida fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade:

Rafael

VILVA DE LUCENA HORRIS - ESCRITURARIA

[2017-019768] ECHOL:R 2,51 FASEP:R 0,27 FEP:R 0,46 ISS:R 0,07

SELO DIGITAL: AES32674-R04V

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



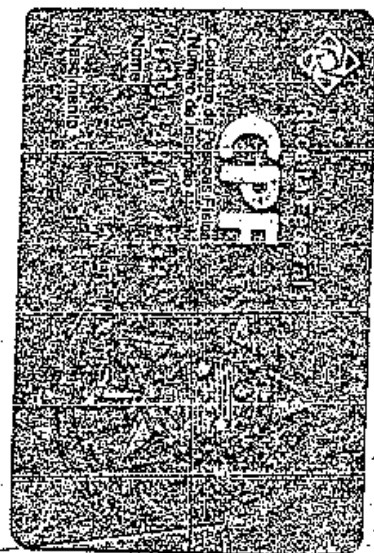
Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Pátos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUERES WANDERLEY - TABELÃO SUBSTITUTO
[2016-036890] EMDL:R\$ 2,12 FAREN:R\$ 0,25 CPTUR:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELO DIGITAL: AEG74151-2H6U
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Pátos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUERES WANDERLEY - TABELÃO SUBSTITUTO
[2016-036890] EMDL:R\$ 2,12 FAREN:R\$ 0,25 CPTUR:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELO DIGITAL: AEG74152-9T7V
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Pátos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUERES WANDERLEY - TABELÃO SUBSTITUTO
[2016-036890] EMDL:R\$ 2,12 FAREN:R\$ 0,25 CPTUR:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELO DIGITAL: AEG74153-304P
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



Marcos Aurelio Vidal
05 JUN 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI-ME



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170312486 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS **Data do acidente:** 25/03/2016 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A NETO

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 27/07/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA NO MEMBRO INFERIOR DIREITO

Resultados terapêuticos: DEPENDE DE PERÍCIA MÉDICA

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: OS DADOS INFORMADOS NO SINISTRO, SÃO INSUFICIENTES PARA QUE SE FAÇA UMA ANÁLISE SEGURA DE POSSÍVEIS SEQUELAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: DORIAN BRAGA SARAIVA

CRM do médico: 52.32571-1

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170312486 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS **Data do acidente:** 25/03/2016 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A NETO

PARECER

Diagnóstico: FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO E FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO.

Descrição do exame médico pericial: APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.

Resultados terapêuticos: REALIZOU INTERNAMENTO E TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO COM COLOCAÇÃO DE PLACA DE PLATINA E PARAFUSOS ALÉM DE USO DE ANTI-INFLAMATÓRIO E REPOUSO DA FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO. RECEBEU ALTA E REALIZOU FISIOTERAPIA. SEM COMPLICAÇÕES.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL LEVE DO MID.
LIMITAÇÃO FUNCIONAL LEVE DE ESTRUTURAS CRÂNIO FACIAIS.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 04/08/2017

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Jose Gerardo Vale Matos

CRM do médico: 3216

UF do CRM do médico: CE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau leve - 25 %	25%	R\$ 3.375,00
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			42,5 %	R\$ 5.737,50



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



PRESTADOR

SAUDESEG SISTEMAS DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: LEONARDO NEVE

CRM do médico: 17742

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08032528020188150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do incluso processo administrativo pertinente ao processo em comento, bem como ratificar o pedido de improcedência da ação, haja vista o correto pagamento realizado em seara administrativa.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 22 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 24/07/2019 17:19:40
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072417193764200000022277631>
Número do documento: 19072417193764200000022277631



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

3. **MANDADO DE CITAÇÃO/ARTS. 335 e 344
CPC**

Sr.(a).

Nome RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço :Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Com a presente, de ordem do MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Mista desta Comarca, nos autos da [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO], proc. nº 0803252-80.2018.8.15.0251, movida por AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, CITO Vossa Senhoria RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A por todo o conteúdo da Petição Inicial, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ofertar a sua contestação, com as advertências dos arts. 335 e 344 do NCPC.

Assim sendo, por determinação do MM. Juiz de Direito desta Comarca, Cito Vossa Senhoria, como efetivamente citado tenho, para as providências acima mencionadas, ficando intimado para a audiência aprazada.

Atenciosamente,

Erro de interpretação na linha: '

Patos-PB, #{processoTrfHome.instance.alo}

': The class 'br.jus.pje.nucleo.entidades.ProcessoTrf' does not have the property 'alo'.



Servidor Judicial



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
ENDER	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A	
	RUA SENADOR DANTAS Nº 74, 5º ANDAR - CENTRO	
	RIO DE JANEIRO - RJ	
CEP / C	CEP 20031-205	
	CARTA DE CITAÇÃO AUTOS 0803252-80.2018.815.0251	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
 SEGURADORA LÍDER		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
		<input type="checkbox"/> EMS
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
19 JUN 2019		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR		
RG: 20.615.804-0 Detran		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE	
	Ricardo S. Fernandes	
	Portaria	
	IFP 07127861-8	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: JOAO JERONIMO DA SILVA - 29/07/2019 10:24:10

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072910241027200000022352964>

Número do documento: 19072910241027200000022352964



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

fica a parte autora intimada para impugnar a contestação.



SEGUE EM ANEXO





**AO EXCELENTÍSSIMO SR. DOUTOR JUIZ DE DIREITO 7ª VARA MISTA
DA COMARCA DE PATOS-PB.**

Processo nº: 08032528020188150251

NATANEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem por Advogado e Procurador que a presente assina, em atenção ao r. despacho contido na Ata de Audiência, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar **IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO**, nos seguintes termos:

I – RESUMO DAS ALEGAÇÕES

Meritíssimo juiz, as alegações trazidas e arguidas pela ré não merece ser acolhida, vez que desprovida de fundamentos fáticos e jurídicos, aliado ao fato que se confunde com o mérito da causa, devendo ser julgada por ocasião na sentença de mérito. Desta forma, requer o autor, o afastamento das preliminares suscitadas, pelos motivos expostos, prosseguindo-se o feito em seus ulteriores tramites processuais, por medida da mais lidima justiça.

Como se verificará nas exposições realizadas por esta que lhe subscreve respeitavelmente, a empresa ré incorre também em diversas inconsistências em sua contestação. Tudo isso demonstra uma conduta meramente protelatória, que deve ser considerada também no momento do proferimento da respeitável decisão, a fim de que não se reitere.

Resumidamente, a ré apresentou os seguintes tópicos defensivos:

1. AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML
2. DO PAGAMENTO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE
3. DO PAGAMENTO PROPORCIONAL A LESÃO
4. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA
5. DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA
6. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





Destarte, é a presente para impugnar as teses lançadas em contestação pela ré, bem como para tecer considerações sobre seus efeitos nos presentes autos, pedindo vênica para fazê-los.

1) DA VALIDADE DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

A promovida destaca vagamente que o autor somente procedeu com B.O meses após o ocorrido. Vejamos:

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **25/03/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **01/12/2016**.

Primeiramente, ao que se sabe, o Boletim de Ocorrência é documento imprescindível no pedido do Seguro na Via Administrativa, e diante disso, há de se destacar **que em nenhum momento a Seguradora Ré contestou o referido B.O na esfera administrativa.**

Então, porque somente agora o documento está sendo contestado?

Segundo, com relação a data, há de se falar que a parte autora é pessoa humilde, e de baixo grau de instrução, de modo que, muita das vezes se quer conhece o seu direito de acionar o Seguro DPVAT em casos de acidentes automobilísticos. Logo, é certo que pessoas desse tipo somente tomam conhecimento do direito posteriormente.

Portanto, haja vista, que o prazo para requerimento do Seguro DPVAT é de 3 anos, nada impede o autor de providenciar toda a documentação exigida, a qualquer tempo, desde que dentro do prazo legal do referido seguro.

Ademais, o documento de B.O juntada aos autos **além de ter fé pública**, demonstra de maneira completa a veracidade do ocorrido, como por exemplo: data, horário, local, veículo... Ou seja, Excelência, o documento de B.O juntado aos autos, aliado a toda documentação médica, comprova plenamente a veracidade dos fatos narrados na inicial.

II - DO MÉRITO

1) DA AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





Indaga a Requerida que a parte autora deixou de comprovar suas alegações, haja vista a ausência do laudo expedido pelo IML, que segundo a mesma, é documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado.

Ocorro que, basta a realização de prova pericial para comprovar que o autor ficou com sequelas, decorrente de acidente automobilístico. **Até mesmo a ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ver respondidos.**

Para mais, o entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] **LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA.** Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)

[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. **O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT),** A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito do autor.

2) DO PAGAMENTO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE; DO PAGAMENTO PROPORCIONAL A LESÃO.

Alega a promovida que o montante de R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) ainda em âmbito administrativo está em total consonância com o grau da invalidez do requerente.

Excelência, repita-se, a presente ação fora ajuizado justamente pelo motivo do autor ter recebido na esfera administrativa um valor a menor do que lhe é devido por direito.

Ademais, conforme entendimentos já mencionados na presente impugnação, o fato do autor já ter acionado o Seguro na via administrativa não exclui o seu direito de provocar o judiciário. Destaca-se novamente:

ACIDENTE DE TRÂNSITO. Seguro obrigatório - DPVAT
Ação de cobrança de indenização referente ao seguro obrigatório [...] **O direito de ação não é condicionado ao prévio requerimento na via administrativa, tampouco à eventual negativa de pagamento na citada via** [...] Recurso da ré não provido e recurso da autora parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1943130620108260100 SP Relator: Renato Rangel Desinano, Data de Julgamento: 29/11/2012, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012).

RECURSO APELAÇÃO - SEGURO DE VIDA ACIDENTE DE VEÍCULOS - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE - INDENIZAÇÃO [...] **Não há necessidade, para se ingressar com ação judicial pleiteando o valor devido a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT, do exaurimento da via administrativa.** [...] (TJ-SP - APL: 41155620108260441 SP Relator: Marcondes D'Angelo, Data de Julgamento: 15/08/2012, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/08/2012)

3) DO ONUS DA PROVA

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





A peça contestatória alega que a autora não se desincumbiu de demonstrar seu lícito direito por meio de elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido, porém é certo que o autor juntou aos autos vasta prova documental, consistente em:

- Documento do veículo;
- Documentação Médica: Prontuários Médicos, Atestados, Ficha de Atendimento do SAMU;
- Boletim de Ocorrência;

Portanto, o conjunto probatório carreado aos autos demonstram claramente que i) o autor sofreu acidente, ii) que o autor possui danos físicos decorrentes deste.

Destarte, a inversão do ônus da prova em favor da autora é plenamente possível *in casu*, nos termos do Art. 6º, VIII, do CDC:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

É certo que estão presentes o pressupostos autorizadores da inversão do ônus da prova, uma vez que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita (hipossuficiência) e a veracidade dos fatos narrados na inicial e ora reafirmados são autos evidentes (verossimilhança).

Neste sentido, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CARACTERIZAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, COM APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CDC DECRETO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM FUNDAMENTO NA REGRA ESPECIAL DO ART. 6º, VIII, DO CDC. PRESENTES A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E A HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR. DETERMINAÇÃO À SEGURADORA-RÉ DE ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, EM EXCEÇÃO À REGRA DO ART. 33, DO CPC, ADEQUAÇÃO DECISÃO MANTIDA. Recurso desprovido. (TJ-SP – AG: 2197777020128260000 SP 0219777-70.2012.8.26.0000, Relator: Edgard Rosa, DJ: 16/01/2013, 25ª Câmara de Direito Privado, DP: 16/01/2013) (grifo nosso)

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





4) DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, o autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, ao contrário do que narra a Ré, em relação à correção monetária o entendimento consolidado da jurisprudência deste país, dispõe que:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT **o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.** 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012 – (Grifo nosso).

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. **A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo** (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11 – (Grifo nosso).

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





CONTAR DA CITAÇÃO. [...]6. **No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação.** 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).

Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, data venia, observar a data do acidente, o que desde já se requer na espécie e os juros de mora a partir da citação.

5) DOS HONORÁRIOS

Antes de finalizar esta impugnação, o autor pede vênia para tecer algumas notas sobre o pedido de diminuição da verba honorária, pois a alega a ré que o caso é de todo singelo, e que por tal motivo a verba honorária deve ser fixada no mínimo legal.

No entanto, para a defesa de seus direitos apresentou extensa (embora de refinada técnica) contestação. O feito ainda apresenta necessidade de dilação probatória, não estando excluída a atuação em nível recursal.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se debruçou algumas vezes sobre o tema dos honorários advocatícios em ações desta natureza, valendo citar alguns julgados paradigmas:

Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Honorários de advogado. Manutenção do valor arbitrado. Fixação de acordo com os critérios previstos no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Limitação dos honorários advocatícios, prevista no art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50. Inaplicabilidade. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1104852820098260010 SP 0110485-28.2009.8.26.0010, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado)

Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Verba honorária que se reduzida importaria em aviltamento. Litigância de má-fé. Não se configura litigância de má-fé no exercício regular do direito de recorrer. Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 401005920088260602 SP 0040100-59.2008.8.26.0602,

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





Relator: Ruy Coppola, Data de Julgamento: 29/11/2012,
32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação:
30/11/2012 – grifos e destaques nossos)

O autor ainda pede vênia para transcrever trecho assaz pertinente do inteiro teor do acórdão retro mencionado:

“Quando aos honorários advocatícios, verifico que estes não merecem ser reformados, seja para fixa-los em desfavor do apelado, seja para reduzi-los de 15% para 10% sobre o valor da condenação. De fato, a sucumbência do autor foi mínima, devendo ser as rés condenadas ao pagamento das despesas processuais, custas, e honorários advocatícios, não sendo o caso de serem carreados em face deste. **No mais, o caso em tela também não comporta a redução pretendida para o patamar mínimo de 10% montante da condenação, eis que os honorários advocatícios foram estipulados de acordo com o trabalho desenvolvido com acuidade pelo patrono do apelado. Eventual redução importaria em aviltamento da verba.**” (grifo nosso)

Destarte, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em valor 20% da condenação, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

IV-PEDIDO

Diante do exposto requer a TOTAL **rejeição contestação**, com a procedência da presente ação, condenando-se aos réus, conforme declinado na inicial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Patos-PB, 12 de Novembro de 2019.

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





WALDEY LEITE LEANDRO

OAB/PB 13.958

JOSÉ MATHEUS OLIVEIRA DIAS

ESTAGIÁRIO

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com



Assinado eletronicamente por: WALDEY LEITE LEANDRO - 12/11/2019 13:05:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111213052008700000025261092>

Número do documento: 19111213052008700000025261092

EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas DA CAPITAL
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800
CEB674 ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ-FUNDOS
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas DA CAPITAL
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800
CEB674 ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cód: XXXXXX030AF7. Conf. por: Serventia TJ-FUNDOS
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CNPJ nº 080230007/01
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800
CEB674 ACS13502

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

SEGURADORA LÍDER
JURÍDICO
DPVAT

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40
36% I.P.FUNDOS = 3,00
Total = 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escritura
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
At 2013.1.1a.83354

17º Ofício de Notas
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9800

088674
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09
TJ+FUNDOS = 1,81
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.30028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 15h, na sede social da
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram con-
vocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presen-
ça: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana
Teichmã Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damati, Jairo de Mendonça
Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade,
Marcelo Goldman, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo
José Iglesias Teixeira. Presentes ainda os conselheiros suplentes
Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presen-
ça do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito
a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Pro-
prio: Luiz Tavares Pereira Filho, Secretário. André Leal Faoro, Or-
dem do Dia: (I) Reratificação da eleição de novo membro da Dire-
toria Executiva da Companhia realizada na Reunião do Conselho de
Administração de 25 de março de 2015; (II) Reratificação da De-
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; e
(III) Assuntos gerais. Deliberações Tomadas: (I) Os conselheiros
deliberaram, por unanimidade, reratificar a eleição de Carlos André
Guerra Barreto, brasileiro, casado, que possui o cargo de diretor e
a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quan-
do da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados -
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da
Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1
(um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, permanecendo
no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito
declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de de-
sempehar atividade gerencial e, ainda, não está inabilitado para tan-
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes
da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados -
CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva obser-
vará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral da
Ordem da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (II) Os
conselheiros deliberaram, por unanimidade, reratificar as designações
específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte
forma: (a) Marcus Vinícius Catalão de Felipe: diretor responsável
administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento
superior e cumprimento das normas e procedimentos administrativos
da Companhia; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas re-
lações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra
Barreto, o qual não se exercera pelo mesmo); (c) Marcelo Lopes
Davioli: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613,
de 24 de março de 1998 (Circular SUSEP nº 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d)
Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP
nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos
controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os
membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como
declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não inte-
gram o quadro de empregados da Companhia; e (III) Os membros do
Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos ge-
rais. Encerramento, Lavatura, Aprovação e Assinatura da Ata: Na-
da mais havendo a ser tratado, foi encerrado o encontro e a presente
ata em forma de minuta, lida e aprovada por todos os conselheiros pre-
sentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do
Conselho; (ass.) Rosana Teichmã Salsano - Conselheira Vice-Presidente;
(ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Celso Damati
- Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge
de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.)
Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro e (ass.) Ri-
cardo José Iglesias Teixeira - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio
de 2015. André Leal Faoro - Secretário. Luiz Tavares Pereira Filho, Ri-
cardo José Iglesias Teixeira, Rosana Teichmã Salsano, Bernardo Dieckmann, Jo-
ão Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio
Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Jor-
ge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presen-
ça do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião.

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.30028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 25
(vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15h, na sede
social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de
Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-
ram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de
2015. Presença: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Fi-
lho, Bernardo Dieckmann, Celso Damati, Jairo de Mendonça Alexan-
dre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman,
Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Texei-
ra, Rosana Teichmã Salsano e Wady José Moura de Almeida. Presen-
tes ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que,
por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reu-
nião.

não sem direito a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Tra-
balho Proprio: Luiz Tavares Pereira Filho, Secretário. André Leal
Faoro, Ordem do Dia: (I) Eleição dos membros do Comitê de Au-
ditors e (II) Assuntos gerais. Deliberações Tomadas: (I) Os cons-
teiros deliberaram, por unanimidade, reeleger para composição do
Comitê de Auditoria da Companhia (I) Luiz Pereira de Souza, bra-
sileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Es-
tado de São Paulo, que exercerá a função de coordenador do referido
Comitê; (II) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro, casado,
advogado, titular do documento de identidade nº 00811606144, exp-
edido pelo IPR RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.726.511/11, re-
sidente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de
Janeiro; e (III) Marcos Acilides Ferreira, brasileiro, casado, economis-
ta, titular do documento de identidade nº 327380615, expedido pela
SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189/15, residente e do-
miciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, to-
dos com mandato de 1 (um) ano a contar desta data até 25 de março
de 2016 e (II) Os membros do Conselho de Administração nada de-
bateram a título de assuntos gerais. Encerramento, Lavatura,
Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado, foi en-
cerrado o encontro e a presente ata em forma de minuta, lida e apro-
vada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz
Tavares Pereira Filho - Conselheiro Presidente; (ass.) André Leal Fa-
oro - Secretário; (ass.) Rosana Teichmã Salsano - Conselheira; (ass.) Celso
Damati - Conselheiro; (ass.) Jairo de Mendonça Alexandre - Cons-
elheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge de
Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro;
(ass.) Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Ri-
cardo José Iglesias Teixeira - Conselheiro e (ass.) Wady José Moura de
Almeida - Conselheiro. Rio de Janeiro, 25 de março de 2015. André Leal
Faoro - Secretário. Luiz Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Jo-
ão Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio
Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Ro-
sana Teichmã Salsano e Wady José Moura de Almeida, que, por força da
presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião.

BRF-BIOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 13.912.675/0001-59 - NIRE nº 33.30028771-5
Assembleia Geral Ordinária (Lavrada) sob forma de sumário, confor-
me facultado pelo art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Dia, Hora e Local:
Em 30/04/15, às 10h, na Av. Fátima, s/nº, Duque de Caxias, RJ. Mesa:
Silvio Reichembach da Silva - Presidente. Diogo Valle Bueno, Secre-
tário. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital so-
cial da Cia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de
Acionistas. Convocação: Dispensada em razão da presença da tota-
lidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art. 124 da Lei
6.404/76. Ordem do Dia: a) Deliberação sobre o Relatório de Adminis-
tração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exer-
cício encerrado em 31/12/14; b) Deliberação sobre a destinação do lucro
líquido e distribuição de dividendos; c) Deliberação sobre a remuneração
dos administradores; d) Deliberação sobre a proposta de alteração
da S/A para o exercício de 2015. Deliberações: a) Aproximadamente 90%
dos votos: a) Aproximaram o Relatório de Administração e as
Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerra-
do em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria inde-
pendente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/A, atestando
que os dados apresentados são verdadeiros e corretos, conforme o art. 134,
§1º da Lei 6.404/76. b) Aproximaram a distribuição de dividendos considerando
que a BRF Bio Refino de Lubrificantes S.A. não apresentou lucro no
exercício de 2014. c) Aproximaram a proposta de remuneração global
dos administradores para o exercício de 2015 em até
R\$ 118.135,00 a vigência a partir de 01/04/15, em conformidade
da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir a
seu critério, essa remuneração global entre os 7 membros da admi-
nistração da Cia. Encerramento, Lavatura, Aprovação e Assinatura
da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofe-
receu a leitura da minuta que se fez ler, e a presente ata em forma de
minuta, lida e aprovada, foi por todos assinada em 3 vias de igual
teor e forma. Certifico que a presente é cópia original da lavrada em
livro próprio. Duque de Caxias, 30/04/15. Silvio Reichembach da Si-
lva, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Acionistas: Petróleo
Distribuidores S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampaio; RRF Participações
e Administração de Empresas S.A., João Spadari Casanova, Benja-
min de Medeiros Valle, Jucéria nº 2773278, em 12/06/15. Bernardo
F.S. Benveniste - Secretário Geral.

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF nº 01.519.556/0001-48 - NIRE 33.30026590-2
Ata de AGO realizada em, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora
e Local: Aos 24/04/15, às 11h, na sede da empresa na Rua Dar-
te de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada di-
retamente e pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da
Sociedade. 3. Quorum: Dispensada a publicação de edital de con-
vocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em
decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do
Capital Social, conforme Livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa:
Para dirigir os trabalhos foram escolhidos, Presidente: Sr. Jorge Go-
mes de Souza, Secretária: Sra. Patrícia Beneditos de Souza Magalhães
Arnaud. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos
administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a des-
tinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (III)
Deliberação sobre a proposta dos honorários de Diretoria no valor de
R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais. 6.
Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitaram o relatório e as
contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras
referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Aproveitaram
a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exer-
cício no valor de R\$ 740.658,53, que será realizada da seguinte for-
ma: (a) 5%, ou seja, R\$ 37.332,93 para constituição da Reserva Legal
e (b) O saldo restante de R\$ 703.325,60 para distribuição de di-
videndos; (III) Aproveitaram os honorários da Diretoria no valor de
R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Dire-
toria em comum acordo entre os mesmos; (IV) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto
de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presi-
dente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos
os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrou o encontro e a presente ata em forma de minuta, lida e apro-
vada e assinada por todos os membros da mesa e pelos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15. Paulo Cesar Gomes de Souza
- Presidente da Assembleia, Fausto Cesar Gomes de Souza - Secretário. Ju-
céria nº 2763242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Benveniste - Secre-
tário Geral.

vendidos. (iii) Aproveitaram os honorários da Diretoria no valor de
R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Dire-
toria em comum acordo entre os mesmos; (IV) Assuntos Gerais: Nenhum
assunto relevante foi objeto de discussão na presente assembleia. 7. En-
cerramento: O Presidente da Assembleia, verificando em seguida que
foram abordados todos os itens da ordem do dia, e constatando que nada
mais havia a tratar, encerrou o encontro e a presente ata em forma de
minuta, lida e aprovada e assinada por todos os membros da mesa e
pelos acionistas representando a totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15.
Paulo Cesar Gomes de Souza - Presidente da Assembleia, Fausto Cesar
Gomes de Souza - Secretário. Jucéria nº 2769695 em 03/06/2015. Ber-
nardo F.S. Benveniste - Secretário Geral.

DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.658.538/0001-51 - NIRE nº 33.30027698-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO
DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião: As 10h, na localidade de
Rio de Janeiro, RJ, na sede social da Companhia, na Rua Dar-
te de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada di-
retamente e pessoalmente, a todos os diretores, pelo Diretor Presidente da
Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital
Social. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos, Presidente: o Sr.
Paulo Cesar Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Fausto Cesar Gomes de Souza. 5. Or-
dem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores,
o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a proposta do resultado do
exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberação sobre a pro-
posta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
(IV) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos
acionistas representando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitaram
o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as de-
monstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/
12/14; (II) Aproveitaram a proposta de Diretoria quanto à destinação do
Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será rea-
lizada da seguinte forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 para cons-
tituição da Reserva Legal e (b) O saldo restante de R\$ 1.416.486,78
para distribuição de dividendos. Aproveitaram os honorários da Diretoria
para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem dis-
tribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os
mesmos. (IV) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto
de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presi-
dente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos
os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrou o encontro e a presente ata em forma de minuta, lida e apro-
vada e assinada por todos os membros da mesa e pelos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15. Paulo Cesar Gomes de Souza
- Presidente da Assembleia, Fausto Cesar Gomes de Souza - Secretário. Ju-
céria nº 2763242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Benveniste - Secre-
tário Geral.

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF: 01.544.756/0001-08 - NIRE: 33.30026193-1
Ata da AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local:
Aos 24/04/15, às 10h, na sede da empresa na Rua Dar-
te de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada di-
retamente e pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da
Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital
Social. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos, Presidente: o Sr.
Paulo Cesar Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Fausto Cesar Gomes de Souza. 5. Or-
dem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores,
o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a proposta do resultado do
exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberação sobre a pro-
posta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
(IV) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos
acionistas representando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitaram
o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as de-
monstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/
12/14; (II) Aproveitaram a proposta de Diretoria quanto à destinação do
Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será rea-
lizada da seguinte forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 para cons-
tituição da Reserva Legal e (b) O saldo restante de R\$ 1.416.486,78
para distribuição de dividendos. Aproveitaram os honorários da Diretoria
para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem dis-
tribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os
mesmos. (IV) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto
de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presi-
dente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos
os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrou o encontro e a presente ata em forma de minuta, lida e apro-
vada e assinada por todos os membros da mesa e pelos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15. Paulo Cesar Gomes de Souza
- Presidente da Assembleia, Fausto Cesar Gomes de Souza - Secretário. Ju-
céria nº 2763242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Benveniste - Secre-
tário Geral.

Imprensa Oficial
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Biblioteca Legislativa
Assessoria Legislativa

Haroldo Zager Faria Tinoco
Diretor-Presidente

Valeria Maria Souto Meira Salgado
Diretora Administrativa

Walter Brito Netto
Diretor Financeiro

Jorge Navarro Pires
Diretor Industrial

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS. Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMEGRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 394,00 (13)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 394,00 (13)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 394,00 (13)

ATENÇÃO: É vedada a reprodução de textos pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Pinheiro Machado nº 81, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel: (0xx21) 2717-6161. Fax: (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

17º **Ofício de Notas**
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D. Gaspar-Aut
17-00000

reprodução
AFD. Cont. por: fiel do
serventia
TJ-FUNDOS
Total
3.09
1.81
6.90

CEB574
ACS1308



17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e fiel reprodução do original, is de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL
RPO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepulico>

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL
RPO-46361 LIT

Reprodução fiel do
serventia
Conf. por:
Total
R\$ 5,09
R\$ 1,81
R\$ 6,90

026674
A01505



[illegible][illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33 352 394/0001-04
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE[illegible]

de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEDAE por motivos de ordem profissional, agradece a esta entidade que lhe foi concedida. O Senhor Presidente do Conselho de Administração da CEDAE, Sr. Renato Prates Rodrigues, agradece ao Senhor Renato Prates Rodrigues a sua presença e a grande colaboração à administração desta Companhia; este voto é unânime.

10. ELECÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E DE NOMINAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — O Conselho de Administração da Companhia de Administração Indica o Senhor Heitor Calado Moreira para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando sua experiência e qualificação para o exercício das funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração. O mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, O Conselho de Administração aprova a indicação, conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 37.º do Regulamento Interno Social da CEDAE, resolve eleger como **Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores** — **DE** o Senhor Heitor Calado Moreira, brasileiro, solteiro, Engenheiro, portador da Cartão de Identidade Nº 1.000.000-0, RG Nº 1.128.860-9, natural de São Paulo, residente e domiciliado na Rua Alexander, 723, Jardim Botafogo, da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir de 15.05.2015. Por conseguinte, o Conselho de Administração com base no disposto no Artigo 35.º do Estatuto Social da Companhia, resolve, ainda, **reafirmar** a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira, aprovado por unanimidade, a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues.

RENUMERAÇÃO — A remuneração do Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores do Conselho de Administração da CEDAE é estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEDAE.

11. NOMINAÇÃO DE AGE — Dando prosseguimento, o Conselho de Administração da Companhia de Administração Indica o Senhor Heitor Calado Moreira para o cargo de Administrador Especial da Companhia, a partir de 15 de Junho, às 16h00, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Sr. Renato Prates Rodrigues, aprovado por unanimidade, a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária 1. Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração 2. Aprovação do Relatório de Administração Social 3. Administração da Companhia 4. Autorização para a emissão de títulos de dívida da Companhia 5. Autorização para a emissão de títulos de dívida para a divulgação e a publicação do Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

12. ASSUNTOS GERAIS / REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabela de Remuneração dos Administradores, bem como na sua estrutura organizacional da Companhia, para adequação ao Regimento Interno da CEDAE e as devidas alterações no Regimento Interno da CEDAE, com validade a partir de 01/05/2015. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a presença dos Senhores e que após lida a aprovação, é assinada pelos Senhores Convidados e pelo Presidente da Companhia, a presente Ata, designada para ser arquivada nos autos do Conselho de Administração, para ser assinada pelo Senhor Heitor Calado Moreira e o Senhor Renato Prates Rodrigues, Presidente da Companhia e do Conselho de Administração da CEDAE, Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015.

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO OPVAT S A
CNPJ/MF nº 09 248 608/0001-04 - NIRE 33 3 0028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

Ato de Assembleia Geral Ordinária

Dia, horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na Rua Santa Helena, nº 86, São Paulo, SP.

Assunto: Deliberações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. Publicações: A Companhia está dispensada de publicar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital votante, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

Mesa: Carla Gouveia Barreto, Presidente; Laura Manero Gadálupi, Secretária.

Deliberações: 1) Autorizada a lavatura da presente Ata, com a inclusão dos presentes no Livro de Assinaturas e a entrega aos signatários das cópias desta Ata, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. 2) Aprovada a composição da mesa das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. 3) Aprovada a destinação final do resultado do saldo do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 3.733.177 (três mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), distribuídos da seguinte maneira: a) 4) Aprovada renúncia das seguintes pessoas como membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 7 (sete) anos iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021: Sr(a) Carla Gouveia Barreto, brasileira casada administradora, inscrita no CPF/MF sob nº 016.917.162-195, portadora da carteira de identidade RG nº 33.191.314.343 SSP/Ba residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemus, nº 124, Jd. Jazirinha, São Paulo, SP CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 5) Sr(a) Vinícius Flores Iazzetta, brasileiro, casado, engenheiro civil inscrito no CPF/MF sob nº 224.303.648-75, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.596.123 SSP/SP residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Prata, nº 100, Jd. Jazirinha, São Paulo, SP CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 6) Sr(a) França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas portador da carteira de identidade RG nº 43.861.162-19 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 324.826.168-86, residente e domiciliado na Rua Leopoldina, nº 124, Jd. Jazirinha, São Paulo, SP CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 7) Aprovada a eleição da seguinte pessoa como membro da Diretoria da Companhia para um mandato de 7 (sete) anos iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021: Sr(a) Patrícia Maria de Aguiar, brasileira casada advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.204-X SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 224.166.922-29, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, SP CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 8) Aprovada a eleição da seguinte pessoa como representante da Companhia na Rua Leões Murilo, nº 124, Jd. Jazirinha, São Paulo, SP CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 9) Aprovada a destinação final do resultado das deliberações acima tomadas, a composição da Mesa da Assembleia, não à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

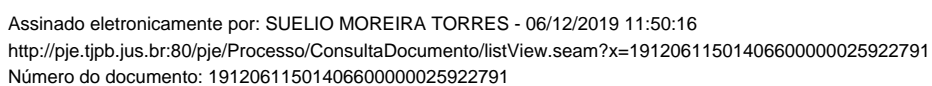
ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



[illegible]

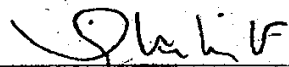
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:




Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente




André Leal Faoro
Secretário

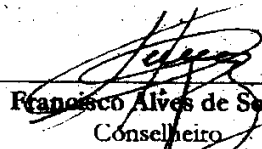
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3

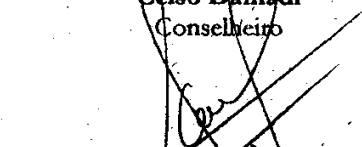


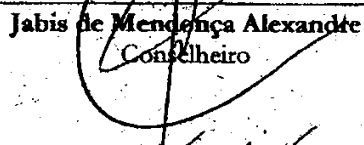

Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente

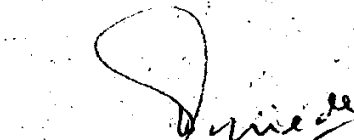

Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro



Francisco Alves de Souza
Conselheiro

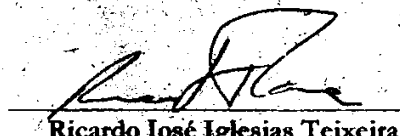

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

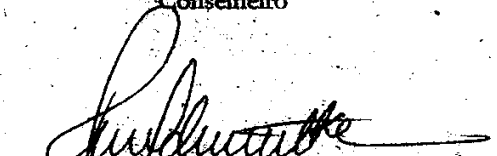

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

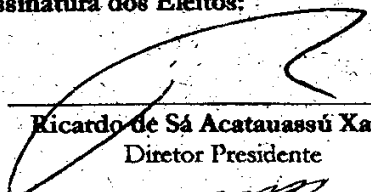

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

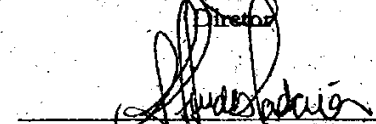

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

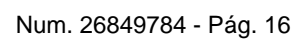
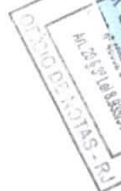

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3





ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS EM 22 DE MARÇO DE 2019. Págs. Hora e Local: Aos 22 (vinte e três) dias do mês de março de 2019, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua dos Jandeiros Dantas nº 74, 5º andar (Avenida Opaco, Cidade do Hino em Curitiba), Estado do Rio de Janeiro, CEP 20131-205, Convocação nº 001/2018, realizou-se Assembleia Geral Ordinária da Companhia "de Janeiro", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2019. Parte V, nas páginas 34, 15 e 14, respectivamente, e no "Jornal Veio Econômico", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2019, páginas 811 e 87, respectivamente. Publicações Privadas: Cédula de Admissão nº 65, 68 e 69, nos termos das informações fornecidas aos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram publicados na edição do dia 28 de fevereiro de 2019 do jornal "Estado do Espírito do Rio de Janeiro", nas páginas 85, 88 e 89, no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas páginas 85, 88 e 89, tudo na forma da Lei nº 6.404/64 e (firmas ou selos manuais da Superintendência de Seguros Privados, Presença: Presenças de acionistas representando mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital votante, e o Presidente da Companhia, o Diretor Financeiro e o Registro de Presença de Acionistas da Companhia). Presença:

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ORGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNÇÃOÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

A Imprensa Oficial do Estado de Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas agências e em Agências credenciadas do Banco Itaú. Cópias de exemplares arquivados, pedidos e adquiridos a Rua Professor Hector Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSÃO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua 15 de Novembro, Hector Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-730. Tel. (0xx21) 221-7111. FAX 0xx21-2217.1438.

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS. Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial d

www.imprensaoficial.rj.gov.br

9 de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 19h

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

C000000005000304

600000025922791

Mauro Abreu do Amaral
Coordenador Administrativo Financeiro

	R\$ 132,00
• Municipalidades	R\$ 92,40

DE MATERIAS. Deverão ser dirigidas, por
essa Oficial do Estado do Rio de Janeiro,
a de sua publicação

 Cliente da Imprensa Oficial de

RES - 06/12/2019 11:50:11

791

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua 1 - Lameda Horácio
Carnêiro nº 81, Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-230. Tel. (0xx71) 272-4111 FAX
• Fax (0xx21) 424-4249

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 0h às 12h.

150140660000025922791

Num. 26849784 - Pág. 17



[illegible]

17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Comércio, 107, Centro, Pôrto Alegre - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - TOTAL

ERQ-46364 Foi consultado em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

088674
AC51509

reprodução fiel do
Cont. por: : 5,09
: 1,81
: 6,90



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚPLA DIAGNÓSTICA DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE 100 LITROS DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPLENIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADORAS MÍNIMO CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) - DE: ESTRADA UNIC. 14, 14º ANDAR, 20222-901, PIETROPOLIS - RJ, CEP. 25.770-480. Pietropolis-RJ, 03/12/2021.

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA LPP
CNPJ Nº 04.289.430/0001-26
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO COD CIVIL) Nesto ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 19h ou 2ª convocação, para formalização de retirada do socio minoritário **Sr. Roberto Carlos Rodrigues de Oliveira**, da empresa **Hydratec Comercio e Tecnologia Ltda** inscrita no CNPJ nº 04.289.430/0001-26, com sede em Curitiba - PR, inscrita no MEI nº 12.775.050, por motivo de saúde, pois o sócio se encontra em tratamento médico. Ns. 10/01/2012 / Anglio Pereira Braga - CRCRJ 018.880/0-7 CPE nº 32.445.537-77

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91
AVISO - Arham se a disposição dos Senhores Administradores, na Assembleia Social, na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, um documento, a qual se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria



VALE

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informou que está declarando maior faturamento (FM) em uma série de contratos do segmento de terra-padrão de hoje 11 de janeiro de 2012. Estamos incluindo em contratos com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos 15 acordos com o artigo 9º, § 4º da Instrução CVM nº 358, entre eles: "Nenhuma incorporação disponível no balanço da VAIL, ou qualquer outro sistema líquido resultante da CVM, no âmbito da VAIL, ou qualquer outra entidade controlada pela VAIL".
www.vale.com
Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012, João Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que-
rrença ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de
Operação para operar o Duto de Transferência de Água Doce e
salina do Terminal de Cabunã e a Estação de Barra da Ilha, pro-
vida aproximadamente 70 km de extensão, expandida em integri-
dade com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-
zembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pre-
ço R\$ 075.514.120/11

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Cota de Água de Defesa (CA) de uso de recursos hídricos outorgada pelo INEA, com validade até 28 de março de 2013, que a Autoriza a captar e utilizar água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caranubi com as seguintes características:

CAPTAÇÃO: Terrapilagens COMPER, Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 520,0 m³/min. Vazão média: 500,0 m³/min. Tempo de captação: 1600 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 240000 m³. Coordenadas geográficas: Lat 22° 42' 41" S e Long 42° 50' 38,705" W. **CAPTAÇÃO: EAP 1:** Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 350 m³/min. Vazão média: 330,0 m³/min. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144000 m³. Coordenadas geográficas: Lat 22° 40' 49,765" S e Long 42° 53' 51,438" W. **CAPTAÇÃO: EAP 2:** Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 350 m³/min. Vazão média: 330,0 m³/min. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144000 m³. Coordenadas geográficas: Lat 22° 42' 46,121" S e Long 42° 57' 11,831" W.

CAPTAÇÃO: EAP 3: Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 350 m³/min. Vazão média: 330,0 m³/min. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144000 m³. Coordenadas geográficas: Lat 22° 41' 28,891" S e Long 42° 55' 24,819" W.

DESCARTE: Vazão máxima: duas vezes/dia, plantas e de 300 m³/min. Processo N°: E-0710923/2008

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13300032061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, por meio dos acionistas da Companhia para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de janeiro de 2012, às 15 horas, no auditório do Edifício-Sede da Companhia na Avenida República do Brasil nº 65, no bairro Maracanã, cidade do Rio de Janeiro, RJ, para deliberar sobre as seguintes matérias:

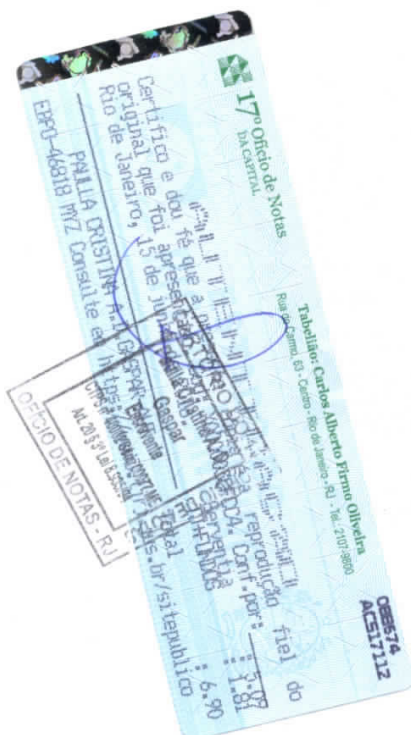
I. Cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. – BRK com versão na planilha anexada à Petrebra para: (1) Ratificar a contratação da APSPS Consultoria e Engenharia Ltda., para elaboração das Planilhas de Avaliação das parcelas criadas a serem vendidas para a Petrobras, incluindo o estudo de avaliação patrimonial utilizando-se a data-base de 30 de novembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 do parágrafo único da Lei nº 6.406/1976; (2) Autorizar e Tipificar o Estudo de Avaliação elaborado pela APSPS Consultoria e Engenharia Ltda. para fins contábil, para avaliação do patrimônio líquido da BRK; (3) Aprovar o Protocolo e Justificação da operação de cisão na forma com versão anexada às Petrebras, na prospeção de novos negócios, incluindo o aumento de 22% do capital social autorizado da Petrobras e do parcelar da BRK com versão da parcela anexada na Petrebra, e o cancelamento de seu capital social; (4) Incorporação na Petrobras a Empresa criada para vender as Petrebras para: (1) Ratificar a contratação da APSPS Consultoria e Engenharia Ltda., para elaboração das Planilhas de Avaliação das parcelas criadas a serem vendidas para a Petrobras, incluindo o estudo de avaliação patrimonial utilizando-se a data-base de 30 de novembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 do parágrafo único da Lei nº 6.406/1976; (2) Admitir a incorporação da Empresa criada para vender as Petrebras;

Avisos, Editais e Termos

Associacões, Sociedades e Firma

CLÍNICA ESTRELLA LIDA
SOCIÉDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

(LUM) CON-PATO SOCIAL SÓCINS JOAO GUILHERME FUSCA
ODRIP J.S ESTRELLA (CPF 794.737.987-72), FRINFA SOUZA
NAND-O (CPF 504.535.317-41), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA
CPF 604.127.577-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407.775.857-
7). GEIETNO: AGRUPAD-ES DE ASS-TEC-AS 00000000000000000000



ESTRADA F. EOD-2A
F. L. THOMAS AND S. T. H. (1)
2314 J. A. H. H. (2) E. J. H. (3)

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

$$\text{deg}(f) = \deg(g) = \deg(h) = 1$$

SUMMARY

Os dados apresentados a respeito da presença das gestações de alto risco revelam, de maneira bastante assustadora, a realidade das condições precárias de saúde das mulheres. A maioria das gestações de alto risco, portanto, ocorre em mulheres com idade entre 35 e 44 anos, com escolaridade inferior a 8 anos, com renda mensal inferior a R\$ 1.000,00 e com 1 a 3 filhos.

La Uspenski

Avisos, Ediciais • Termos

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sindicatos e Empresas
Letras de Circulação

SANES BRASIL AGROINDUSTRIAL S/A

Ata da Assembleia Geral Extraordinária - 1 Data Final e Hora da
Assembleia Dia 03/12/2014, às 10:00hs, na sede social da Cia. Co-
operativa de Desenvolvimento e Assistência Social, Cultural e Desportiva

[illegible]

1. Datas: 1998/1999, 2000/2001, 2001/2002, 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006, 2006/2007, 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, 2025/2026, 2026/2027, 2027/2028, 2028/2029, 2029/2030, 2030/2031, 2031/2032, 2032/2033, 2033/2034, 2034/2035, 2035/2036, 2036/2037, 2037/2038, 2038/2039, 2039/2040, 2040/2041, 2041/2042, 2042/2043, 2043/2044, 2044/2045, 2045/2046, 2046/2047, 2047/2048, 2048/2049, 2049/2050, 2050/2051, 2051/2052, 2052/2053, 2053/2054, 2054/2055, 2055/2056, 2056/2057, 2057/2058, 2058/2059, 2059/2060, 2060/2061, 2061/2062, 2062/2063, 2063/2064, 2064/2065, 2065/2066, 2066/2067, 2067/2068, 2068/2069, 2069/2070, 2070/2071, 2071/2072, 2072/2073, 2073/2074, 2074/2075, 2075/2076, 2076/2077, 2077/2078, 2078/2079, 2079/2080, 2080/2081, 2081/2082, 2082/2083, 2083/2084, 2084/2085, 2085/2086, 2086/2087, 2087/2088, 2088/2089, 2089/2090, 2090/2091, 2091/2092, 2092/2093, 2093/2094, 2094/2095, 2095/2096, 2096/2097, 2097/2098, 2098/2099, 2099/2100, 2100/2101, 2101/2102, 2102/2103, 2103/2104, 2104/2105, 2105/2106, 2106/2107, 2107/2108, 2108/2109, 2109/2110, 2110/2111, 2111/2112, 2112/2113, 2113/2114, 2114/2115, 2115/2116, 2116/2117, 2117/2118, 2118/2119, 2119/2120, 2120/2121, 2121/2122, 2122/2123, 2123/2124, 2124/2125, 2125/2126, 2126/2127, 2127/2128, 2128/2129, 2129/2130, 2130/2131, 2131/2132, 2132/2133, 2133/2134, 2134/2135, 2135/2136, 2136/2137, 2137/2138, 2138/2139, 2139/2140, 2140/2141, 2141/2142, 2142/2143, 2143/2144, 2144/2145, 2145/2146, 2146/2147, 2147/2148, 2148/2149, 2149/2150, 2150/2151, 2151/2152, 2152/2153, 2153/2154, 2154/2155, 2155/2156, 2156/2157, 2157/2158, 2158/2159, 2159/2160, 2160/2161, 2161/2162, 2162/2163, 2163/2164, 2164/2165, 2165/2166, 2166/2167, 2167/2168, 2168/2169, 2169/2170, 2170/2171, 2171/2172, 2172/2173, 2173/2174, 2174/2175, 2175/2176, 2176/2177, 2177/2178, 2178/2179, 2179/2180, 2180/2181, 2181/2182, 2182/2183, 2183/2184, 2184/2185, 2185/2186, 2186/2187, 2187/2188, 2188/2189, 2189/2190, 2190/2191, 2191/2192, 2192/2193, 2193/2194, 2194/2195, 2195/2196, 2196/2197, 2197/2198, 2198/2199, 2199/2200, 2200/2201, 2201/2202, 2202/2203, 2203/2204, 2204/2205, 2205/2206, 2206/2207, 2207/2208, 2208/2209, 2209/2210, 2210/2211, 2211/2212, 2212/2213, 2213/2214, 2214/2215, 2215/2216, 2216/2217, 2217/2218, 2218/2219, 2219/2220, 2220/2221, 2221/2222, 2222/2223, 2223/2224, 2224/2225, 2225/2226, 2226/2227, 2227/2228, 2228/2229, 2229/2230, 2230/2231, 2231/2232, 2232/2233, 2233/2234, 2234/2235, 2235/2236, 2236/2237, 2237/2238, 2238/2239, 2239/2240, 2240/2241, 2241/2242, 2242/2243, 2243/2244, 2244/2245, 2245/2246, 2246/2247, 2247/2248, 2248/2249, 2249/2250, 2250/2251, 2251/2252, 2252/2253, 2253/2254, 2254/2255, 2255/2256, 2256/2257, 2257/2258, 2258/2259, 2259/2260, 2260/2261, 2261/2262, 2262/2263, 2263/2264, 2264/2265, 2265/2266, 2266/2267, 2267/2268, 2268/2269, 2269/2270, 2270/2271, 2271/2272, 2272/2273, 2273/2274, 2274/2275, 2275/2276, 2276/2277, 2277/2278, 2278/2279, 2279/2280, 2280/2281, 2281/2282, 2282/2283, 2283/2284, 2284/2285, 2285/2286, 2286/2287, 2287/2288, 2288/2289, 2289/2290, 2290/2291, 2291/2292, 2292/2293, 2293/2294, 2294/2295, 2295/2296, 2296/2297, 2297/2298, 2298/2299, 2299/2300, 2300/2301, 2301/2302, 2302/2303, 2303/2304, 2304/2305, 2305/2306, 2306/2307, 2307/2308, 2308/2309, 2309/2310, 2310/2311, 2311/2312, 2312/2313, 2313/2314, 2314/2315, 2315/2316, 2316/2317, 2317/2318, 2318/2319, 2319/2320, 2320/2321, 2321/2322, 2322/2323, 2323/2324, 2324/2325, 2325/2326, 2326/2327, 2327/2328, 2328/2329, 2329/2330, 2330/2331, 2331/2332, 2332/2333, 2333/2334, 2334/2335, 2335/2336, 2336/2337, 2337/2338, 2338/2339, 2339/2340, 2340/2341, 2341/2342, 2342/2343, 2343/2344, 2344/2345, 2345/2346, 2346/2347, 2347/2348, 2348/2349, 2349/2350, 2350/2351, 2351/2352, 2352/2353, 2353/2354, 2354/2355, 2355/2356, 2356/2357, 2357/2358, 2358/2359, 2359/2360, 2360/2361, 2361/2362, 2362/2363, 2363/2364, 2364/2365, 2365/2366, 2366/2367, 2367/2368, 2368/2369, 2369/2370, 2370/23

Xavier - Creative Productions
 (408) 435-1144 | www.xcpr.com

CNPJ nº 09.248.608/0001-64 - NIRE nº 13.3002847-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2014

Nota e 1855) Marcus Vinicius (tabelo de Felipe) Certifico que presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia Rio de Janeiro, 4 de

UNIMAR BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 10.375.812/0001-75 - NIRE 33.300.28941-4

levarão de 2015 André Luis
do Estado do Rio de Janeiro

[illegible]

de 2015 André Luis Pezo - Secretário, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE 33.100284746, Protocolo 00015-045225-0, 11/02/2015, Cópia o deferimento em 12/02/2015; e Registro sob nº 00002723719, Baurista, S/A, Baurista de Alimentos Ltda.

Ata de Reunião do Conselho de Administração: Data, Hora e Local:
Em 09 de janeiro de 2015, às 18:00, na sede social da Companhia,
Rua Voluntários da Pátria nº 126, Sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro-111.
Convocação e Presença: Dispensada a convocação por: presença de
estabilidade de membros do Conselho de Administração.

OMIARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 06.940.888/0001-91, AVENIDA DE BRASÍLIA, 1000, 1º ANDAR, BRASÍLIA, D.F.

[illegible]

nos termos do artigo 18º do Estatuto Social *Mesa* Engenheiro Celso Estevão Duarte Filho, Secretário Paulo Afonso Brites Filho, Oremão G. Dias (p) deliberação acerca do pagamento de valores devidos a título de

↓ **Debetur** **Principal** ↓

Ata do AGE em 15/12/14 1. Data, Hora e Local: As 15h do dia 15/12/14, na sede da Cui, localizada na Av. Rodrigues Alves, e...

[illegible]

NAI CAMPINAS PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 13.528.115/0001-19 - NIRE nº 33.301.09/00-2

estas representando a totalidade do capital social existente da empresa. Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Helder Gomes Traczynski e para secretariá-lo o Sr. Marinho Pereira de Almeida.

$$f(\theta) = \frac{1}{2\pi} \int_{-\pi}^{\pi} f(\theta + \phi) d\phi$$

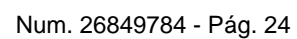
NAI CAMPINAS PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 13.528.115/0001-19 - NIRE nº 33.301.09/00-2

[illegible][illegible]

191 02000 S

ssi
http:





SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0803252-80.2018.8.15.0251

DECISÃO

Vistos, etc.

1) Não vislumbro a ocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam o julgamento antecipado da lide, conforme art. 357, CPC/2015.

2) O réu não arguiu preliminares ou prejudiciais de mérito. Da mesma forma, não existem incidentes processuais alegados pela parte promovente.

3) Assim, na inexistência de pendências processuais a serem analisadas, passo a fixar os pontos controvertidos:

a) Com relação às questões de fato, sobre as quais recairão o ônus da prova, entendo que o conteúdo probatório a ser apurado deverá incidir sobre a existência ou não de lesão física experimentada pela parte autora e, em caso positivo, quantificação do grau da lesão física (especificar o grau/percentual da alegada invalidez existente na parte requerente e quais membros ou funções foram afetadas no acidente).



b) Não há questões de direito a serem delimitadas neste momento, além das que já foram arguidas pelas partes.

4) O ônus da prova observará o disposto no art. 373, I do CPC/2015, cabendo à parte autora provar o fato constitutivo do seu direito, demonstrando a existência de lesão física no grau alegado, inclusive submetendo-se à perícia médica.

5) Conforme sustentado pelas partes, verifico a necessidade de produção de prova pericial, especificamente, perícia médica. Intime-se a parte Ré (Seguradora Líder) para depositar judicialmente o valor dos honorários periciais nos termos do convênio nº 15/2014 firmado com o TJPB. Com o depósito, voltem-me conclusos para nomeação do perito e demais providências, nos termos do art. 465 e seg. do CPC/2015.

6) Deixo de designar audiência de instrução e julgamento, já que não há necessidade de produção de prova oral para o deslinde da causa, bastando a produção da(s) prova(s) já determinada(s).

7) Intimem-se as partes para ciência desta decisão, assim como, para, querendo, se manifestarem em provas e exercerem a faculdade prevista no §1º do artigo 357 do CPC/2015, no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Patos-PB, 10 de dezembro de 2019

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Cumprir o item 7 do despacho ID

[26915269](#)



AO R. JUIZO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE PATOS-PB.

Processo 0803252-80.2018.8.15.0251

NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe vem através de seu procurador, à presença de Vossa Excelência, **INFORMAR E REQUERER**.

MM Juiz, em atenção ao item 7 no despacho do ID 26915269, o Patrono vem informar que está ciente da decisão, bem como, requerer o andamento do feito com a designação de perícia médica a fim aferir o grau de invalidez do requerente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Patos-PB, 12 de fevereiro de 2020.



WALDEY LEITE LEANDRO

OAB-PB 13.958

JOSÉ MATHEUS OLIVEIRA DIAS

ESTAGIÁRIO





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

Processo N°: 0803252-80.2018.8.15.0251
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JUNTEI OFÍCIO

PATOS, 14 de fevereiro de 2020.
JOAO JERONIMO DA SILVA





PATOS (PB), 14 de Fevereiro de 2020 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

DATA
Recebido(s) nesta data em cartório.
Patos, 14/02/2020

Analista / Técnico Judiciário

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º:	08032528020188150251
Reu:	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO
CPF/CNPJ:	09.248.608/0001-04
Autor:	NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NE
CPF/CNPJ:	093.848.024-33
Valor original:	R\$ 200,00
Agência depositária:	151 - 1 PATOS
N.º da conta judicial:	2100114760160
N.º da parcela:	1
Data do depósito:	13.02.2020
Depositante:	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,

Valmir Dantas Monteiro Júnior
Mat. F9445251-2
Escriturário

Banco do Brasil S.A.
PATOS
AV.EPITACIO PESSOA,76
PATOS - PB .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
7 VARA MISTA
PATOS - PB .



EM ANEXO





Banco do Brasil

			Nº DA CONTA JUDICIAL		
			2100114760160		
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	
0		13/02/2020		0151	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
13/02/2020		2617980	08032528020188150251	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	
PATOS		7 VARA MISTA		RÉU	
				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
				200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO					
TIPO DE PESSOA					
Juridico					
CPF / CNPJ					
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE					
NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO					
TIPO DE PESSOA					
Fisica					
CPF / CNPJ					
09384802433					
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA					
B742A06985783700					
CÓDIGO DE BARRAS					





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08032528020188150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

PATOS, 19 de fevereiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

PROCESSO: 0803252-80.2018.8.15.0251

DECISÃO

Vistos, etc.

Nomeio como perito o médico RODOLPHO DANTAS MAFALDO PINTO, CRM/PB 8679, concedendo-lhe o prazo de **dez dias** para apresentação do laudo, a contar da data do exame médico no(a) promovente (art. 465 do CPC).

Desde já informo que os quesitos do juízo são os quesitos padrão apresentados durante os Mutirões DPVAT, que se baseiam na tabela de repercussão no patrimônio físico introduzida na Lei do DPVAT pela Medida Provisória n. 451/2008, publicada em 16 de dezembro de 2008 e retificada em 22 de dezembro de 2008, depois convertida na Lei n. 11.945/2009, publicada em 24 de junho de 2009 e produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2009 (art. 33, IV, alínea “a”).

Ao médico nomeado será paga a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Convênio n. 015/2014, firmado entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Diante do atual panorama que assola a população mundial com os inúmeros casos de COVID-19, que resultou no regime de trabalho remoto e suspensão de audiências e atos de atendimento ao público, a perícia somente será designada após a retomada da normalidade das atividades jurisdicionais.

DESTACO QUE O PERITO JÁ FOI INTIMADO POR E-MAIL.

JÁ CONSTA NOS AUTOS DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS.

ASSIM, ADOTEM-SE AS SEGUINTE PROVIDÊNCIAS:

1) MANTENHA O FEITO EM CAIXA DO CARTÓRIO COM A ETIQUETA “AGUARDA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA”;



2) Uma vez designada a data para a realização da perícia médica após o encerramento das medidas preventivas à disseminação do COVID-19:

2.1 Movimente-se no sistema a data da perícia;

2.2 Intimem-se as partes desta decisão e da data da perícia, oportunidade em que poderão indicar assistente técnico e quesitos, assim como juntar documentos, no prazo de 15 dias, art. 465, § 1º, II e III do CPC.

2.3 Intime-se a parte autora PESSOALMENTE para comparecer ao Fórum no dia e hora designados, munidos dos documentos pessoais e laudos/exames particulares que eventualmente possuam.

Reitero os termos da decisão de saneamento prolatada nos autos.

Cumpra-se.

PATOS, 18 de junho de 2020

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito



Juntei despacho designando perícia





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

DESPACHO/DESIGNAÇÃO DE PERÍCIAS

Conforme decisão de nomeação do perito RODOLPHO DANTAS MAFALDO PINTO, CRM/PB 8679, **designo data e hora para a realização da perícia médica nos autos abaixo discriminados:**

Dia: 16/10/2020

1º Bloco: 08h30min (ordem de chegada)

Fórum Miguel Sátiro Avenida Doutor Pedro Firmino, S/N – Centro – Patos/PB – CEP 58700071

Telefone: (83) 99144-6613

- 1) 0806243-97.2016.8.15.0251
- 2) 0806195-41.2016.8.15.0251
- 3) 0801500-78.2015.8.15.0251
- 4) 0802687-87.2016.8.15.0251
- 5) 0802970-13.2016.8.15.0251
- 6) 0806033-46.2016.8.15.0251
- 7) 0806542-74.2016.8.15.0251
- 8) 0806022-17.2016.8.15.0251
- 9) 0806516-76.2016.8.15.0251
- 10) 0806603-32.2016.8.15.0251
- 11) 0000317-75.2014.8.15.0251
- 12) 0004349-66.2009.8.15.0251
- 13) 0806252-59.2016.8.15.0251
- 14) 0800790-58.2015.8.15.0251
- 15) 0801274-05.2017.8.15.0251

Dia: 16/10/2020

1º Bloco: 13h45min (ordem de chegada)

Fórum Miguel Sátiro Avenida Doutor Pedro Firmino, S/N – Centro – Patos/PB – CEP 58700071

Telefone: (83) 99144-6613

- 1) 0800734-05.2017.8.15.0251
- 2) 0802241-50.2017.8.15.0251
- 3) 0802227-66.2017.8.15.0251
- 4) 0802909-21.2017.8.15.0251
- 5) 0802969-91.2017.8.15.0251
- 6) 0800629-77.2017.8.15.0251



- 7) 0800900-86.2017.8.15.0251
- 8) 0800860-07.2017.8.15.0251
- 9) 0802970-76.2017.8.15.0251
- 10) 0803119-72.2017.8.15.0251
- 11) 0800899-04.2017.8.15.0251
- 12) 0800716-33.2017.8.15.0251
- 13) 0800035-96.2017.8.15.0531
- 14) 0800185-44.2017.8.15.0251
- 15) 0800913-85.2017.8.15.0251

Dia: 17/10/2020

1º Bloco: 08h30min (ordem de chegada)

Fórum Miguel Sátiro Avenida Doutor Pedro Firmino, S/N – Centro – Patos/PB – CEP 58700071

Telefone: (83) 99144-6613

- 01) 0801086-46.2018.8.15.0251
- 02) 0801931-44.2017.8.15.0251
- 03) 0802974-16.2017.8.15.0251
- 04) 0802986-30.2017.8.15.0251
- 05) 0808266-11.2019.8.15.0251
- 06) 0800100-91.2017.8.15.0531
- 07) 0802973-31.2017.8.15.0251
- 08) 0802229-36.2017.8.15.0251
- 09) 0803252-80.2018.8.15.0251
- 10) 0805412-78.2018.8.15.0251
- 11) 0802641-30.2018.8.15.0251
- 12) 0803672-51.2019.8.15.0251
- 13) 0801562-50.2017.8.15.0251
- 14) 0803555-94.2018.8.15.0251
- 15) 0800321-07.2018.8.15.0251
- 16) 0804951-09.2018.8.15.0251
- 17) 0801431-41.2018.8.15.0251
- 18) 0800269-44.2018.8.15.0531

Ao tempo em que indico a data e local, solicito que o autor apresente-se portando documento pessoal com foto.

CUMPRAM-SE TODAS AS DETERMINAÇÕES LANÇADAS NA DECISÃO DE NOMEAÇÃO DO PERITO.

Patos/PB, 24 de agosto de 2020.


BRUNO MEDRADO DOS SANTOS
Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Intimação da perícia médica a ser realizada no Dia 17/10/2020 1º Bloco: 08h30min (ordem de chegada) Fórum Miguel Sátyro Avenida Doutor Pedro Firmino, S/N – Centro – Patos/PB – CEP58700071
Telefone: (83) 99144-6613.

COMO TAMBÉM CUMPRIR O ITEM 2.2 DA DECISÃO ID

[31680373](#)



7ª Vara Mista de Patos
AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071
()

Nº do processo: 0803252-80.2018.8.15.0251
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Mista de Patos manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, R SABINA VIANA, S/N, 2 ANDAR APARTAMENTO 204, MONTE CASTELO, PATOS - PB - CEP: 58707-020, para participar da perícia médica a ser realizada no Dia 17/10/2020 1º Bloco: 08h30min (ordem de chegada) Fórum Miguel Sátyro Avenida Doutor Pedro Firmino, S/N – Centro – Patos/PB – CEP58700071 Telefone: (83) 99144-6613.

PATOS, em 10 de setembro de 2020.

De ordem, JOAO JERONIMO DA SILVA

Mat.



CERTIDÃO

Certifico que, dando cumprimento ao mandado contido no ID 34150323, procedi diligência até a Rua Sabino Viana, s/n, 2º andar, apto. 204, Monte Castelo, aí sendo, deixei de intimar o autor NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, pois, o morador do apto. 203 Sr. Bruno me informou que o apto. 204 está desocupado e que não conhece o autor. O referido é verdade e dou fé.

Patos-PB, 10 de setembro de 2020.

SANDRO RODRIGUES DE FRANÇA

Oficial de Justiça





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0803252-80.2018.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

Aguarde-se a data da perícia designada.

Caso a parte autora não compareça ao ato, certifique-se e venham-me os autos conclusos.

Cumpra-se. Diligências necessárias.

Patos, 6 de outubro de 2020.

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito



Juntei perícia



§
Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto
Médico CRM-PB 8679
PROCESSO Nº: 0803252-80.2018.8.15.0251

AVALIAÇÃO MÉDICA

PARA FINS DE BENEFÍCIO DO SEGURO DPVAT

(Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1994)

Nome completo:

Matheus Vidal de Aguiar Neto

CPF:

093.848.024-33

Informações do acidente

Local:

Rotatória próximo ao H.R. do Pater

Data do Acidente:

25.03.2016

Descrição do Acidente:

Perseguido foi colidido por um veículo não identificado

Concordância com a realização da avaliação médica

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(x) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual(uais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

membr. inferior direito

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim, as lesões são compatíveis temporalmente e com o mecanismo de trauma relatados.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (x) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias

b) (x) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Emparelhamento de 18 cm em membr. D, dor e edema car. inferior

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(x) Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.





Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto
Médico CRM-PB 8679

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirma a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () **Total**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) (☒) **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 () **Parcial Completo.**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum seguimento corporal da vítima).

b.2 (☒) **Parcial Incompleto.**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) seguimento corporal da vítima).

b.2.1 (☒) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	(<input checked="" type="checkbox"/>) 10% Residual (<input type="checkbox"/>) 25% Leve (<input checked="" type="checkbox"/>) 50% Média (<input type="checkbox"/>) 75% Intensa
2ª Lesão	(<input type="checkbox"/>) 10% Residual (<input type="checkbox"/>) 25% Leve (<input type="checkbox"/>) 50% Média (<input type="checkbox"/>) 75% Intensa
3ª Lesão	(<input type="checkbox"/>) 10% Residual (<input type="checkbox"/>) 25% Leve (<input type="checkbox"/>) 50% Média (<input type="checkbox"/>) 75% Intensa
4ª Lesão	(<input type="checkbox"/>) 10% Residual (<input type="checkbox"/>) 25% Leve (<input type="checkbox"/>) 50% Média (<input type="checkbox"/>) 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

VII Quesitos das Partes

Quesitos do DPVAT:

1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?

SIM. SIM

2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?

SIM

3) Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL e PARCIAL?

Parcial





Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto
Médico CRM-PB 8679

- 4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?

lesão parcial incompleta media de membro inferior D.

Quesitos formulados pelo(a) Magistrado (a):

- 1) Sofre o autor alguma invalidez ou debilidade permanente?
Sim
- 2) Qual o membro afetado?
membro inferior direito
- 3) Qual o grau de invalidez do membro, sentido ou função?
permanente
- 4) Se existe ou não redução da capacidade do membro ou órgão atingido?
Sim
- 5) Quais as sequelas porventura existentes?
dor ao expor o membro
- 6) Se existe ou não encurtamento de algum membro e quantos centímetros?
Sim - 1,8 cm
- 7) Se há ou não fratura não consolidada?
Não
- 8) Se há ou não perda de órgão ou função?
Sim

Quesitos da juí

② Sim, motivo

③ No momento após cirurgia

Obs 1. Os demais quesitos foram respondidos anteriormente

Obs 2. Remido um fundamento de fac
um lesão ossa que refere se do acidente
porém não tem como comprovar isso
por Rx tem mais de um bico de diferença
Rater 17.10.2020

Rodolpho Dantas M. Pinto
Infecologia / Clínica Médica
CRM-PB 8679 RQE Nº 5693





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Intimação perícia id

[35618305](#)



SEGUE EM PDF





AO R. JUIZO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE PATOS-PB

Proc. nº 0803252-80.2018.8.15.0251

NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe vem através de seu procurador, à presença de Vossa Excelência **se manifestar acerca do laudo pericial.**

MM Juiz, que segundo o Médico Perito, a Demandante sofrera dano anatômico definitivo, qual seja, a **“encurtamento de 1,8cm em fêmur direito, dor e edema ao esforço.”**

Conforme o referido Laudo Pericial, verifica-se que a requerente padece de **DANO EM MEMBRO INFERIOR DIREITO COM 50% DE INVALIDEZ PERMANENTE.**

Ocorre que uma segunda lesão também fora observada pelo Médico Perito. Segundo o *expert*, o requerente, decorrente do mesmo acidente, sofreu lesão óssea na região craniofacial tendo **“afundamento de face.”** Vejamos:

Oss 2. Remetido um afundamento de face
com lesão óssea que sofreu se do acidente

Por consequência, nos termos da Lei nº 6.194 de 1974, aplicando-se o cálculo para obtenção do valor da verba indenizatória devida, sendo este:

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





(TETO) X (PERCENTUAL DE ENQUADRAMENTO) X (PERCENTUAL DA PERDA APURADO) = (VALOR DA INDENIZAÇÃO)

Têm-se o seguinte:

100% (TETO): **R\$ 13.500,00**

70% (Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores): **R\$ 9.450,00**

100% (Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais [...]): **R\$ 13.500,00**

Logo, considerando que a requerente só recebeu a quantia R\$ 5.737,50 (Cinco mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) em esfera administrativa, a **demandada deixou de efetuar o pagamento da indenização no importe de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Isto porque o percentual indenizatório das duas lesões sofridas pelo requerente (decorrente do acidente), se somados, atingem o teto do seguro ora pleiteado.

Diante do exposto, deverá a Demandada efetuar o pagamento da indenização no importe de **R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este que deverá ser atualizado monetariamente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Patos-PB, 23 de Outubro de 2020.

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





WALDEY LEITE LEANDRO

OAB-PB 13.958

JOSÉ MATHEUS OLIVEIRA DIAS

BEL. EM DIREITO

Dr. Waldey Leite Leandro.

Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.

Fone: (83) 8808-3805

E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com



Assinado eletronicamente por: WALDEY LEITE LEANDRO - 23/10/2020 13:53:15

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102313531526200000034228373>

Número do documento: 20102313531526200000034228373

EM ANEXO



Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2017

Carta nº: 11132190

A/C: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170312486 ASL-0215432/17

Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Data Acidente: 25/03/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **05/06/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **25/03/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento ilegível

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00515/00516 - carta_03



Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2017

Carta nº: 11132200

A/C: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170312486 ASL-0215432/17

Vitima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Data Acidente: 25/03/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00365/00366 - carta_01



Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2017

Carta nº: 11377656

A/C: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

Sinistro: 3170312486 ASL-0215432/17
Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
Data Acidente: 25/03/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

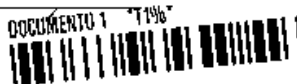
Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00935/00936 - carta_02



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO,

PORTADOR(A) DO RG Nº 3621224 EXPEDIDO POR SAPB EM 10/08/2011 E

CPF 093848024-33 / CNPJ _____, PROFISSÃO RECIUO

E RENDA MENSAL DE R\$ 2200,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

Marcos Aurélio Vidal
05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 341 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3833 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 09997-7

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

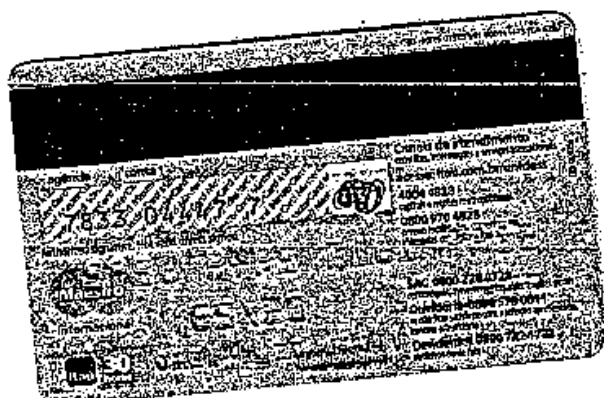
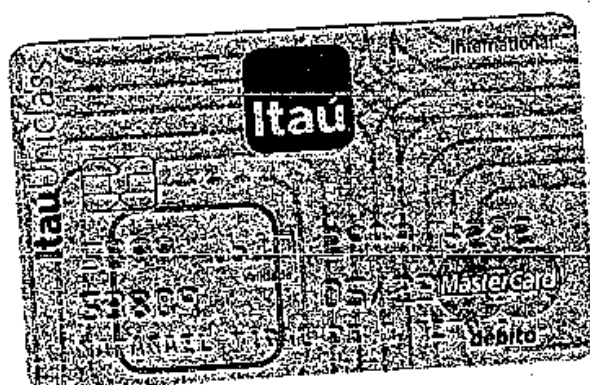
18 de ABRIL de 2017
LOCAL E DATA

Natanael Vidal de X. Neto
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de Indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





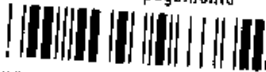
Marcos Aurelio Vidal
05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Autorização de pagamento



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, NATANAEL VIDAL DE NEGUINHOS NETO

PORTADOR(A) DO RG Nº 3621224

EXPEDIDO POR S DS PB

EM 10 / 08 / 2017 E

CPF 093848024-33 / CNPJ 000000000-0000-00, PROFISSÃO RECEIU

E RENDA MENSAL DE R\$ RECEIU (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA NATANAEL VIDAL DE NEGUINHOS NETO, AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 383 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 78 33 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 0444-7

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 17 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 17 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 17

CORRETAGEM DE SEGUROS

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

PAPOS - RR 05 de Setembro de 2017

LOCAL E DATA

Natanael Vidal de Neguinhos Neto

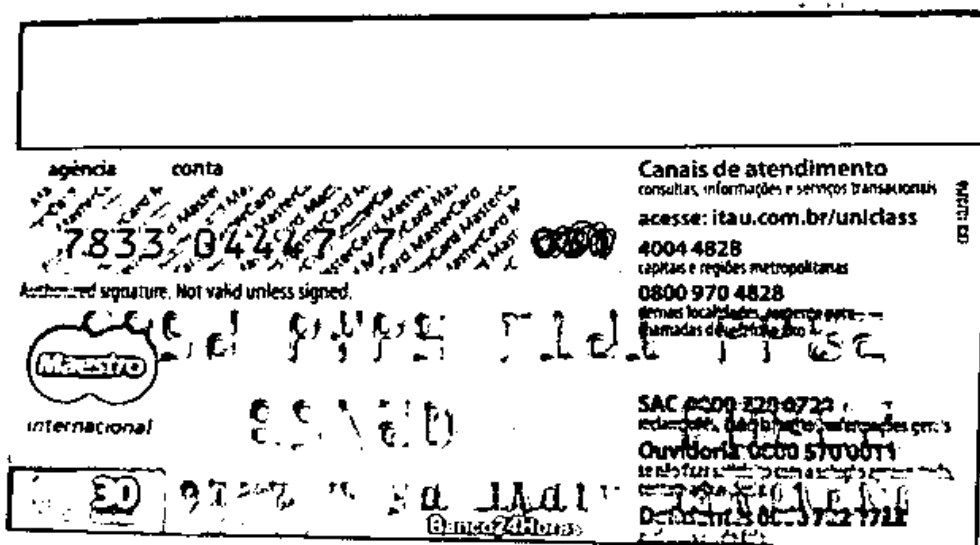
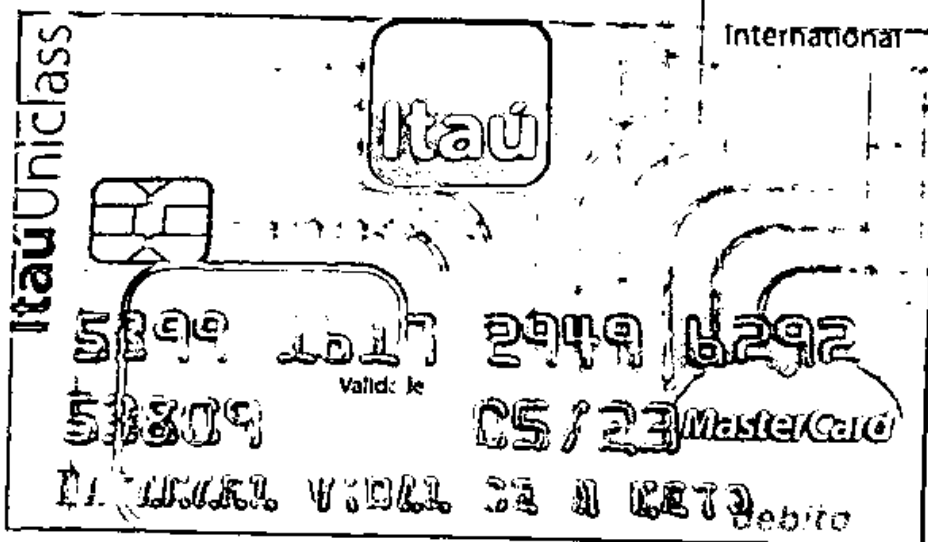
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até **R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até **R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





Marcos Aurelio Vieira

17 jul. 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): Natanael Vidal de Negreiros Neto
Endereço do(a) Examinado(a): Rua Sabino Viana, S/N Ap 204
Monte Castelo Patos PB CEP: 58707-020
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SSP / PB] 3621224
Data local do exame: [04/08/2017] Cajazeiras [PB]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
- FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO E FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO.. APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.**
- a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?
(☒) Sim () Não
- Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (Item VI)), se necessário
- b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?
(☒) Sim () Não
- Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (Item VI))
- II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.
- PACIENTE DEU ENTRADA NO HOSPITAL DE ORIGEM AONDE REALIZOU INTERNAMENTO E TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO COM COLOCAÇÃO DE PLACA DE PLATINA E PARAFUSOS ALÉM DE USO DE ANTI-INFLAMATÓRIO E REPOUSO DA FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO. RECEBEU ALTA E REALIZOU FISIOTERAPIA.**
Data da alta: 12/2016.
REALIZOU INTERNAMENTO E TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO COM COLOCAÇÃO DE PLACA DE PLATINA E PARAFUSOS ALÉM DE USO DE ANTI-INFLAMATÓRIO E REPOUSO DA FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO. APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.
Complicações: SEM COMPLICAÇÕES.
- III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?
(☒) Sim () Não
- Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.
- APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, ENCURTAMENTO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.**
- Caso a resposta seja "Não", concluir dentro as opções no Item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no Item IV opções "b" ou "c"
- IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.
- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).
- () "Vítima em tratamento" () "Sem sequela permanente"
- Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias*
() "Exame não permite conclusão"
Ver motivo do impedimento no campo das observações
(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)
- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.
- | | |
|--|--|
| Região Corporal (Sequela): | Região Corporal (Sequela): |
| MEMBRO INFERIOR - Direito | LESÕES DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS |
| % do dano: () 10% residual (<input checked="" type="checkbox"/>) 25% leve | % do dano: () 10% residual (<input checked="" type="checkbox"/>) 25% leve |
| () 50% médio () 75% intensa () 100% completo | () 50% médio () 75% intensa () 100% completo |
| Região Corporal (Sequela): | Região Corporal (Sequela): |
| % do dano: () 10% residual () 25% leve | % do dano: () 10% residual () 25% leve |
| () 50% médio () 75% intensa () 100% completo | () 50% médio () 75% intensa () 100% completo |
- c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinalar a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).
- () Total = "100% da IS"
- V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a)o Médico(a) Examinador(a)
Carimbo com Nome e CRM


Dr. José Gerardo V. Matos
Médico | CRM - 3216
CPF: 073.762.353-53





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRAL DE BOLETIM DE OCORRÊNCIAS- PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 - Tel./Fax: (83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma Ocorrência Policial N° 4994/16 cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **PRIMEIRO (01)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de **PATOS/PB**, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado. Ai, compareceu: **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETOS**, brasileiro, RG 3621224 SSP/PB, CPF 093.848.024-33, Natural de Patos/PB, Nascido (a) em 25/03/1991, Filho (a) de: Jose Ranieri de Sousa Batista e Iranilda Vidal de Negreiros Batista, Residente na Rua Epaminondas Rocha, 174, bairro Belo Horizonte, Patos/PB, Tel. (83) 9.9681.3535, a fim de prestar a seguinte queixa:

Que, na data 25/03/2016, por volta das 19h:50min, conduzia a motocicleta de marca/modelo HONDA/CB 300 R, placa QFE-8719/PB, Renavam 01020223372, Licenciada em nome de ERNANI DAS NEVES, sentido centro/Noé Trajano, quando ao se aproximar da rotatória próximo ao Hospital Regional de Patos/PB, um veículo que trafegava sentido Noé Trajano/centro, fez uma manobra indevida, sem sinalizar, causando a colisão; Que, não foi possível identificar o veículo, porque o mesmo se evadiu do local sem prestar socorro; Que, foi socorrido e levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade de Patos/PB.

E nada mais havendo a constar encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Natanael Vidal de Negreiros Neto

Patos/PB, 01 de dezembro de 2016.

Ana Maria Leandro
MT. 138.428-7

ESTA OCORRÊNCIA NÃO SUBSTITUI A APRESENTAÇÃO DO(S) DOCUMENTO(S) SUBTRAI(DO)S, EXEMPLOS NÃO DESCRITOS.

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE PATOS/PB

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

Patos-PB: 07/12/2016 10:36:37

SUBST490 SUEDES WANDERLEY - TABELA SUBSTITUTO

[2016-036891] ENIL:R\$ 2,12 FAREN:R\$ 0,25 FEE:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,00

SELG DIGITAL: AEG74154-RIEF

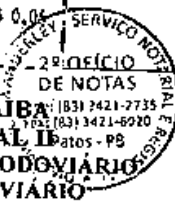
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



WANDERLEY
SALVADOR, 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - TABELA SUBSTITUTIVA
[2016-036885] EMPL:R\$ 2,12 FAPENIR\$ 0,25 FEPPJ:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,04
SELO DIGITAL: AEE50508-2BNC
Confira a autenticidade em <https://salodigital.tjpb.jus.br>



POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA
COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL II
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
4ª COMPANHIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE							
Nº BAT 041/2016		Responsável pelo Levantamento do Acidente: DORIVALDO CÂNDIDO DA SILVA				Posto/Graduação: SD PM	
HORÁRIOS:	Aclonamento: 20hs00min	Chegada no local: 20hs05min	Horário do sinistro: 19hs55min	Bairro: BELO HORIZONTE	Município: PATOS	UF PB	
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia RUA HORÁCIO NÓBREGA (PRÓXIMO AO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE)							
Data/Ocorrência 25/03/2016	Dia da Semana SEXTA-FEIRA	C/S Vítima QT COM/01	Natureza do Acidente ABALROAMENTO	Tipo de pavimento ASFÁLTICO	Condições/Via SECA	Tempo BOM	
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 (DOIS)			Controle do tráfego no local SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				

CONDUTOR 01 (C1)							
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO							
Sexo M	Nascimento 25/03/1991	RG 3621224 SSP/PB	Registro CNH nº 05992053010	UF PB	CPF 093.848.024-33		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB							
1ª Habilitação 04/02/2014	Categoria AB	UF PB	Ex. Med/Dia SIM	Data Vencimento 19/08/2018	Usava cinto ---	Usava Capacete SIM	
Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO				Comportamento do Condutor SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS			

VEÍCULO 01 (V1)					
Marca HONDA/CB300	Espécie MOTOCICLETA	Placa QFE-8719	Categoria PARTICULAR	Município SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	UF PB
Nome do Proprietário ERNANI DAS NEVES					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 012031044020	Renavan 0102022337-2	Data de Emissão 07/10/2015		

VERSÃO DO CONDUTOR 01 (C1)
QUE TRAFEGAVA PELA RUA HORÁCIO NÓBREGA SENTIDO CENTRO/NOÉ TRAJANO; QUE AO SE APROXIMAR DA ROTATÓRIA DO TRECHO ONDE SE DEU O ACIDENTE FOI SURPREENDIDO PELO VEÍCULO 02 (V2) QUE REALIZAVA UMA MANOBRA DE FORMA BRUSCA E SEM ATENÇÃO; QUE NÃO FOI POSSÍVEL EVITAR O ACIDENTE, MESMO FREANDO;

02 (V2)
Marcos Aurelio Quinto
05 JUN. 2017

VÍTIMA 01		
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB		
Condição da Vítima: (X) Condutor () Passageiro () Pedestre	Viajava no Veículo Nº V1 (HONDA/CB300-MOTOCICLETA)	Usava Cinto ---
Conduzido Para HOSPITAL REGIONAL DE PATOS		

[Assinatura manuscrita]

BPT-TRAN / 4ª CP TRAN
Cópia Conforme Original
Data: 29.04.2016
HEDEIROS - 80 JET PM



CONSTATADO

CONSTATADO QUE:

- CONDUTOR 01 (C1) FOI SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS;
- CONDUTOR 01 (C1) É HABILITADO E O VEÍCULO 01 (V1) LICENCIADO CONFORME A LEI;
- CONDUTOR 02 (C2) EVADIU-SE DO LOCAL DO ACIDENTE, SEM PRESTAR SOCORRO A VÍTIMA;
- NÃO HOUVE TESTEMUNHAS DO ACIDENTE;
- TRECHO DA VIA ONDE SE DEU O ACIDENTE É BEM ILUMINADO, CONSERVADO E COM NÍVEL ALINHADO;
- NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR TESTE DE ALCOOLEMIA;

atos - PB, 29/03/2016


SD PM. Mat. 525.026-9 DERIVALDO CANDIDO DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO

Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - [TABELÃO SUBSTITUÍDO]
[2016-036886] EML:R\$ 2,12 FORTALEÇA 0,25 CAP:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELLO DIGITAL: AEE50509-ANOB
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>.



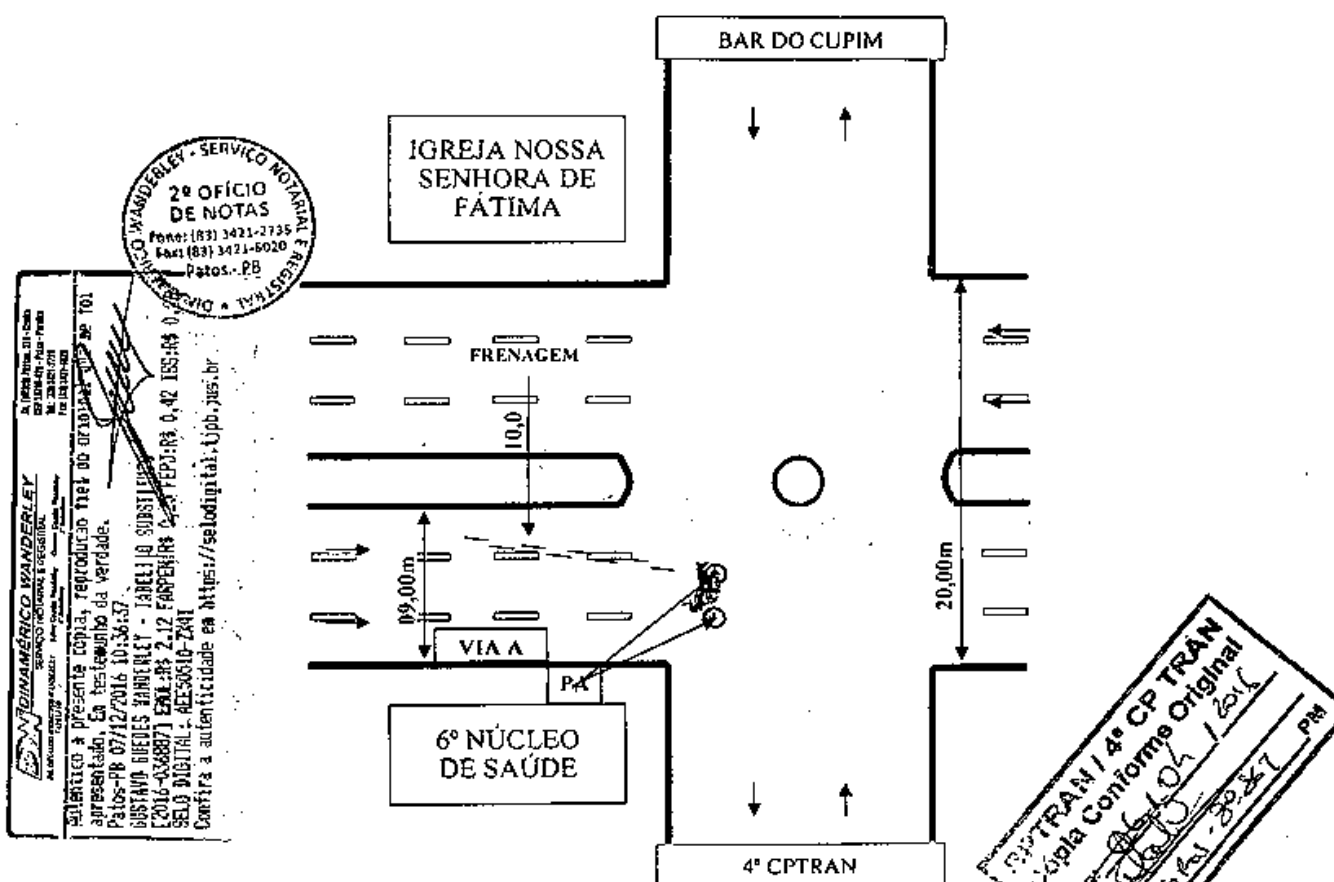
Marcos Aurelio Vidal

05 JUN. 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº	041/2016
AMARRAÇÕES	
VIA "A" - Rua Horácio Nóbrega: 20,00 metros / Segmento do acidente: 09,00 metros PR (Ponto de Referência): 6º Núcleo Regional de Saúde PA (Ponto de Amarração): Poste da Energisa V1 (Veículo 01) Eixo Dianteiro Direito 15,00 e Eixo Traseiro Direito 16,00 metros para (PA)	



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS	
<p>V1</p>	<p>SD PM Mat. 525.026-9 DORIVALDO CANDIDO DA SILVA RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO</p> <p>Marcos Aurelio Vidal 05 JUN. 2017 CORRETAGEM DE SEGUROS FEIRELI - MG</p>





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRAL DE BOLETIM DE OCORRÊNCIAS- PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 - Tel./Fax:
(83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma Ocorrência Policial N° 4994/16 cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **PRIMEIRO (01)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de **PATOS/PB**, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado. Ai, compareceu: **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETOS**, brasileiro, RG 3621224 SSP/PB, CPF 093.848.024-33, Natural de Patos/PB, Nascido (a) em 25/03/1991, Filho (a) de: Jose Ranieri de Sousa Batista e Iranilda Vidal de Negreiros Batista, Residente na Rua Epaminondas Rocha, 174, bairro Belo Horizonte, Patos/PB, Tel. (83) 9.9681.3535, a fim de prestar a seguinte queixa:

Que, na data 25/03/2016, por volta das 19h:50min, conduzia a motocicleta de marca/modelo HONDA/CB 300 R, placa QFE-8719/PB, Renavam 01020223372, Licenciada em nome de ERNANI DAS NEVES, sentido centro/Noé Trajano, quando ao se aproximar da rotatória próximo ao Hospital Regional de Patos/PB, um veículo que trafegava sentido Noé Trajano/centro, fez uma manobra indevida, sem sinalizar, causando a colisão; Que, não foi possível identificar o veículo, porque o mesmo se evadiu do local sem prestar socorro; Que, foi socorrido e levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade de Patos/PB.

E nada mais havendo a constar encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Natanael Vidal de Negreiros Neto

Patos/PB, 01 de dezembro de 2016.

Ana Maria Leandro
MT. 138.428-7

ESTA OCORRÊNCIA NÃO SUBSTITUI A APRESENTAÇÃO DO(S) DOCUMENTO(S) SUBTRAI(DO)S, EXEMPLOS NÃO DESCRITOS.

DINAMÉRICO WANDERLEY
REDAÇÃO NOTARIAL E REGISTRAL
CNPJ 06.948.024/0001-77
RUA BOSSUET WANDERLEY, 257 - CENTRO - PATOS/PB - PB
CEP: 58700-410

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

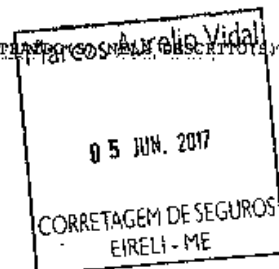
Patos-PB: 07/12/2016 10:36:37

SUBST490 SUEDES WANDERLEY - TABELADO SUBSTITUTO

[2016-036891] EMI:R\$ 2,12 FAREN:R\$ 0,25 EMI:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,00

SELLO DIGITAL: AEG74134-RIEF

Confira a autenticidade em <https://selldigital.tjpb.jus.br>



WANDERLEY
 Autentico a presente copia, reprodução fiel do original, e a cópia apresentada. Em testemunho da verdade.
 Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
 GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - TABELADO SUBSTITUTO
 (2016-036885) EMPL:R\$ 2,12 FAPENIR\$ 0,25 FEPPJ:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,04
 SELLO DIGITAL: AEE50508-2BNC
 Confira a autenticidade em <https://salodigital.tjpb.jus.br>



POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA
COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL II
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
4ª COMPANHIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE							
Nº BAT 041/2016		Responsável pelo Levantamento do Acidente: DORIVALDO CÂNDIDO DA SILVA				Posto/Graduação: SD PM	
HORÁRIOS:	Aclonamento: 20hs00min	Chegada no local: 20hs05min	Horário do sinistro: 19hs55min	Bairro: BELO HORIZONTE	Município: PATOS	UF PB	
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia RUA HORÁCIO NÓBREGA (PRÓXIMO AO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE)							
Data/Ocorrência 25/03/2016	Dia da Semana SEXTA-FEIRA	C/S Vítima QT COM/01	Natureza do Acidente ABALROAMENTO	Tipo de pavimento ASFÁLTICO	Condições/Via SECA	Tempo BOM	
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 (DOIS)			Controle do tráfego no local SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				

CONDUTOR 01 (C1)							
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO							
Sexo M	Nascimento 25/03/1991	RG 3621224 SSP/PB	Registro CNH nº 05992053010	UF PB	CPF 093.848.024-33		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB							
1ª Habilitação 04/02/2014	Categoria AB	UF PB	Ex. Med./Dia SIM	Data Vencimento 19/08/2018	Usava cinto ---	Usava Capacete SIM	
Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO				Comportamento do Condutor SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS			

VEÍCULO 01 (V1)					
Marca HONDA/CB300	Espécie MOTOCICLETA	Placa QFE-8719	Categoria PARTICULAR	Município SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	UF PB
Nome do Proprietário ERNANI DAS NEVES					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 012031044020	Renavan 0102022337-2	Data de Emissão 07/10/2015		

VERSÃO DO CONDUTOR 01 (C1)
QUE TRAFEGAVA PELA RUA HORÁCIO NÓBREGA SENTIDO CENTRO/NOÉ TRAJANO; QUE AO SE APROXIMAR DA ROTATÓRIA DO TRECHO ONDE SE DEU O ACIDENTE FOI SURPREENDIDO PELO VEÍCULO 02 (V2) QUE REALIZAVA UMA MANOBRA DE FORMA BRUSCA E SEM ATENÇÃO; QUE NÃO FOI POSSÍVEL EVITAR O ACIDENTE, MESMO FREANDO;

05 JUN. 2017

VÍTIMA 01		
Nome NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO		
Endereço RUA EPAMINONDAS ROCHA, 184, BELO HORIZONTE, PATOS-PB		
Condição da Vítima: <input checked="" type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/> Pedestre	Viajava no Veículo Nº V1 (HONDA/CB300-MOTOCICLETA)	Usava Cinto ---
Conduzido Para HOSPITAL REGIONAL DE PATOS		

[Assinatura manuscrita]

BPTRAN / 4ª CP TRAN
 Cópia Conforme Original
 Data: 29.04.2016
 HEDERAS - 80 JET PM



CONSTATADO

CONSTATADO QUE:

- CONDUTOR 01 (C1) FOI SOCORRIDO AO HOSPITAL REGIONAL DE PATOS;
- CONDUTOR 01 (C1) É HABILITADO E O VEÍCULO 01 (V1) LICENCIADO CONFORME A LEI;
- CONDUTOR 02 (C2) EVADIU-SE DO LOCAL DO ACIDENTE, SEM PRESTAR SOCORRO A VÍTIMA;
- NÃO HOUVE TESTEMUNHAS DO ACIDENTE;
- TRECHO DA VIA ONDE SE DEU O ACIDENTE É BEM ILUMINADO, CONSERVADO E COM NÍVEL ALINHADO;
- NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR TESTE DE ALCOOLEMIA;

atos - PB, 29/03/2016


SD PM. Mat. 525.026-9 DERIVALDO CANDIDO DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO

Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUEDES WANDERLEY - [TABELÃO SUBSTITUÍDO]
[2016-036886] EML:R\$ 2,12 FORTALEÇA 0,25 CAP:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,06
SELLO DIGITAL: AEE50509-ANOB
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>.



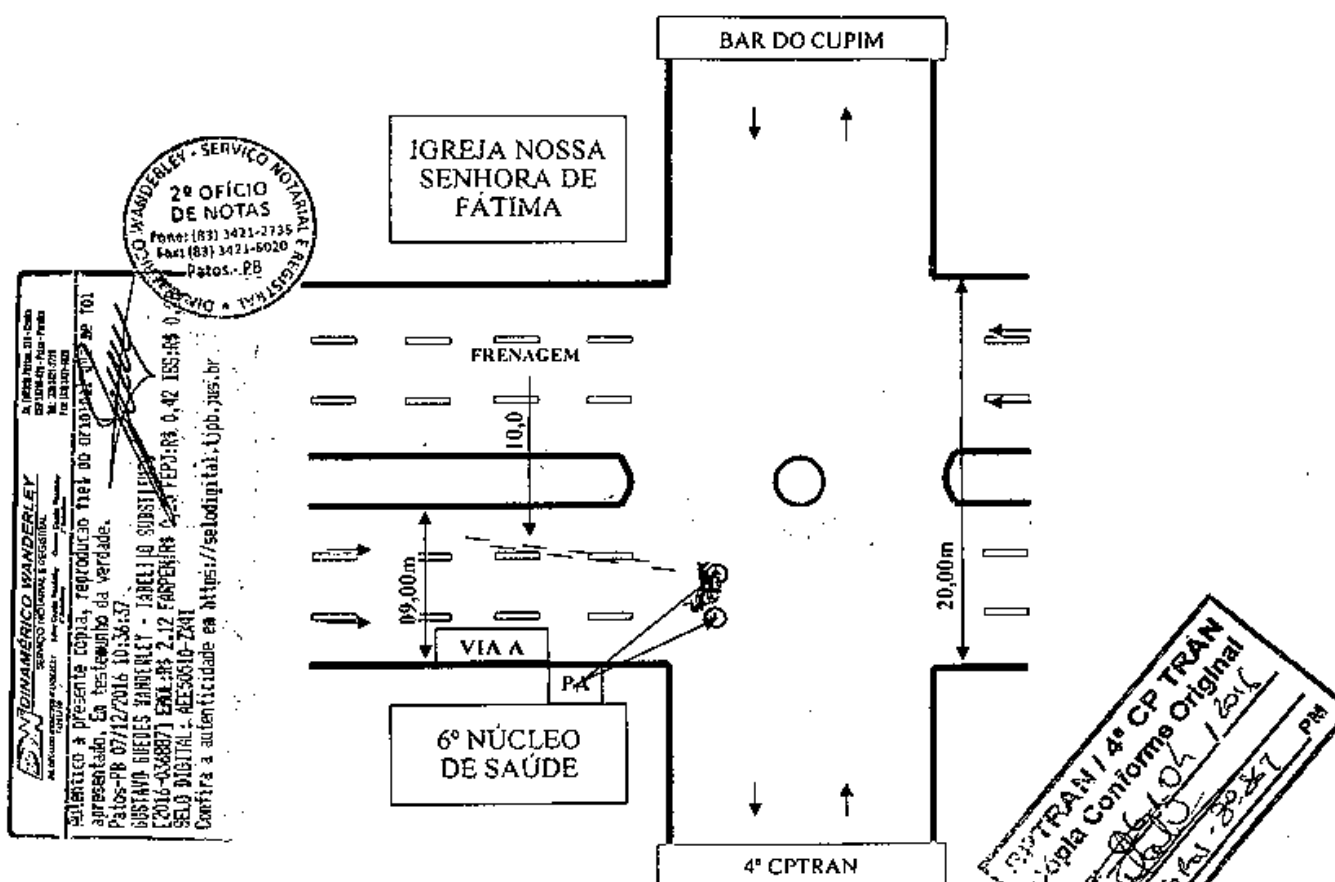
Marcos Aurelio Vidal

05 JUN. 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº	041/2016
AMARRAÇÕES	
VIA "A" - Rua Horácio Nóbrega: 20,00 metros / Segmento do acidente: 09,00 metros PR (Ponto de Referência): 6º Núcleo Regional de Saúde PA (Ponto de Amarração): Poste da Energisa V1 (Veículo 01) Eixo Dianteiro Direito 15,00 e Eixo Traseiro Direito 16,00 metros para (PA)	



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS	
<p>V1</p>	<p>SD PM Mat. 525.026-9 DORIVALDO CANDIDO DA SILVA RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO</p> <p>Marcos Aurelio Vidal 05 JUN. 2017 CORRETAGEM DE SEGUROS FEIRELI - MG</p>



DOCUMENTO 3 "1396"
DECLARAÇÃO DE A



Eu, NATANAEL LUIZ L DENEQUEIRO NETO., portador da carteira de identidade nº 3621224 e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.848.024-32, residente e domiciliado na SABINO UIANA, SN, Cidade PARO, Estado PARANÁ, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
(X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

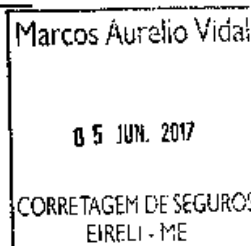
Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

x Natanael Luiz L de N. Neto

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

PARO - PR, 26 maio 2017

Local e data





DOCUMENTO 2 "T290"



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

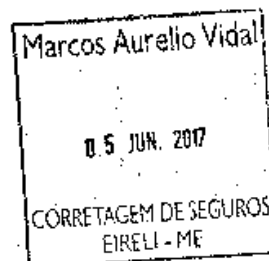
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que no dia 25 de março de 2016, o senhor NATANAEL VIDAL DE NEGREIRO NETO foi vítima de acidente moto, cujo registro consta em nosso sistema sob número de ID 0065, onde o mesmo foi conduzido ao hospital regional de Patos - PB, para continuidade do atendimento a saúde.

Desde já me ponho à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas referentes ao assunto.

Maézio Lucena Batista

MAÉZIO LUCENA BATISTA
COORDENADOR GERAL
SAMU 192 - Patos-PB



Rua Lima Campos - 431 - São Sebastião - Patos CEP 58.706-310



ITAÚ – UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/08/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 5.737,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

BANCO: 341

AGÊNCIA: 07833

CONTA: 000000004447-7

Autenticação:

1C51F42196B90D774348BA0E043B404EABED553E9393091BF1D39C5FCFDF8A02





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO,RG nº 3623724, data de expedição 10/08/2011, Órgão SSD - PR,

CPF nº 093.848.024-22, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA SABINO VIANA</u>
Número	<u>SIN</u>
Apto / Complemento	<u>2 AND AP 204</u>
Bairro	<u>MONTE CASTELO</u>
Cidade	<u>RATOS</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58700-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 9.9910.3948 / 98851-3409</u>
E-mail	<u>VANESSAVIDAL@LIVE.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: RATOS-PR, 20 DE MAIO DE 2017

Assinatura do Declarante: Natanael Vidal de N. Neto



የዘርፍ ጥያቄ መሰረት የሚጻፉት ምርመራዊ ሪፖርት በሚዘጋጁበት ጊዜ የሚጠቀሙት የሰነድ ቁጥር፡ N° 001.424.093



ALEX RANGEL VIEIRA
RUA SABINO VIANA S/N 2 AND AP 204
PATOS

5/1629690-7

Acesso: www.enetgisa.com.br



\$/ { : 15 \$ 1 ^ { / 12, { .5 \$

Rotelro: 18-118-485-1180

83610000000-6 92540054000-9 16296902017-9 05801100019-6

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRICULA
05/05/2017	R\$ 92,54	1529990-2017-05-B

(YINBEI BEI BEI DIMEI JIWEI BEI SSGOHEI JI A XEJI WUBEI SGO)





Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, EMMANI DAS NEVES

RG nº 1370095, data de expedição 13/08/2005
Órgão SJP-PB, portador do CPF nº 041023-137-03, com
domicílio na cidade de RATOJ, no Estado de
PARANÁ, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Renanir Azevedo de Brito, nº 50,
complemento CASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima NATANAEL LUAL DE NEGRIMOS NETO, cujo o condutor era
NATANAEL LUAL DE NEGRIMOS NETO.

Veículo: MOTOCICLETA
Modelo: honda CB 300
Ano: 2014
Placa: QEE 8719
Chassi: 9CLNC4930E023682
Data do Acidente: 25/03/2016
Local e Data: Ratoj - PB, 25/04/2016

Emmani das Neves
Assinatura do Declarante

Natanael Lual de N. Neto

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

RECONHECO AFIRMATIVAMENTE

AS LETRAS E FIRMAS DE Emmani
das Neves, por autogra
ficidade

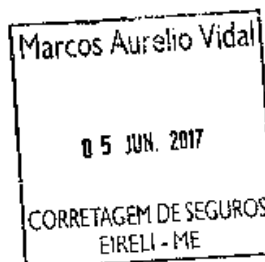
Em 16 de verdade

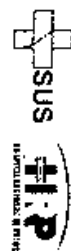
3. JOSA DE ENRIQUETA

25/04/2017
Relo digital: AEW95041-UGD
consulte o ato: relo digital. tjp. jus. br

CARTÓRIO ÚNICO LUCENA
REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 08.309.198/0001-29
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS-PB

Antonia Gomes de Sousa
Tabela e Registradora





ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2605473 CNPJ: 08.778.268.0023776

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE JANDUHY CARNEIRO

ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, 5/N

CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: NATANAEL VIDAL DE NEGREIRO NETO

Mae: IRANILDA VIDAL DE NEGREIRO BATISTA

Nascimento: 25/3/1991 Idade: 25 Cor: PARDA

Profissao: VIGILANTE

Endereço: EPAMINONDAS ROCHA

Bairro: BELO HORIZONTE

Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808

CNS: 165-4177-2275-0009

CPF: 165-4177-2275-0009

Data / Hora: 25/3/2016 20:20:49

Identidade: 184

Reg. Nasc.: 184

Recepcionista: Maria do Carmo

Ficha Número: 131265

PESO: PA: TEMP: DOCUMENTO 5

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

absente com retorno de

absente de moto veloz

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

Na casa do paciente, na casa

do paciente do, na casa do paciente

RESULTADOS

MATERIAS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm

Ata de Pm



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDHUY CARNEIRO
PATOS - PARAÍBA

REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Portanarel Dital</u>	
DA CLÍNICA _____	ENFERMARIA <u>2120</u>
A CLÍNICA _____	LEITO <u>03</u>
MOTIVO DA CONSULTA: _____ (ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)	
DATA _____	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE _____
PARECER: <u>25 anos</u> <u>Rio-op. fratura MIO</u> <u>MIO. NDU</u> <u>MIO. NDU</u> <u>ALERGIAS: ⊖</u> <u>ACU RCR- 27, sem fopros</u> <u>ECG: taquicardia sinu</u> <u>Conclusão: Bom MIO.</u> <u>28/05/16</u> ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA _____	

Marcos Aurelio Vidal
05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"



LAUDO ORTOPÉDICO

Atendi NATANIEL

VILMA DE NEGRAUS

NETO, Pse. FERNAN

O FERNAN informou

que em 25-03-16, após

o FRATRO ENCONTROU

CONSULTADA, O UEN

QUANTO A BARRICA

FESTIVA

22.10.16



Stênio de Araújo
CNPJ 17.011.000/0001-00
ORFOPEDIA - ORTODONTIA - OTO
CNS 200.70407740000

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.



Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB-24/02/2017 09:53:24
VILMA DE LUCENA RORALS - ESCRITÓRIO
(2017-010769) EMB:RS 2,31 FAPEN:RS 0,27 FEPJRS 0,90 ISSRS:0,07
SELO DIGITAL: AES32675-DVMH
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



2. Mundo onto social

Audi NATANER

Klôm DE NGÔ NAM

NOTO que se acordou

Can't meet so close

25-03-16 Puerto

Frutos o Riqui

Dr. M. W. Foster

Steno 2007-2008

... ..

Список книг

omog, sekretor

52 to 100

30/11/10

Marcos Aurelio Vidal

05 JUN. 2017

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

WANDERLEY - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
2º OFÍCIO DE NOTAS
Fone: (83) 3421-2725
Fax: (83) 3421-6020
E-mails: PD

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade:

Patos-PB 24/02/2017 09:53:24

VILMA DE LUCENA MORAIS – ESCRITURARIA

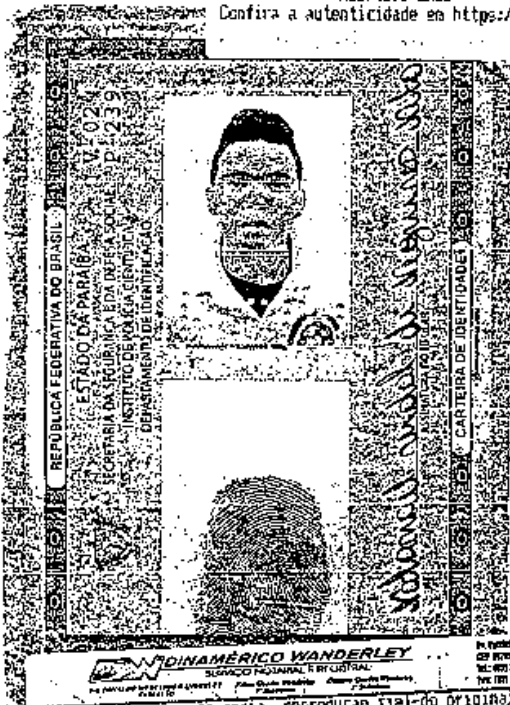
[2012-0107683] ENL:RS 2-51 FARPEN:RS-0,27 FEJ:RS 0,46 ISS:RS-0,07

SELO DIGITAL: AES32674-K0PV

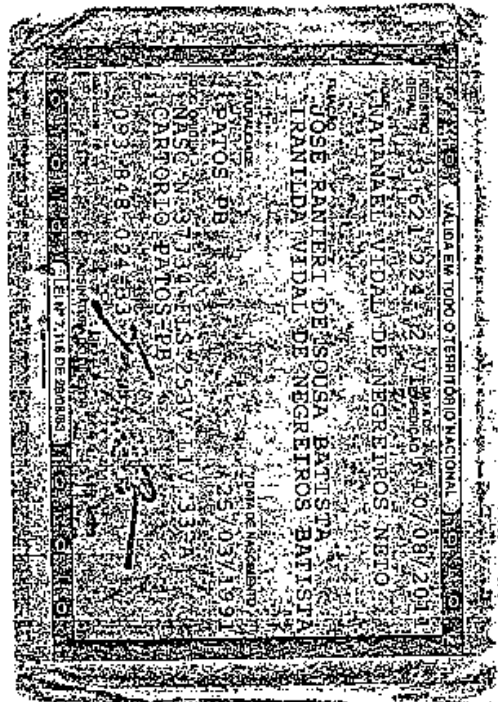
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tibp.jus.br>



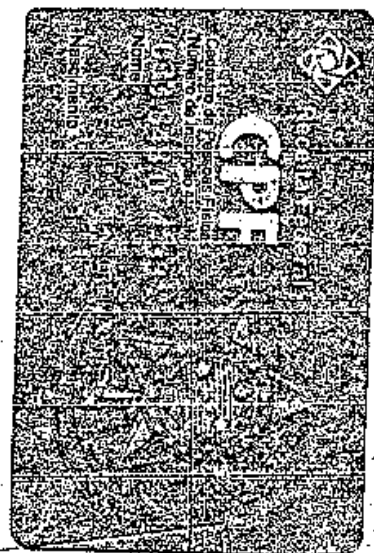
Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUERES WANDERLEY - TABELÃO SUBSTITUTO
[2016-036890] EPIOL:R# 2,12 FARPENH# 0,25 CART# 0,42 ISS:R# 0,06
SELO DIGITAL: AEG74151-2H6U
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUERES WANDERLEY - TABELÃO SUBSTITUTO
[2016-036890] EPIOL:R# 2,12 FARPENH# 0,25 FARPENH# 0,42 ISS:R# 0,06
SELO DIGITAL: AEG74152-9T7V
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 07/12/2016 10:36:37
GUSTAVO GUERES WANDERLEY - TABELÃO SUBSTITUTO
[2016-036890] EPIOL:R# 2,12 FARPENH# 0,25 FARPENH# 0,42 ISS:R# 0,06
SELO DIGITAL: AEG74153-304P
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



05 JUN. 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

Marcos Aurelio Vidal
05 JUN 2017
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI-ME



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3170312486 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS **Data do acidente:** 25/03/2016 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A
NETO

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 27/07/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA NO MEMBRO INFERIOR DIREITO

Resultados terapêuticos: DEPENDE DE PERÍCIA MÉDICA

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: OS DADOS INFORMADOS NO SINISTRO, SÃO INSUFICIENTES PARA QUE SE FAÇA UMA ANÁLISE SEGURA DE POSSÍVEIS SEQUELAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: DORIAN BRAGA SARAIVA

CRM do médico: 52.32571-1

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170312486 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS **Data do acidente:** 25/03/2016 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A NETO

PARECER

Diagnóstico: FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO E FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO.

Descrição do exame médico pericial: APRESENTANDO EDEMA RESIDUAL NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE ELEVAÇÃO E ABDUÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO. PRESENÇA DE ENCURTAMENTO DOS MEMBRO INFERIOR DIREITO EM RELAÇÃO AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM CERCA DE 02 CM. PACIENTE DEAMBULA COM MARCHA CLAUDICANTE. PRESENÇA DE AFUNDAMENTO DA REGIÃO DO TETO ORBITÁRIO DIREITO..PRESENÇA DE HIPOSMIA.

Resultados terapêuticos: REALIZOU INTERNAMENTO E TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA COMPLEXA DO FÊMUR DIREITO COM COLOCAÇÃO DE PLACA DE PLATINA E PARAFUSOS ALÉM DE USO DE ANTI-INFLAMATÓRIO E REPOUSO DA FRATURA DO TETO ORBITÁRIO DIREITO. RECEBEU ALTA E REALIZOU FISIOTERAPIA. SEM COMPLICAÇÕES.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL LEVE DO MID.
LIMITAÇÃO FUNCIONAL LEVE DE ESTRUTURAS CRÂNIO FACIAIS.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 04/08/2017

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Jose Gerardo Vale Matos

CRM do médico: 3216

UF do CRM do médico: CE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau leve - 25 %	25%	R\$ 3.375,00
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			42,5 %	R\$ 5.737,50



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



PRESTADOR

SAUDESEG SISTEMAS DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: LEONARDO NEVE

CRM do médico: 17742

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08032528020188150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 5.737,50 (CINCO MIL E SETECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 30 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 04/11/2020 16:14:49
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110416144859300000034610114>
Número do documento: 20110416144859300000034610114

Num. 36248627 - Pág. 2



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

PROCESSO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de demanda ajuizada por **NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO** em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**. A parte autora sustenta que foi vítima de acidente de trânsito, ficando acometido de invalidez permanente. Afirma que fazia jus ao pagamento da indenização do seguro DPVAT, mas a seguradora deferiu apenas parcialmente o seu pedido administrativamente. Requer, ao final, a condenação da ré ao pagamento complementar da indenização devida.

Regularmente citada, a ré apresentou contestação, pugnando pela improcedência do pedido formulado na petição inicial.

A parte autora foi submetida a exame pericial e após as partes tiveram a oportunidade de se manifestarem sobre o laudo pericial juntado pelo(a) perito(a).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

O artigo 3º da Lei 6.194/74 dispõe que “os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”



De acordo com o dispositivo legal acima citado, o seguro DPVAT cobre os “danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”, compreendendo as indenizações por morte, invalidez permanente total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares.

No caso dos presentes autos, em que não houve óbito da vítima, nem se requer indenização por despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas, a produção de prova acerca da efetiva existência de invalidez permanente depende de conhecimento técnico ou científico, a cargo de perito médico (art. 156 do CPC/2015).

Não se está afastando a possibilidade da produção de outros meios de prova, mas a perícia médica é prova de elevado valor e imprescindível em processos envolvendo o seguro obrigatório DPVAT, conforme jurisprudência atual e firme do STJ: “(...)1. A realização de perícia médica é imprescindível nos casos de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, pois a indenização deve ser proporcional ao grau da lesão, independentemente da data em que ocorreu o acidente automobilístico, na forma da súmula 474, do STJ. (...)” (STJ, REsp nº 1.764.756/CE, Relatora: Min. Maria Isabel Gallotti, data de publicação: 29/10/2018 - grifo nosso).

Fixadas tais premissas, extrai-se do laudo pericial que a invalidez permanente que acomete a parte autora constatada pelo perito não possui grau superior ao apurado administrativamente pela seguradora. O perito constatou lesão no membro inferior direito em 50% (R\$ 4.725,00). A lesão óssea na face do periciando não restou comprovado o nexo causal com o acidente, conforme conclusão do perito. Portanto, o pagamento feito em favor da parte autora na esfera administrativa (R\$ 5.737,50) foi adequado e até mesmo superior a lesão constatada, razão pela qual a improcedência do pedido formulado na petição inicial é a medida que se impõe.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido da parte autora, e assim o faço com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixando este último em 10% do valor atribuído à causa (art. 85, § 2º, CPC), ficando a execução de tais verbas suspensa, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferida (art. 98, § 3º, CPC).

Publicação e registro automático no PJE.

Com o trânsito em julgado, certifique-se e archive-se.

Patos, 18 de novembro de 2020.

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito



SEGUE EM ANEXO





**AO EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA MISTA DA
COMARCA DE PATOS-PB.**

NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO, já devidamente qualificado nos autos da presente demanda, vem por intermédio de seu advogado(a) infra firmado, a presença de Vossa Excelência, interpor o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, dado seu inconformismo com a SENTENÇA exarada por este Juízo que o julgou improcedente o pedido autoral, nos termos das razões que seguem.

Informa ainda, que deixa de juntar as guias de preparo recursal por ser beneficiário da justiça gratuita.

Desta feita, atendida as formalidades legais de admissibilidade, requer o recebimento do presente e, vencida essa fase, seja o mesmo remetido a **EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Patos-PB, 14 de dezembro de 2020.

WALDEY LEITE LEANDRO
OAB-PB 13.958

Waldey Leite Leandro – OAB-PB 13958 e OAB-PE 1785
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos-PB.
Fone: (83) 8808-3805 / (83) 9610/7733 / (83) 3421-8952
E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





**AO EXCELENTÍSSIMO SR. DES. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAIBA - PB.**

PROCESSO: 0803252-80.2018.8.15.0251
RECORRENTE: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO
RECORRIDO: SEGURADORA LÍDER
JUÍZO DE ORIGEM: 7ª VARA MISTA DE PATOS-PB

*Egrégio Tribunal de Justiça,
Doutos julgadores.*

A respeitável sentença constante do id. 36774713 deste processo virtual, proferida pelo Douto Juiz da 7ª Vara Mista de Patos-PB, merece ser reformada totalmente, pelos motivos que passa a expor.

1 - DOS FATOS

A presente demanda trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, em razão do autor, em esfera administrativa ter recebido valor a menor do que lhe era devido.

O pedido, no entanto, fora julgado improcedente pelo juízo *aquo*, razão pela qual vem a parte interpor o presente recurso.

Waldey Leite Leandro – OAB-PB 13958 e OAB-PE 1785
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos-PB.
Fone: (83) 8808-3805 / (83) 9610/7733 / (83) 3421-8952
E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





2 - DAS RAZÕES DO RECURSO INOMINADO

DA SENTENÇA

Douta Junta de Recurso, verifica-se claramente, que o r. julgador de 1º grau decidiu equivocadamente pela improcedência do feito.

Segundo o mesmo, a invalidez constatada (lesão no membro inferior direito em 50%) em perícia médica não possui grau superior ao apurado administrativamente pela seguradora.

Isto porque com relação a lesão óssea na face do periciando, o entendimento do r. julgador foi de que não restou comprovado o nexo causal com o acidente.

Desta forma, concluiu que o pagamento feito em favor da parte autora na esfera administrativa foi adequado e até mesmo superior a lesão constatada.

DAS RAZÕES DE REFORMA

Inicialmente há de se falar que nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

Waldey Leite Leandro – OAB-PB 13958 e OAB-PE 1785
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos-PB.
Fone: (83) 8808-3805 / (83) 9610/7733 / (83) 3421-8952
E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Pois bem, ao contrário do que afirma a sentença recorrida, a lesão óssea na face do periciando restou sim comprovado o nexo causal com o acidente. Tanto é que o próprio perito afirmou que o periciado, ora Apelante “tem fundamento da face que refere se ao acidente”. Vejamos:

Obs 2. Remetido tem fundamento de face com lesão óssea que refere se ao acidente porém não tem como comprovar nexo por se tem mais de um tipo de diferença
Rator 17.10.2020
Rodolpho Dantas M. Pinto
Infectologia / Clínica Médica
CRM-PB 8679 RQE Nº 5093

Waldey Leite Leandro – OAB-PB 13958 e OAB-PE 1785
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos-PB.
Fone: (83) 8808-3805 / (83) 9610/7733 / (83) 3421-8952
E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





Cumpré destacar que a única observação deixada pelo perito foi com relação ao tempo da referida lesão e não a sua origem. **PORTANTO, RESTA COMPROVADO QUE A LESÃO FACIAL DO APELANTE DECORRE DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.**

Desta forma, verificado o nexo causal da lesão da face com o acidente automobilístico, faz o apelante jus ao recebimento do valor remanescente da indenização do seguro DPVAT, uma vez que a Lei 6.194/74 determina o percentual de 100% nos casos de lesões crânio-faciais. Vejamos:

Danos Corporais Totais	Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores		100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior		
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral		
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica		
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital		

Sendo assim, tendo o percentual indenizatório das duas lesões sofridas pelo Apelante (decorrente do acidente), atingirem o teto do seguro, e considerando que o requerente já recebeu a quantia R\$ 5.737,50 (Cinco mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) administrativamente, deve a sentença de 1º grau ser reformada, para que a Seguradora Apelada seja condenada ao pagamento da indenização no importe de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Waldey Leite Leandro – OAB-PB 13958 e OAB-PE 1785
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos-PB.
Fone: (83) 8808-3805 / (83) 9610/7733 / (83) 3421-8952
E-MAIL: waldey@ideaoadvogados.com





3 - DO PEDIDO

Pelo exposto, espero a recorrente, que se dê provimento ao recurso, a fim de que seja reformada a sentença que julgou improcedente o pedido para:

- a) Que a Seguradora Ré seja condenada ao pagamento da indenização no importe de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor este devidamente atualizado;

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Patos-PB, 14 de dezembro de 2020.

WALDEY LEITE LEANDRO
OAB-PB 13.958 / OAB-PE 1785

JOSÉ MATHEUS OLIVEIRA DIAS
BEL. EM DIREITO

Waldey Leite Leandro – OAB-PB 13958 e OAB-PE 1785
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos-PB.
Fone: (83) 8808-3805 / (83) 9610/7733 / (83) 3421-8952
E-MAIL: waldey@ideoadvogados.com





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0803252-80.2018.8.15.0251

DECISÃO

Visto etc.

1. Interposto recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do NCPC.

2. Se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997, §§ do NCPC), intime-se a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do NCPC.

3. Após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao E. TJPB (art. 1.009, §3º, do NCPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (art. 932 do NCPC).

Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito





**Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição**

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0803252-80.2018.8.15.0251

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 6 de abril de 2021.

GERALDO LEITE DE AZEVEDO JUNIOR
Gerência de Distribuição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. João Alves da Silva

Processo nº: 0803252-80.2018.8.15.0251

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: NATANAEL VIDAL DE NEGREIROS NETO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Trata-se de apelação interposta contra sentença proferida na ação de cobrança de seguro DPVAT promovida por Natanael Vidal de Negreiros Neto, em desfavor de Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvt.

Ao recorrer, o apelante deixa de recolher o preparo recursal, em razão da sua suposta hipossuficiência financeira. Pois bem, é cediço que a concessão da gratuidade judiciária é ferramenta de acesso à Justiça, colocada à disposição daqueles que comprovadamente não possuem condições de arcar com as custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e da família.

Penso, todavia, que tal deferimento deve ser observado no caso concreto, não cabendo ao douto julgador, automaticamente, curvar-se diante das simples arguição e comunicação de hipossuficiência da parte que requer tal benefício.

Outrossim, é assente na jurisprudência que os benefícios da justiça gratuita podem ser revogados *ex officio* pelo juiz, desde que constatada a inexistência dos requisitos essenciais à concessão dos benefícios da justiça gratuita e ouvida a parte interessada. Nessa linha de raciocínio, o Colendo STJ já decidiu:

“A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário. 2. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado.” (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel.



Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008)”. (STJ, AgRg AREsp 387.107, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, T4, julgado em 17/10/2013, DJe 25/10/2013).

Diante do exposto, **determino a intimação do recorrente** para, em 15 (quinze) dias, apresentar cópias das declarações completas do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF dos últimos 03 (três) exercícios financeiros, comprovantes de renda e extratos bancários referentes a todas as contas bancárias de sua titularidade, inclusive poupança e investimentos, relativamente aos 03 (três) meses próximos passados, além de guias comprobatórias do valor das custas iniciais e do preparo recursal, para análise comparativa em relação à capacidade da insurgente, ou, ainda, para que proceda ao recolhimento das custas, **sob pena de não conhecimento do recurso.**

Cumpra-se. Após, voltem-me conclusos.

João Pessoa, 08 de abril de 2021.

João Alves da Silva

Relator



Intimo Vossa Excelência, causídico da parte interessada, a fim de, no prazo legal, tomar ciência do inteiro teor do último pronunciamento judicial prolatado.



DECURSO DE PRAZO – DESPACHO

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, de conformidade com o sistema PJE, no dia 11 de maio de 2021, decorreu o prazo legal, para sem resposta aos **termos do último pronunciamento judicial prolatado.**





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
4ª Câmara Cível
Des. João Alves da Silva

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO Nº 0803252-80.2018.8.15.0251

ORIGEM : Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Patos

RELATOR : **Juiz Miguel de Britto Lyra Filho**

APELANTE : Natanael Vidal de Negreiros Neto (Adv. Waldey Leite Leandro)

APELADO : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat (Adv. Suélio Moreira Torres)

APELAÇÃO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO OU RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, SOB PENA DE DESERÇÃO. NÃO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 932, III, E ART. 1007, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

- Intimada a parte para juntar aos autos documentação apta ao deferimento da gratuidade judiciária ou recolhimento das custas, sob pena deserção, a inércia do recorrente importa o não conhecimento do recurso, nos termos do art. 932, III, do CPC.

Relatório

Trata-se de apelação interposta contra sentença proferida na ação de cobrança de seguro DPVAT promovida por Natanael Vidal de Negreiros Neto, em desfavor de Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat.

Ao recorrer, o apelante deixa de recolher o preparo recursal, em razão da sua suposta hipossuficiência financeira. Pois bem, é cediço que a concessão da gratuidade judiciária é ferramenta de acesso à Justiça, colocada à disposição daqueles que comprovadamente não possuem condições de arcar com as custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e da família.

Penso, todavia, que tal deferimento deve ser observado no caso concreto, não cabendo ao douto julgador, automaticamente, curvar-se diante das simples arguição e comunicação de hipossuficiência da parte que requer tal benefício.



Diante do exposto, determinou-se a intimação do recorrente para, em 15 (quinze) dias, apresentar cópias das declarações completas do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF dos últimos 03 (três) exercícios financeiros, comprovantes de renda e extratos bancários referentes a todas as contas bancárias de sua titularidade, inclusive poupança e investimentos, relativamente aos 03 (três) meses próximos passados, além de guias comprobatórias do valor das custas iniciais e do preparo recursal, para análise comparativa em relação à capacidade da insurgente, ou, ainda, para que proceda ao recolhimento das custas, sob pena de não conhecimento do recurso. Intimada, a parte ficou-se inerte.

É o relatório. Decido.

O recurso não se credencia ao conhecimento, uma vez que ausente o comprovante do pagamento do preparo, documento obrigatório para o conhecimento do recurso, nos termos do art. 1007, do CPC:

“Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção”.

Sobre o tema, nossa doutrina mais abalizada destaca que **“o preparo é um dos requisitos extrínsecos da admissibilidade do recurso. Seu desatendimento acarreta o não conhecimento do agravo. Deve ser feito no prazo e forma indicados na lei (CPC 511 e 525)”**. (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery – Ed. Revista dos Tribunais – 10ª edição – 2008 – p. 886).

Anote-se, outrossim, que **“o benefício da gratuidade pode ser concedido às pessoas jurídicas apenas se comprovarem que dele necessitam, independentemente de terem ou não fins lucrativos”** (STJ – Corte Especial – Eresp 1015372 – Min. Arnaldo Esteves Lima – j. 17/06/2009).

Nestes referidos termos, afigura-se salutar informar que a ausência de realização do preparo recursal se mostra apto a fulminar o recurso em manejo, nos precisos termos da inteligência acima referendada.

No caso, ofereceu-se ao apelante a oportunidade de demonstrar o preenchimento dos requisitos para a gratuidade judiciária ou, se fosse o caso, o pagamento do preparo recursal. Ocorre que, mesmo diante de tal faculdade, ficou-se o recorrente inerte, de forma que além de não apresentar os documentos, também não recolheu o preparo, o que importa a deserção.

Nesse viés, dispõe o artigo 932, III, *caput*, do CPC, que incumbe ao relator **“não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;”**. Isso posto, tendo em vista o não pagamento das custas, não conheço da apelação, nos precisos termos do art. 932, III, e art. 1007, Código de Processo Civil.



Intimem-se.

João Pessoa, 07 de julho de 2021.

Miguel de Britto Lyra Filho

Juiz convocado



Intimação as partes do inteiro teor da decisão. de ID 11588138





CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais que, de acordo com o sistema PJE, decorreu o prazo de lei sem interposição de recurso aos termos da decisão. Dou fé.





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0803252-80.2018.8.15.0251

DECISÃO

Vistos.

A 4ª CC do TJPB não conheceu do recurso de apelação.

Arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Cumpra-se. Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito

